



**UNIVERSIDADE DE ÉVORA**

**O ALENTEJO  
NO ESPÓLIO CARTOGRÁFICO DA BIBLIOTECA  
PÚBLICA DE ÉVORA:**

**Construção de uma colecção digital**

**Pedro Manuel Ramos Moreira**

Orientador: Professor Doutor João Carlos Garcia

Co-orientador: Professor Doutor Paulo Quaresma

Dissertação de Mestrado em Arquivos, Bibliotecas e Ciências da Informação – Ramo Bibliotecas, apresentada à Universidade de Évora.

Évora

2009



**UNIVERSIDADE DE ÉVORA**

**O ALENTEJO  
NO ESPÓLIO CARTOGRÁFICO DA BIBLIOTECA  
PÚBLICA DE ÉVORA:**

**Construção de uma colecção digital**

**Pedro Manuel Ramos Moreira**

Orientador: Professor Doutor João Carlos Garcia

Co-orientador: Professor Doutor Paulo Quaresma

Dissertação de Mestrado em Arquivos, Bibliotecas e Ciências da Informação – Ramo Bibliotecas, apresentada à Universidade de Évora.

Évora  
2009

# Índice

Índice .....	3
Lista de abreviaturas .....	5
Agradecimentos .....	6
Resumo.....	7
Abstract .....	8
Introdução.....	9
a) Objectivos e importância do tema .....	9
b) Metodologia.....	18
I – Bibliotecas Públicas e digitalização de colecções documentais .....	24
1 – Algumas reflexões .....	24
2 – Bibliotecas, Hemerotecas e Cartotecas Digitais para o acesso à informação.....	40
a) Bibliotecas e Hemerotecas.....	40
b) Cartotecas .....	47
3 – As Bibliotecas Públicas Portuguesas segundo bibliotecários e utilizadores .....	64
a) A opinião dos bibliotecários.....	66
b) A opinião dos utilizadores.....	76
c) Confronto de realidades e solicitações .....	87
II – As Colecções Cartográficas da Biblioteca Pública de Évora .....	96
4 – Colecções documentais da Biblioteca Pública de Évora .....	101
5 – Construção da colecção cartográfica digital da BPE.....	106
a) Inventariação.....	107
b) Digitalização .....	111
c) Descrição Bibliográfica .....	119
d) Os documentos em formato electrónico.....	122
6 – Os mapas do Alentejo .....	125

a) Descrição .....	129
b) Construção do sítio Web.....	168
Conclusão .....	174
Referências Bibliográficas .....	177
Recursos Electrónicos.....	186
Anexos.....	187
Bibliotecas de Depósito Legal Portuguesas.....	187
Bibliotecas da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas .....	188
Índice de tabelas .....	193
Índice de gráficos .....	194
Índice de imagens.....	195
Índice Remissivo.....	197

## **Lista de abreviaturas**

BNP – Biblioteca Nacional de Portugal

BND – Biblioteca Nacional Digital

BPE – Biblioteca Pública de Évora

CIDEHUS – Centro Inter-Disciplinar de História, Culturas e Sociedade da Universidade de Évora

IFLA – International Federation of Library Associations and Institutions

IGeoE – Instituto Geográfico do Exército

IGP – Instituto Geográfico Português

ISBD – International Standard Bibliographic Description

ISBD (A) – International Standard Bibliographic Description for Older Monographic Publications (Antiquarian)

ISBD (CM) – International Standard Bibliographic Description for Cartographic Materials

ISBD (ER) – International Standard Bibliographic Description for Electronic Resources

ISBD (G) – General International Standard Bibliographic Description

MARC – Machine Readable Cataloguing

RCBP – Rede de Conhecimento das Bibliotecas Públicas

RPC – Regras Portuguesas de Catalogação

SIDCARTA – Sistema de Informação para Documentação Cartográfica

UNESCO – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

UNIMARC – Universal Machine Readable Cataloguing

## Agradecimentos

Quero agradecer ao Prof. Doutor João Carlos Garcia pela sua orientação ao longo destes três anos de investigação e pela disponibilidade que sempre demonstrou nas inúmeras reuniões que tivemos para corrigir diversos aspectos da investigação, sem quem este estudo nunca teria sido possível.

Agradeço também ao Prof. Doutor Paulo Quaresma pelas suas orientações e pronta resposta aos meus pedidos de auxílio, em particular na componente informática do projecto, sem quem nunca teria conseguido fazer a componente prática da investigação.

Um agradecimento especial também a toda a equipa do projecto “História do Alentejo séculos XII-XX. Aprofundamentos Empíricos”, que me sugeriu este projecto, a quem espero ter correspondido por ter feito algo de útil e inovador nesta área de investigação.

Quero agradecer ainda ao pessoal da Biblioteca Pública de Évora, que me auxiliou nos meses que passei a trabalhar lá, e sempre se mostrou disponível para me dar as melhores condições para trabalhar. Desde o Prof. Doutor José António Calixto, que dirige a biblioteca, a todos os outros com quem contactei durante aqueles meses, o meu muito obrigado.

Por último, uma palavra de agradecimento à minha família, que sempre me apoiou e encorajou para nunca desistir, mesmo nas alturas mais difíceis, e à minha querida Soraia, que, estando sempre ao meu lado, me deu a força necessária para terminar este trabalho. Obrigado!

MOREIRA, Pedro. **O Alentejo no espólio cartográfico da Biblioteca Pública de Évora: Construção de uma colecção digital**. 2009. 198 p. Dissertação (Mestrado em Arquivos, Bibliotecas, e Ciências da Informação) – Universidade de Évora, Évora, 2009.

## **Resumo**

Pesquisa sobre a construção de colecções digitais em bibliotecas e sua disponibilização em linha, tendo como ponto de partida os materiais cartográficos. Há lugar à análise das cartotecas digitais em linha existentes, pertencentes a instituições portuguesas que produzem cartografia, assim como das pertencentes a bibliotecas portuguesas. Estudam-se todas as colecções digitais em linha, englobando documentos não cartográficos, pertencentes a bibliotecas portuguesas e, dentro dessas, destacam-se quais as pertencentes a bibliotecas públicas. Após esse estudo, e o confronto entre a realidade portuguesa, onde as colecções digitais nas bibliotecas públicas são quase inexistentes, e a realidade de outros países onde as colecções documentais em linha são comuns, são propostas algumas orientações para que se possam construir colecções digitais nas bibliotecas públicas portuguesas, partindo de uma investigação acção feita na Biblioteca Pública de Évora no contexto desta dissertação. Tomam-se como modelo na construção das colecções digitais, assim como das plataformas multimédia que as apresentam aos utilizadores, algumas colecções cartográficas disponíveis na Web e respectivas formas de visualização. É construída uma dessas plataformas multimédia, a título de exemplo para as bibliotecas públicas portuguesas, também no contexto da investigação-acção desenvolvida na Biblioteca Pública de Évora.

**Palavras-chave:** Biblioteconomia; Cartografia; Colecções digitais; Bibliotecas em linha.

MOREIRA, Pedro. **The Alentejo in the cartography of Évora Public Library: Constructing a digital collection.** 2009. 198 p. Dissertação (Mestrado em Arquivos, Bibliotecas, e Ciências da Informação) – Universidade de Évora, Évora, 2009.

## **Abstract**

Research about the construction of digital collections in libraries and its availability on-line, based on cartographic collections. Overview of on-line digital cartographic collections, belonging to Portuguese institutions that produce cartography, as well as on-line digital cartographic collections belonging to Portuguese libraries. Study of all digital online collections, of all sorts of documents, which belong to Portuguese libraries, focusing mainly on the ones that were made by public libraries. Afterwards, comparing the Portuguese reality, where digital on-line collections that belong to public libraries are almost inexistent, and the reality of other countries where those collections are common in public libraries, some guidelines are proposed to help Portuguese public libraries build such on-line digital collections. To make such guidelines, this investigation's starting point is an investigation-action project developed during the making of this dissertation in Évora Public Library. The role models for the construction of the digital collections are some of the cartography collections available on the Web. Such a collection was built during the investigation-action project developed in Évora Public Library, intended to be a model for Portuguese public libraries.

**Keywords:** Biblioteconomy; Cartography; Digital collections; Online libraries.



# Introdução

## ***a) Objectivos e importância do tema***

Com esta dissertação de Mestrado pretende-se analisar a importância e o interesse na construção de colecções digitais em bibliotecas públicas portuguesas, bem como estabelecer as diversas etapas do processo conducente à sua concretização. Tomar-se-ão como ponto de partida os documentos cartográficos depositados na secção de “reservados” da Biblioteca Pública de Évora (BPE). Entre eles serão seleccionados os que figuram o Alentejo, visto tratar-se do contexto geográfico onde se insere a BPE. Eles são os de maior relevância para o serviço público prestado pela instituição, de acordo com o manifesto IFLA/UNESCO (2004), como “centro local de informação.”

Escolheram-se como foco deste estudo as bibliotecas públicas e não as bibliotecas patrimoniais ou as bibliotecas de depósito legal, embora a BPE se insira, simultaneamente, nas duas tipologias, conforme se pode ler no seu sítio: “Enquanto biblioteca patrimonial e de investigação geral, A Biblioteca Pública de Évora (BPE) empenha-se na recolha, salvaguarda e divulgação de um rico património documental; enquanto biblioteca pública, trabalha no sentido de facilitar o acesso da comunidade local à educação, à informação e ao conhecimento, e ainda à recreação e lazer.” (Disponível em <http://www.evora.net/bpe/Plano.htm>) Esta escolha prende-se com o facto de este estudo pretender ser direccionado às bibliotecas mais comuns em Portugal, que servem a maioria da população portuguesa, visto poder vir a ser onde se pode dar um maior contributo para melhorar a situação da biblioteconomia no país, pois se há dez bibliotecas patrimoniais em Portugal (ver tabela 16, em anexo), há cento e oitenta bibliotecas públicas (ver tabela 17, em anexo), de diferentes dimensões, espalhadas por todo o país, algumas delas longe dos centros urbanos onde as patrimoniais têm o seu público. Através do mencionado por Calixto (2004) é possível constatar que estas bibliotecas são também as que apresentam, simultaneamente, um desenvolvimento muito positivo nas últimas décadas como as que apresentam

ainda as maiores debilidades, como políticas de gestão erradas, pouco investimento em aspectos importantes como os serviços à distância da biblioteca pública, entre outros. Nesse sentido, este estudo pretende clarificar melhor quais as potencialidades e importância da disponibilização de catálogos e documentos em linha.

No quadro português, podem encontrar-se já algumas colecções digitais de bibliotecas públicas, parte delas em linha, de diferentes dimensões, que serão posteriormente analisadas. Assim, será igualmente feito um estudo comparativo entre a situação encontrada na BPE e a de outros casos semelhantes, com o intuito de propor linhas de acção orientadoras para as bibliotecas públicas, assim como lançar uma base para futuros estudos sobre o tema. Em suma, o estudo a desenvolver tem os seguintes objectivos:

1 – Avaliar em que medida pode ser importante a disponibilização em suporte digital, de documentação rara e de acesso reservado aos utilizadores das bibliotecas públicas portuguesas, tomando como ponto de referência o seu interesse em Cartografia antiga.

2 – Propor, de acordo com a realidade da Rede Nacional de Leitura Pública, linhas orientadoras para a disponibilização de documentos cartográficos históricos, das mais diversas origens, em formato digital.

3 – Compreender qual a importância da colecção de Cartografia histórica da BPE, inicialmente reunida no século XVIII por Frei Manuel do Cenáculo Villas Boas, mas com incorporações posteriores, com a finalidade de estabelecer as etapas da sua evolução e determinar o interesse que tal universo documental despertou entre os leitores, ao longo do tempo.

4 – Disponibilizar ao público, através de uma plataforma multimédia, os materiais cartográficos respeitantes à região do Alentejo contidos na secção de reservados da BPE, tomando como exemplo formatos já existentes.

5 – Lançar uma base de investigação para futuros trabalhos sobre este tema, a

partir da colecção de mapas históricos referentes ao Alentejo depositados na área de reservados da BPE.

Num dos estudos sobre a história da BPE, Francisco Vaz (2006, pp. 86) termina o seu texto com as seguintes palavras: “Com efeito, se alguém quiser consultar uma obra do século XVIII, das muitas que existem na Biblioteca de Évora, tem de pesquisar num ficheiro, inserido em gavetas atafulhadas de fichas manuscritas, umas rasgadas, outras fora de ordem, e que só pelo seu sórdido aspecto são motivo para qualquer leigo desistir da pesquisa e se limitar a observar as lombadas dos valiosos livros das estantes. Não sabemos há quantos anos está em uso tal ficheiro, mas provavelmente há mais de cinquenta. Não sabemos também se a Biblioteca tem a exacta noção do número de volumes existentes, tudo leva a crer que não, e por isso estamos praticamente na mesma situação que o juiz do inventário *post mortem* de Frei Manuel do Cenáculo descreveu. Ou seja, a herança lá está mais ou menos enterrada e à espera que alguém acenda à luz para que todos possam usufruir dela.” Esta afirmação pode servir como corolário do interesse do trabalho desenvolvido no decorrer desta dissertação, que tem como um dos seus principais objectivos incentivar a que “alguém acenda a luz” não apenas na BPE, mas também em todas as bibliotecas onde possa estar enterrado e inacessível conhecimento e informação.

Conforme foi mencionado, como ponto de partida tomar-se-há o acervo cartográfico da BPE, a partir do qual se construiu uma colecção digital. O acesso e a divulgação das colecções cartográficas em Portugal é, no geral, bastante limitado, segundo as conclusões de Joaquina Feijão (2006), porque a maioria das instituições nacionais detentoras de mapas falham ao nível da descrição bibliográfica e divulgação pelas vias electrónicas. A maioria dos catálogos de materiais cartográficos é ainda manual, requerendo a presença do utilizador no espaço que detém a colecção. O principal ponto de contacto entre essas colecções e o público costuma ocorrer apenas em exposições, e através dos respectivos catálogos.

No caso da BPE, foi organizada em 1997 a exposição e intitulada *Lugares e Regiões em Mapas Antigos*, da responsabilidade da Comissão

Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, que levantou o véu sobre outros documentos da BPE até então desconhecidos pela maioria do público. Mais tarde, em 2005, decorreu uma outra exposição, sob o título *Os tesouros da Biblioteca Pública de Évora* (Ruas, 2005). Para essas mostras seleccionaram-se alguns dos tesouros cartográficos da Biblioteca, tendo ficado esses tesouros documentados, possivelmente pela primeira vez, nos catálogos complementares então publicados.

No entanto, é necessário ter em conta que não é possível abarcar completamente as colecções cartográficas que existem em Portugal apenas por meio dos catálogos de exposições, que em regra são temáticas, de curta duração, e mostram unicamente uma selecção dos documentos considerados mais interessantes para o público (Feijão, 2006).

É possível que, à semelhança da BPE, muitas outras instituições não conheçam a verdadeira dimensão das suas colecções, por estas estarem também em catálogos antigos, desactualizados, ou não fazerem mesmo parte dos próprios catálogos, muitas vezes inacessíveis ao público. Por exemplo, o catálogo de mapas da BPE, é hoje constituído por três macetes de folhas manuscritas, aos que se soma um caderno dactilografado, onde se listam os mapas, sem obedecer a qualquer tipo de norma de descrição bibliográfica, com muitas cotas erradas, incluindo documentos para os quais não se sabia a localização.

Perante esta realidade, tentou-se fazer uma amostragem sobre as colecções de cartografia noutras bibliotecas públicas nacionais de depósito legal, as mais semelhantes à BPE, cuja lista completa se inclui em anexo nesta dissertação. No entanto, quem tentar essa prospecção, apenas acedendo remotamente aos catálogos depara-se com uma série de problemas que o inviabilizam. No catálogo das Bibliotecas da Universidade de Coimbra, no da Rede Municipal de Bibliotecas de Lisboa, no da Biblioteca Municipal de Braga, no da Biblioteca Pública Municipal do Porto, por exemplo, não está contemplada sequer uma secção ou colecção de cartografia. Isto pode levar a crer que as colecções de cartografia presentes nestas instituições sejam também diminutas, estejam em conjunto com o resto do universo documental, ou não se encontrem devidamente referenciadas no catálogo em linha, como

no caso da BPE. Isto vem ao encontro do referido por Feijão (2006), que sublinha a grande dificuldade em determinar o que existe, de facto, nas colecções das instituições portuguesas, visto haver uma generalizada deficiência no tratamento da informação de descrição bibliográfica de materiais cartográficos.

Uma outra possível explicação para a escassez de cartografia nos catálogos das bibliotecas públicas portuguesas pode ser a não obrigatoriedade de nelas ser feito o depósito legal de materiais cartográficos. Na página Web da Biblioteca Nacional de Portugal (BNP) pode ler-se, sobre o depósito legal: “Devem ser depositados 11 exemplares de cada publicação, excepto no caso de edições até 100 exemplares, edições de luxo até 300 exemplares, teses e equivalentes, documentos cartográficos e iconográficos e reimpressões de obras publicadas há menos de um 1 ano, de que apenas se exige um exemplar ou cópia.” Este texto remete para o Decreto-Lei n.º 74/82, de 3 de Março (disponível em <http://www.bnportugal.pt/images/stories/servicos/documentos/dl7482.pdf>), onde se pode ler esta informação. Assim, a própria legislação em vigor leva a que não haja uma maior disseminação de materiais cartográficos nas bibliotecas públicas portuguesas.

Tentou-se concretizar estas ideias, e pesquisando no catálogo da BNP (em <http://catalogo.bnportugal.pt/>), encontram-se poucos registos de mapas do Alentejo. Foram feitas quatro buscas diferentes: “material cartográfico Alentejo”, “material cartográfico Évora”, “material cartográfico Beja” e “material cartográfico Portalegre”. No total, foram encontradas 85 referências a mapas.

Curiosamente, fazendo as mesmas buscas em <http://porbase.bnportugal.pt/>, que é, supostamente, o catálogo integrado das bibliotecas portuguesas de depósito legal, incluindo a BNP, encontram-se menos registos que no catálogo da própria Biblioteca Nacional: apenas 80 registos. Isto leva a crer que haverá dados errados e em falta no cruzamento da informação dos catálogos que compõem o catálogo Porbase, ou mais provavelmente problemas no sistema informático, sua concepção ou sua actualização.

Há ainda as questões inerentes aos problemas informáticos das pesquisas em si, já que muitas delas não retornaram os resultados relativos a outras localidades pertencentes aos distritos e aos concelhos das localidades procuradas. Por exemplo, por “material cartográfico Beja”, apenas surgem materiais relativos à cidade de Beja, ao concelho de Beja ou ao distrito de Beja. Não surgem, por exemplo, resultados correspondentes a uma pesquisa por “material cartográfico Serpa” feita no Porbase (<http://porbase.bnportugal.pt/>), que remetem para quatro resultados referentes à vila de Serpa e área envolvente, que não incluem também as vilas e aldeias do concelho de Serpa. Isto ocorre porque no programa informático não estão previstas remissões para as descrições bibliográficas desses registos. Ou seja, é difícil ter uma ideia exacta de quantos mapas da região do Alentejo existem afinal nos catálogos da BNP e no Porbase, visto que seria necessário pesquisar por todos os topónimos existentes no Alentejo.

	Material cartográfico Alentejo	Material cartográfico Évora	Material cartográfico Beja	Material cartográfico Portalegre	Total
Biblioteca Nacional de Portugal	40	27	10	8	85
Catálogo Porbase	40	26	8	7	81

Tabela 1 – Comparação entre o número de mapas do Alentejo e o das capitais de distrito do Alentejo encontrados na BNP e catálogo Porbase

Estes dados parecem assim confirmar o que Joaquina Feijão (2006) refere, demonstrado a dificuldade que há em aceder a este tipo de documentos nas bibliotecas portuguesas. Houve falhas permanentes em algumas instituições que guardam estes documentos, algo para que até a própria legislação parece contribuir. Torna-se, portanto, relevante fazer um estudo mais aprofundado sobre o tema da Cartografia em bibliotecas públicas, bibliotecas públicas digitais, o seu estado de implementação em Portugal e a relevância que o público dá ao tema.

Para além do seu inegável valor histórico, os mapas são imagens que despertam curiosidade e interesse no grande público. Francisco Gomes (2006), indica que mais de metade dos pedidos de informação que o Instituto Geográfico do Exército (IGeoE) recebe são de particulares, na maioria apenas curiosos, procurando saber algo mais e consultar os recursos cartográficos. Interessante ainda é constatar, segundo a mesma fonte, que aproximadamente dois terços de todos os pedidos recebidos têm como objectivo o acesso ou aquisição de documentos em formato digital. Pode assim traçar-se um perfil de utilizador destes serviços que poderia encaixar-se plenamente com o do potencial utilizador de mapas digitalizados em bibliotecas públicas.

Após um estudo detalhado, poderá ser possível sugerir uma série de medidas a tomar por parte das bibliotecas para melhor divulgar uma riqueza documental que será, provavelmente, por muitos desconhecida, assim como propor algumas ideias sobre como disponibilizar tais documentos aos leitores e enriquecer a sua experiência como utilizadores de uma plataforma interactiva apelativa. Korsgaard (2005) descreve o caso dinamarquês, que pode servir de exemplo como um caso de sucesso. Segundo o autor, na página Web do National Cadastre and Survey of Denmark há imagens de mapas actuais, assim como antigos, combinados com a base de dados de endereços da Dinamarca. Nessa página é possível introduzir um endereço e ver lado a lado mapas actuais e antigos, de diversas épocas. Isto é, no fundo, semelhante ao que se fez no projecto DigMap, onde se podem visualizar mapas antigos lado a lado com mapas gerados no *Google Maps*.

Para além da Dinamarca, este interesse por Cartografia parece ser comum um pouco por toda a Europa, senão mesmo por todo o Mundo, algo que se pode constatar pelo número crescente de mapas digitalizados na Web, projectos de digitalização e centralização de obras, e companhias a explorar este mercado emergente com fins comerciais, factores que serão seguidamente analisados com maior pormenor.

Um projecto bastante recente, coordenado por portugueses, relacionado com cartotecas digitais foi o *DigMap* (<http://www.digmap.eu/> - versão internacional; <http://portal.digmap.eu/> - versão portuguesa). O propósito deste projecto foi não mais que centralizar num único sítio Web toda a cartografia

digital disponível em diversas bibliotecas nacionais da Europa. Lá, é possível navegar por todos os mapas aí disponíveis, visualizar as imagens com uma qualidade bastante alta, ver as descrições bibliográficas de todos eles, e visitar os sítios das bibliotecas que os disponibilizam, numa plataforma interactiva bastante flexível.

O projecto *Europeana*, disponível em <http://www.europeana.eu/>, da responsabilidade da Comissão Europeia, tem por objectivo algo semelhante ao *DigMap*, mas alargado a todas as obras, de todos os tipos, como livros raros, edições esgotadas, manuscritos, pintura, música, etc. A *Europeana* tem uma colecção cartográfica de dimensão bastante considerável, contendo presentemente mais de 7.000 mapas digitalizados, manuscritos e impressos, de diversas regiões da Europa.

Por estes exemplos se prova o interesse do grande público em mapas, ortofotomapas, fotos tiradas a partir de satélite, sempre com finalidades distintas, que pode ir de necessidades profissionais a simples curiosidade. Alguns leitores interessados podem ser: um estudante de História, que procura saber como eram feitos os mapas do século XVI, ou um estudante de Geografia que pretende conhecer o Mundo através de representações gráficas do mesmo; pode ser alguém que planeia uma viagem, e pretende ter uma ideia de como é a região que vai visitar, ou apenas um curioso que um pouco acidentalmente observa o espaço através das interpretações cartográficas que dele se têm feito ao longo de largos séculos de História.

Não é por acaso que uma empresa com a dimensão do *Google* decidiu investir num projecto como o *Google Earth*, programa que regista já largos milhões de utilizadores por todo o Mundo. Sendo de cariz orientado essencialmente para encontrar o maior número possível de utilizadores, falta-lhe a especificidade de incluir representações do planeta mais antigas e raras. Esse papel poderá ser atribuído às cartotecas e bibliotecas, especialmente às bibliotecas públicas.

Será assim justificável uma investigação aprofundada sobre a eventual necessidade de se constituírem dentro das bibliotecas públicas portuguesas colecções de documentos digitalizados, tendo como ponto de partida o estudo sobre espólios cartográficos e sua digitalização. As possíveis vantagens que



tais colecções trariam podem ser, de futuro, uma mais-valia para as bibliotecas, permitindo-lhes atingir um público cada vez mais vasto, servindo-o cada vez melhor, à semelhança das Bibliotecas Públicas de Lisboa e da sua Hemeroteca Digital.

## **b) Metodologia**

Sendo a inclusão de meios informáticos nas bibliotecas um dos tópicos de discussão em Ciências da Informação desde há alguns anos, e sendo a inclusão das bibliotecas e seus serviços no mundo em linha algo a que ainda se está a assistir, pode ter interesse aprofundar esta questão através de um estudo sobre a realidade portuguesa. Esta investigação terá como ponto de partida uma parte específica dos materiais de acesso habitualmente reservado nas bibliotecas, que são os materiais cartográficos, manuscritos e impressos. Esta opção não é arbitrária.

Em primeiro lugar, porque a dissertação será elaborada num contexto de investigação-acção, que tem como finalidade a descrição bibliográfica e digitalização dos materiais cartográficos da BPE. Tal investigação-acção foi proposta pelo Centro Inter-Disciplinar de História, Culturas e Sociedade da Universidade de Évora (CIDEHUS), integrado no projecto *História do Alentejo séculos XII-XX. Aprofundamentos empíricos*. Em segundo lugar, a escolha de mapas tem como base o facto de poderem ser documentos com particular interesse não só para a generalidade do público, como para os estudantes e investigadores ligados ao quadro universitário.

O trabalho consistiu na descrição bibliográfica num formato MARC (*Machine Readable Cataloguing*), assim como da digitalização, de toda a cartografia da BPE, o que explica também a escolha deste tipo específico de documentos para estudar a problemática da construção de colecções digitais nas bibliotecas públicas portuguesas. Entre os mapas da BPE foram seleccionados os que dizem respeito ao Alentejo, visto poderem ser os mais relevantes para o público leitor desta região. O conjunto de documentos poderá ser posteriormente colocado em linha no sítio da BPE.

Será assim um estudo do tipo investigação-acção, de acordo com Denscombe (2003): baseado num problema concreto, neste caso o facto de não haver catálogo digital nem cópias digitais de determinado tipo de documentos numa biblioteca específica; no decorrer da investigação não será apenas estudado o problema, propondo soluções para ele, mas será feito algo para o solucionar, ou seja, o espólio cartográfico da BPE foi catalogado num

formato MARC e digitalizado pelo próprio investigador. Isto faz do investigador um elemento participante no processo de investigação, o que trará inevitavelmente uma natureza cíclica e recursiva ao processo de investigação, isto porque se o investigador funciona como um elemento que provoca mudanças à medida que estuda o problema, terá que estudar o problema de acordo com essas mesmas mudanças, comparando o que existia antes da intervenção, o que existiu durante a intervenção, e o que existe finda a intervenção (Denscombe, 2003).

Os dados a recolher e analisar durante a investigação deverão ser maioritariamente qualitativos. Patton (1990) afirma que os dados recolhidos em trabalho de campo, que é o caso de uma investigação-acção, serão tipicamente qualitativos. Isso permite uma aproximação mais detalhada e profunda ao problema, sem constrangimentos pré-estabelecidos no que diz respeito à análise de resultados. De acordo com Gorman & Clayton (1997), uma pesquisa qualitativa retira dados de onde ocorrem os eventos investigados, descrevendo o que acontece e encontrando indutivamente explicações com base nos dados recolhidos na observação, que foi o caso da maioria das conclusões retiradas no decorrer da investigação, nomeadamente das que decorreram do trabalho desenvolvido junto da colecção cartográfica da BPE.

Haverá também lugar a pequenas análises quantitativas através de inquéritos, cuja finalidade será essencialmente realizar triangulações com os dados qualitativos recolhidos no contexto da investigação-acção, isto para permitir confrontar ambos e eventualmente comprovar os qualitativos. Patton (1990) afirma que os métodos qualitativos são os mais indicados para aprofundar ao máximo um problema específico, sem no entanto ser possível generalizá-lo, ao passo que os métodos quantitativos são mais indicados para fazer generalizações, sem no entanto dar muita profundidade a aspectos específicos. Através do uso dos dois métodos é possível, até certo ponto, estudar o problema específico em causa e obter dados suficientes para generalizar alguns dos seus aspectos.

Os inquéritos foram feitos a duas amostras populacionais diferentes, sendo os primeiros os bibliotecários de bibliotecas públicas e os segundos os

utilizadores das mesmas bibliotecas. Pretende-se, no caso dos primeiros, comprovar ou refutar as ilações tiradas da investigação relativamente ao que poderia ser considerado interessante ou não do ponto de vista dos gestores das bibliotecas, nomeadamente em relação à importância da integração das bibliotecas no mundo digital, através, por exemplo, dos seus catálogos, serviços tradicionalmente apenas realizados no seu espaço físico, como o serviço de referência. Os bibliotecários foram também questionados sobre quais as prioridades quanto à gestão das suas colecções, assim como sobre quais são ou poderiam ser as prioridades na construção de uma colecção digital. Foram feitos, anonimamente, quarenta e quatro inquéritos a bibliotecários, essencialmente por três vias: presencialmente, telefonicamente e por correio electrónico. Em primeiro lugar, foram contactadas por correio electrónico todas as bibliotecas públicas da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas, com o intuito de aferir o interesse em participar nos inquéritos. Após essa prospecção, foram inquiridos os bibliotecários que se mostraram interessados em participar no estudo. Depois disso foram ainda contactados por telefone ou presencialmente os bibliotecários dos distritos de Portugal menos representados. Esse método resultou numa amostra de bibliotecários que podem representar de forma aceitável a actual realidade portuguesa, pelo que foram inquiridas pessoas de diversos escalões etários, diferente formação académica, repartidas por todo o País, ligadas a bibliotecas de diferente importância e dimensão.

A amostra de utilizadores de bibliotecas públicas é muito semelhante à dos bibliotecários nos aspectos da diversidade de idade, formação académica e localização geográfica. Foram feitos 83 inquéritos, na sua maioria presencialmente, em algumas bibliotecas públicas. Outros realizaram-se por correio electrónico, com o intuito de tentar incluir na segunda amostra algumas das faixas etárias e províncias geográficas menos representadas na amostra. O principal objectivo destes outros inquéritos foi o de comparar até que ponto os seus interesses seriam convergentes com os dos bibliotecários e de confirmar ou refutar se os seus interesses são correspondidos no espaço das bibliotecas públicas.

Ambas as amostras foram seleccionadas de acordo com o método

probabilístico descrito por Fernandes (1993), consistindo na escolha aleatória de sujeitos para a amostragem de forma a que toda a população, de diferentes idades, sexo, formação académica e local de residência, tenham a mesma hipótese de entrar na amostra, reflectindo a própria amostra a dimensão das diferentes categorias de inquiridos, apresentando-se estes em percentagens semelhantes às que têm no conjunto total da população. Este método aparenta poder reproduzir resultados mais fiéis à realidade que o método das quotas, que consiste em procurar propositadamente sujeitos diferentes com categorias diferentes em proporções pré-estabelecidas (Fernandes, 2003). No entanto, conforme referido, utilizou-se também este método para tentar colmatar algumas falhas na primeira selecção das amostras, pois sendo ambas as amostras de dimensão reduzida, em especial a segunda, poderá ser benéfico tentar incluir na mesma indivíduos do universo dos utilizadores de bibliotecas públicas com características como a idade, formação académica e local de residência menos representadas na amostra inicial.

O tipo de questões utilizadas foram apenas questões fechadas, com a intenção de aferir segundo escalas de 1 a 4 qual o grau de interesse que os inquiridos tinham nos diferentes itens ou a frequência com que utilizam ou consultam algo. Este tipo de questões são, de acordo com Fernandes (1993) e com Bell (2004), as que podem reproduzir de forma mais segura as opiniões dos inquiridos, com uma margem de erro reduzida em relação a possíveis dificuldades de interpretação das perguntas ou expressão das respostas por parte dos inquiridos, com a vantagem acrescida de ser mais fácil trabalhar estatisticamente as respostas. Embora todas as questões sejam relativamente simples, foram feitas por ordem crescente de complexidade, pois é aconselhável colocar primeiro as questões mais simples e menos comprometedoras, e deixar para o fim as mais complexas e pessoais (Fernandes, 1993; Bell, 2004). As questões foram também feitas de forma a serem concisas, de forma a apurar os resultados pelo confronto de diversas questões simples, com poucas hipóteses de resposta na escala, ao invés de o tentar fazer com uma única questão mais complexa com um maior número de hipóteses de resposta na escala, algo que é aconselhado por Slater (1990). Após o apuramento dos dados, os mesmos são apresentados em

percentagens, distribuídos em quadros, acompanhados de gráficos de barras, que são, segundo Bell (2004), os que permitem uma melhor leitura dos resultados dos diversos itens divididos por diferentes escalas.

A investigação maioritariamente qualitativa poderá ser a mais indicada para um tema como o que é proposto, mas não será à partida possível fazer um trabalho de investigação de acordo apenas com uma única metodologia, quantitativa ou qualitativa (Bell, 2004). Até certo ponto, os próprios inquéritos, consensualmente considerados como uma ferramenta de pesquisa quantitativa, podem ser também, de acordo com Slater (1990), uma fonte de informação qualitativa, se forem apropriadamente preparados e analisados. De qualquer forma, segundo Denscombe (2003), uma investigação maioritariamente qualitativa é a mais indicada para investigações que visem estudar a forma como as pessoas entendem ou atribuem significado a algo, assim como para estudar padrões de comportamento, o que será então complementado pela análise estatística dos inquéritos.

Eco (1998) define quatro regras para o reconhecimento de um trabalho como científico: deve debruçar-se sobre um objecto identificável e definido, para que possa ser reconhecido pelos outros; a pesquisa deve dizer sobre o seu objecto coisas que ainda não tenham sido ditas, ou deve dar uma nova perspectiva sobre o que já foi dito; deve ser útil aos outros; e deve conter os elementos necessários para a sua confirmação ou rejeição, permitindo uma possível continuação pública. A realização das seguintes tarefas visa corresponder a essas quatro expectativas em relação ao problema proposto nesta dissertação:

1 – Recolha, leitura e análise de bibliografia sobre bibliotecas públicas, sobre colecções cartográficas, e sobre Informática ao serviço das Ciências Documentais.

2 – Recolha, leitura e análise de informação sobre a criação da Biblioteca Pública de Évora e sobre o seu fundador Frei Manuel do Cenáculo Villas Boas, bem como sobre as etapas da evolução histórica da instituição, tendo especialmente em conta a sua política de construção e gestão das colecções documentais.

3 – Recolha, leitura e análise de informação que assinale a importância da disponibilização de documentos raros, únicos ou de acesso reservado aos utilizadores de bibliotecas públicas, dando enfoque especial aos documentos cartográficos.

4 – Aplicação de inquéritos junto dos responsáveis directos de algumas bibliotecas públicas portuguesas, visando apurar qual o interesse na migração de alguns serviços da biblioteca para o ambiente Web, assim como dos seus documentos, verificando também a exequibilidade dessa migração.

5 – Aplicação de inquéritos junto dos utilizadores de algumas bibliotecas públicas portuguesas, visando apurar qual o interesse do público na disponibilização dos mesmo serviços em linha sobre os quais os bibliotecários foram questionados.

6 – Identificação, selecção e descrição dos mapas que representam a região do Alentejo dentro da colecção da BPE. Catalogação e digitalização dos mesmos.

7 – Construção, em conjunto com o Departamento de Informática da Universidade de Évora, de uma plataforma multimédia para a apresentação dos mapas ao público.

8 – Redacção do texto da dissertação de Mestrado, reunindo a informação recolhida através de bibliografia já publicada com a informação obtida no decorrer da investigação e a experiência decorrente da digitalização e disponibilização dos materiais respeitantes à região do Alentejo. Formulação de conclusões, incluindo nelas directrizes para futuras investigações relacionadas com este tema.

# I – Bibliotecas Públicas e digitalização de colecções documentais

## 1 – Algumas reflexões

O ponto de partida consensualmente aceite sobre o papel das bibliotecas públicas encontra-se no *Manifesto da IFLA/UNESCO sobre bibliotecas públicas* (IFLA, 1994, p. 1): “A biblioteca pública é o centro local de informação, tornando prontamente acessíveis aos seus utilizadores o conhecimento e a informação de todos os géneros.” O manifesto refere ainda que todos, independentemente da sua raça, idade, condição social, devem não só ter acesso aos serviços da biblioteca, mas também ter condições que respondam às suas particularidades, dificuldades, ou tipos de informação específica que procurem. Isso significa que as bibliotecas públicas não são, nem devem ser, todas iguais. Devem, isso sim, responder da melhor forma às necessidades da população envolvente, algo que pode ser muito diferente de país para país e de região para região (Gill, 2004). Por exemplo, no contexto da realidade portuguesa, uma biblioteca pública situada em Lisboa deverá ter características muito diferentes de uma situada numa pequena cidade, pois o público que serve é em tudo diferente: deve servir algumas minorias, como imigrantes, deve servir um número muito superior de utilizadores, e deve servir a população universitária.

Até certo ponto, isto pode fazer com que a forma como são vistas as bibliotecas públicas pela população seja completamente diferente, dependendo do contexto cultural: umas vezes, são vistas como locais de estudo; outras, como centros recreativos, refere Gill (2004). Calixto (2004) sublinha este papel formador das bibliotecas públicas, relativamente à aprendizagem ao longo da vida e à autoformação. Isto não significa apenas a aprendizagem entre os adultos, mas sim em todas as idades.

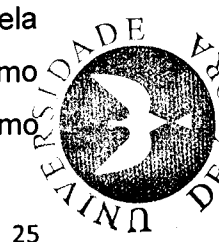
Aparentemente, este objectivo tem falhado um pouco em Portugal, pois parece haver uma discordância entre o que os utilizadores das bibliotecas públicas querem ou precisam e o que lhes é dado. Calixto (2004) sublinha que



essas diferenças surgem, essencialmente, em quatro aspectos: demasiada ênfase nas actividades de animação cultural; noção limitada de oferta de informação para a educação; ausência de aconselhamento e apoio entre as funções associadas à aprendizagem ao longo da vida; recursos inadequados para essa mesma aprendizagem. A esses problemas, associa um conjunto de causas: relutância dos bibliotecários em assumir papéis não tradicionais; errada percepção do público sobre as funções duma biblioteca pública; falta de recursos das bibliotecas; ausência de teoria de base; pouca ou nenhuma tradição de aprendizagem aberta, à distância, ao longo da vida.

Num texto posterior, Calixto (2005:1) mostra o que de positivo tem surgido nas bibliotecas públicas portuguesas, que passa por uma melhoria nas condições de espaço, iluminação, mobiliário, a inclusão de secções de audiovisuais, alargando o espectro de documentação até novos meios de suporte, e a adopção das Tecnologias da Informação e Comunicação. Relativamente a este último aspecto, sublinha também o papel de apoio à autoformação, visto que as bibliotecas públicas desempenham um papel fundamental no combate à infoexclusão, ao disponibilizar no seu espaço o acesso gratuito a todas as novas tecnologias, inclusivamente a recursos e documentos digitais no espaço das bibliotecas públicas.

Relativamente à biblioteca digital, é definida por Caldeira (2003) como uma colecção informatizada de documentos de qualquer tipologia, apresentados ao público isoladamente ou como parte de uma colecção temática. Concretamente no caso das bibliotecas públicas, pode existir interesse numa migração de parte das suas colecções para o universo digital, pois para além das funções e serviços tradicionalmente associados às bibliotecas públicas, há todos os referidos por Calixto (2005:1), entre os quais se incluem recursos e documentos em formato digital, como um importante serviço de construção de directórios de documentos digitais e em linha. Serrano (2001) refere que a missão das bibliotecas digitais é a de informar rapidamente o maior número possível de utilizadores, algo possível pela multiplicidade de acessos simultâneos, remotos e instantâneos a um mesmo documento. Para além do mais, é também possível utilizar a digitalização como



forma de melhor divulgar documentos pouco conhecidos, ou documentos de acesso reservado, de outra forma inacessíveis (Weber e Dorr, 1998).

Para construir uma colecção digital há, de acordo com Linde (2006), quatro pontos a ter em conta: adquirir trabalhos digitais originais criados pelos autores, como artigos científicos, livros, comunicações em conferências, fotografias; converter documentos originalmente em papel para o formato digital; adquirir ou usar material externo, de livre acesso, como livros e revistas electrónicas, assim como criar directórios de ligações para sítios externos; controlar todas as questões relativas a direitos de autor, tal como monitorizar a todo o momento qual a situação em que se encontra a informação digital, assim como monitorizar e identificar todos os utilizadores que acedem a essa informação e qual o uso que lhe dão. Cleveland (1998) e Kenney & Oya (2000) sublinham também todos esses elementos.

Segundo Chartier (2001), “há uma transformação frente aos meios tradicionais de transmissão de textos”, que são cada vez mais veiculados por meio electrónico. Revistas científicas, jornais, entre outras publicações periódicas, têm já edições exclusivamente em linha. Outra questão que afirmações deste tipo levantam é se o livro digital virá a substituir o livro em formato de papel, o códice. Chartier (2001), sobre este assunto, esclarece que os documentos digitais surgiram naturalmente, acompanhando a evolução da Humanidade, mas que não vêm para substituir o códice, mas sim para complementá-lo, como defende também Darnton (1999), que afirma que o livro digital é um suplemento e não o substituto da imprensa. Bethencourt (1998) acrescenta que uma das maiores vantagens do livro digital é o espaço que ocupa. Pode ter-se uma biblioteca completa dentro de um único computador, que de outra forma ocuparia quilómetros de estantes, algo que pode ser uma solução para as muitas bibliotecas que se debatem com o eterno problema da falta de espaço dentro das suas paredes.

Para que melhor se compreenda a necessidade de ter colecções digitais nas bibliotecas, em especial nas bibliotecas públicas, convém, de novo, partir do *Manifesto da IFLA/UNESCO sobre bibliotecas públicas* (IFLA, 1994, p. 2), em especial no que diz respeito à forma como alguns serviços devem ser disponibilizados à comunidade: “[...] serviços e materiais específicos devem ser

postos à disposição dos utilizadores que, por qualquer razão, não possam usar os serviços e os materiais correntes, como por exemplo minorias linguísticas, pessoas deficientes, hospitalizadas ou reclusas.” Concretamente no caso destas últimas, ou que por qualquer outro motivo não se possam deslocar ao espaço da biblioteca pública, a disponibilização de documentos em linha pode ser uma solução para lhes fazer chegar a informação, de acordo com Melrose (2003), Nunes (2004) e Korsgaard (2005) pois “[...] os serviços têm de ser fisicamente acessíveis a todos os membros da comunidade. Tal supõe a existência de edifícios bem situados, boas condições para a leitura e o estudo, assim como o acesso a tecnologia adequada e horários convenientes para os utilizadores. Tal implica igualmente serviços destinados àqueles a quem é impossível frequentar a biblioteca.” (IFLA, 1994, p. 4). A digitalização de documentos permite assim uma ampliação do público-alvo, visto que a sua disponibilização abre as portas da biblioteca não apenas à comunidade envolvente, mas a todo o Mundo (Bethencourt, 1998).

Nunes (2004) afirma que há todo um conjunto de serviços no ambiente Web que as bibliotecas devem prestar. Num primeiro nível, serviços de informação gerais: dados sobre a biblioteca e sua história, calendário de actividades, horário, contactos, e afins. Num segundo nível, serviços bibliotecários propriamente ditos, como serviço de referência, catálogo em linha, reserva e renovação de requisições, informação e documentos em formato digital. Caldeira (2003) enumera também um conjunto de serviços muito semelhantes a estes, mas direccionados para bibliotecas puramente digitais, isto é, bibliotecas que só existem no espaço Web, que de qualquer forma teriam um funcionamento muito semelhante ao das bibliotecas tradicionais ao nível de serviços, aspectos que concordam com outra das directrizes da IFLA (1994, p. 2): “as colecções e serviços devem incluir todos os tipos de suporte e tecnologias modernas apropriados assim como fundos tradicionais.” Aparentemente, estes serviços podem não representar um encargo acrescido para as bibliotecas, mas pelo contrário podem ser rendíveis do ponto de vista do esforço financeiro e humano.

No *Relatório sobre as bibliotecas públicas em Portugal* (Moura, 1996) referem-se algumas das vantagens: custos inferiores, comodidade na

possibilidade de aceder a documentos à distância, vinte e quatro horas por dia, e vantagens ecológicas por não se utilizar papel. O autor afirma ainda que a distribuição em rede permitirá novos produtos e serviços de informação por parte das bibliotecas públicas, bem como a disponibilização das obras reservadas, num formato electrónico que não compromete de forma alguma a integridade física do original. Weber e Dorr (1998) comentam sobre as vantagens de digitalizar documentos reservados e com possíveis problemas de conservação: para além de perpetuar a informação que contêm, permitem a sua divulgação e acesso livre, sem nunca comprometer o original.

Patrão (1999) concorda também com as vantagens da implementação do uso de digitalizações nas bibliotecas, acrescentando que a Rede de Conhecimento das Bibliotecas Públicas (RCBP) pode ser importante para a migração das bibliotecas públicas portuguesas para o mundo digital, integrando-as numa rede eficiente: “[...] a RCBP disponibilizará um conjunto de serviços interactivos através da Internet para facilitar a pesquisa dos catálogos, a localização geográfica do título, a reserva e o empréstimo de documentos, a troca de informações entre os utilizadores. Estes serviços interactivos serão modulares e poderão ser acedidos através do sítio Internet da RCBP ou poderão ser personalizados e incorporados nos sítios das próprias bibliotecas municipais”. A referida tarefa de digitalização e disponibilização em linha poderia enquadrar-se em algo próximo daquele que foi o projecto da Rede Informática de Leitura Pública, também supervisionado pelo IPLB, que visa interligar catálogos de diversas bibliotecas públicas portuguesas, normalizando os programas de catalogação e os formatos das bases de dados (Patrão, 1999).

A preservação é uma outra vantagem dos documentos digitais, segundo Darnton (1999) e Chartier (2001). Por um lado, há uma melhor conservação do documento original, por já não ser necessário manuseá-lo de cada vez que se quer consultar. Torna-se possível consultar a versão digital e reproduzir de novo em papel a digitalização, em consonância com algo que Cabral (2005) refere no seu texto sobre conservação preventiva, concordante também com Silva (2005), que muitos espécimes, para que sejam convenientemente conservados e eventualmente recuperados devem ser defendidos do manuseio e

uso, muitas vezes impróprio, de utilizadores e mesmo de profissionais da área da biblioteconomia. Torna-se também possível, com as digitalizações, a perpetuação da informação contida no documento original, como defende Silva (2005), que considera que a preservação deve incidir não apenas nos documentos em si, mas sobretudo na informação que contêm. Serrano (2001) propõe também essa preservação digital, através da reprodução em diferentes suportes de um mesmo documento, para que não se perca a informação neles contida. Qualquer documento pode deteriorar-se ao ponto de ser irrecuperável ou ser completamente destruído em algum acidente, por um incêndio, inundação, ou acção de animais, como roedores (Lavoie, 2005). A própria lei do direito de autor permite que se façam cópias de documentos que estejam protegidos por esse direito, desde que sejam exclusivamente para uso privado e com o fim de preservar ou substituir os originais que tenham sido legalmente adquiridos. No caso das bibliotecas, desde que essas cópias não saiam do edifício, são perfeitamente legais (Besek, 2003).

Essa perpetuação é apenas possível desde que a migração para novos formatos da própria cópia digital seja feita a tempo, de acordo com Pavão (2002), Lavoie (2005) e Pinto (2005), pois se não se fizer corre-se o risco de ter a informação gravada num tipo de suporte que pode não ser legível alguns anos depois. Pavão (2002) acrescenta ainda uma lista de causas da perda de informação digital: perda dos dados sobre o arquivo onde se guardou o ficheiro; perda dos metadados sobre o ficheiro; formato de ficheiro obsoleto ou desconhecido; formatação do suporte obsoleta ou desconhecida; falta de aparelho de leitura para suportes obsoletos; deterioração do suporte. Esses problemas, de acordo com o mesmo autor, podem ser superados seguindo uma série de procedimentos, como usar formatos livres e universais, em suportes de diferentes tipos, guardados em diferentes sítios, acompanhados por escrito de todos os dados relativos aos formatos utilizados.

Procedimentos semelhantes são também referidos por Weber & Dorr (1998), considerando também a fotografia e microfilmagem como formas alternativas à digitalização. Por fim, resta ainda monitorizar constantemente a qualidade e actualidade de todo o acervo digital (Weber & Dorr, 1998; Pavão, 2002). No caso dos microfimes, de acordo com Bethencourt (1998), a

longevidade pode ser de centenas de anos, desde que devidamente acondicionados, algo que não se passa com os suportes digitais, que têm uma duração estimada de pouco mais de uma dezena de anos, daí a necessidade constante de os monitorizar e voltar a copiar para novos suportes. Cabral (1998) concorda também com esta visão, acrescentando que a microfilmagem não enfrenta os problemas de incompatibilidades de formatos das digitalizações, nem necessita de migrar para novos formatos.

Há ainda a acrescentar que existem uma série de linhas orientadoras para as possíveis escolhas das instituições relativamente ao formato dos dados e políticas de digitalização. Em *The NINCH Guide to Good Practice in the Digital Representation and Management of Cultural Heritage Materials* (2002), é referido que cada instituição deve adoptar diferentes medidas e formatos que melhor se adequem ao uso que se dará a cada documento digitalizado. Por exemplo, as definições de resolução e cor devem variar de acordo com o que é digitalizado. Um texto impresso a preto e branco necessitará de uma resolução que permita lê-lo, e uma cor apenas; um texto manuscrito a lápis ou tinta necessitará de ser digitalizado a tons de cinzento com uma resolução maior; um mapa ou uma fotografia necessitarão de ser digitalizados com uma larga paleta de cores e numa resolução suficientemente alta para que seja possível observar todos os elementos da imagem com detalhe suficiente. Tudo isso implica, segundo o mesmo texto, diferentes formatos de gravação dos ficheiros, que devem ser preferencialmente actuais, de livre acesso, como por exemplo os ficheiros .TIFF, e com uma flexibilidade que permita desde a qualidade mais elevada ao menor espaço em disco, como os ficheiros .JPEG. Kenney e Oya (2000) sublinham também todos esses aspectos.

Como se pode constatar, nem tudo será positivo nas bibliotecas digitais e nos documentos digitais. Há a sempre eminente hipótese de se perder informação na migração para formatos digitais diferentes como Pavão (2002), Pinto (2005) e Lavoie (2005) referem, correndo-se o risco de ter suportes impossíveis de ler nos computadores actuais. Nestes casos, indica Pavão (2002), a perda de informação é ainda mais grave que no caso da deterioração dos documentos originais, uma vez que a perda de informação digital implica a perda completa e irreversível de todo o documento. Kenney & Oya (2000)

mencionam também essas questões, mas acrescentam ainda a necessidade de fazer novas digitalizações sempre que as mesmas fiquem obsoletas. Por exemplo, em relação à qualidade da cor, se há alguns anos uma digitalização a 400 dpi era o topo de gama hoje é vulgar encontrar máquinas que digitalizam a 3200 dpi. Esta questão não se prende com a necessidade de migrar as digitalizações em si, mas sim de assegurar que são feitas a tempo todas as actualizações de documentos digitais que visem a preservação.

Outra questão que se levanta ao nível da informação digital, em especial aos documentos originalmente digitais, isto é, os que não foram digitalizados a partir de papel, tendo antes nascidos originalmente em formato electrónico, é o da sua autenticidade e da sua integridade, embora esse problema afecte também todos os documentos digitalizados. Lynch (2002) alude a estes problemas como sendo duas das questões mais fundamentais do mundo digital. A autenticidade dificilmente pode ser provada, em relação a questões como a autoria do documento e a sua idade, pois não há papel e tinta para analisar que provem nada sobre o documento. A integridade, isto é, a não adulteração ou modificação de um ficheiro por terceiros é também de difícil comprovação. Estes problemas nunca se colocariam, segundo Cabral (1998), se a preservação de informação for feita em microfilme e não em digitalizações, pelo que, até certo ponto, concorda que as preservações sejam feitas de forma mista, digital e analogicamente. Dessa forma previne-se de forma eficaz a autenticidade e integridade dos documentos. Lynch (2002) sugere uma série de procedimentos para ajudar a comprovar a autenticidade e dificultar alterações a documentos, como assinaturas digitais aos ficheiros e marcas de água nas imagens, embora também assuma à partida que no mundo digital é impossível conseguir garantir completamente quer a autenticidade quer a integridade de documentos.

Sobre este mesmo assunto, Levy (2002), abordando a questão da autenticidade, sublinha ainda a dificuldade que há em manter um documento digital inalterado, dando como exemplo o facto de um mesmo documento aberto por dois navegadores diferentes, ou em dois editores de texto de diferentes versões, pode aparecer com tipos de letra diversos, imagens deslocadas, cores trocadas. Esse mesmo problema pode levar a alterações na

integridade, inadvertidamente, se por exemplo alguém obtiver o ficheiro, que pode ser automaticamente modificado e gravado com alterações, que o utilizador, inconsciente das mudanças, pode voltar a redistribuir como sendo original (Levy, 2002).

Outro problema das bibliotecas digitais completamente distinto pode ser a ausência física dum bibliotecário e pessoal técnico que pode ser determinante para que os utilizadores sintam dificuldades em aceder à informação que procuravam, visto que é necessário um nível de autonomia muito elevado (Caldeira, 2003). Isto implica que o desenho da biblioteca digital seja feito muito cuidadosamente, com ajudas constantes, âncoras de informação, facilidade de interacção com todos os recursos, e um serviço de apoio eficaz e quase permanentemente activo. Rafael (2001) acrescenta que se podem dividir as actuais bibliotecas em três tipos: biblioteca de papel/analógica, com documentos, ficheiros, catálogo em papel; biblioteca híbrida/automatizada, com documentos em papel mas catálogo automatizado; biblioteca digital, automatizada e com a maior parte da sua informação em formato digital. Complementando a informação de Caldeira (2003), Rafael (2001) propõe uma série de medidas para fazer uma transição gradual das bibliotecas analógicas até às digitais: descobrir e recuperar informação digital, disponibilizando-a; disponibilizar eficazmente mecanismos de pesquisa; disponibilizar a leitura de documentos digitais, salvaguardando sempre os direitos de propriedade intelectual; arquivar e preservar toda a informação digital culturalmente significativa; investir em tecnologias, estabelecendo relações de colaboração entre as bibliotecas e os seus fornecedores; encarregar diferentes tipos de bibliotecas a produzir diferentes documentos electrónicos; formar os utilizadores das bibliotecas para o acesso e uso da informação digital; formar os bibliotecários para a gestão apropriada de recursos electrónicos; incutir nas bibliotecas a necessidade de integração no mundo digital.

Cleveland (1998) refere que o controlo das cópias de documentos digitais é difícil e implica que as bibliotecas desenvolvam uma série de mecanismos de controlo: uso dado à informação; controlo dos utilizadores e do seu acesso aos documentos; informar os utilizadores sobre qual a situação de



direito de autor em que se encontram as obras, cobrando, se necessário, taxas associadas ao seu acesso; limitar o número de acessos a cada documento, cobrar pelas cópias dos documentos, ou mesmo passar essa responsabilidade às editoras ou aos autores. Smith (2001), sobre os pagamentos de digitalizações, acrescenta mesmo que as bibliotecas podem cobrar pelas suas digitalizações para financiar novos projectos de digitalização, embora sublinhe que muitos bibliotecários são um pouco reticentes a isso, pelo menos em bibliotecas públicas, porque os serviços das mesmas são, em princípio, gratuitos (IFLA, 1994)

Relativamente ao caso português, há dois institutos que são os maiores produtores de informação geográfica em Portugal, o Instituto Geográfico do Exército (IGeoE) e o Instituto Geográfico Português (IGP), ambos mantendo vastas colecções de cartografia nas suas cartotecas. A cartoteca do Instituto Geográfico do Exército define a sua missão como “a salvaguarda do acervo cartográfico produzido pelo Instituto Geográfico do Exército e antecessores ao longo da sua história, assim como a disponibilização de informação cartográfica das mais variadas regiões do mundo onde exista interesse nacional” (Gomes, 2006). A cartoteca do Instituto Geográfico Português define a sua missão como “Responsável pelo fundo cartográfico do IGP; Depósito, preservação, divulgação e disponibilização dos recursos documentais; Reprodução de cartografia antiga; Promoção da informação geográfica produzida no IGP” (Camacho e Dias, 2006). São, em certa medida, coincidentes em dois aspectos: a preservação e conservação da informação produzida e a divulgação da mesma.

Há o cuidado por parte do IGeoE e do IGP em constituir cartotecas digitais a partir das suas colecções. Se, por um lado, isso se faz por questões de conservação de materiais antigos, sendo essa, por exemplo, uma das prioridades do Instituto Geográfico do Exército (Gomes, 2006), por outro também ocorre por uma questão de permitir a acessibilidade do público a materiais que de outra forma teriam o acesso restrito por questões de preservação e conservação (Camacho & Dias, 2006). A cartoteca e a cartoteca digital, assim como a venda de recursos digitais para GPS, por exemplo,

representam então uma forma eficiente de divulgar a informação geográfica que o instituto produz.

Ao construir-se uma colecção de documentos digitalizados surge uma série de questões e problemas que merecem especial atenção. Algumas delas já foram afloradas anteriormente: a questão da impossibilidade de manuseamento e edição informática de imagens de dimensões muito grandes para a construção das matrizes, que têm obrigatoriamente que ficar divididas em diversos ficheiros; a questão das marcas de água e tipos de papel que não são analisáveis nas imagens digitalizadas, correndo-se o risco de perder informação que está no suporte material do documento; a impossibilidade de analisar as tintas utilizadas nos documentos; a questão da utilização das ripas de madeira, documentos emoldurados, documentos colados em cartão ou contraplacado, onde também se corre o risco de perder informação relativa a esses materiais a que o documento foi fixado; a questão dos textos, anotações, cotas antigas, que podem estar no verso do documento ou inscritos na pasta ou no quadro onde está preso, que devem ser também digitalizados, a fim de preservar ao máximo toda a informação presente em cada documento.

Outra ordem de problemas levantados pelas colecções digitais prende-se com a garantia da protecção dos direitos de autor, assim como dos direitos de propriedade das instituições que detêm esses materiais. Linde (2006) refere que é necessário controlar todas as questões relativas a direitos de autor, tal como monitorizar a todo o momento qual a situação em que se encontra a informação digital, assim como monitorizar e identificar todos os utilizadores que acedem a essa informação e qual o uso que lhe dão.

As questões relacionadas com o direito de autor são abordadas de forma mais extensa em *The NINCH Guide to Good Practice in the Digital Representation and Management of Cultural Heritage Materials* (2002), na secção IV, "Rights Management". Embora este guia seja elaborado tendo em conta as leis de direito de autor dos Estados Unidos da América, os seus princípios aplicam-se também à legislação em vigor na União Europeia. Os tipos de documentos listados como passíveis de protecção pelo direito de autor são: trabalhos literários de qualquer género, incluindo qualquer *software*;

trabalhos dramáticos, incluindo banda sonora; trabalhos musicais, incluindo as letras; trabalhos artísticos; pantominas e trabalhos coreográficos; fotografias, desenhos e esculturas; filmes e outros audiovisuais, independentemente do seu suporte; trabalhos arquitectónicos. No *Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos*, que é a legislação portuguesa em vigor (disponível na Web em [https://ciist.ist.utl.pt/docs\\_da/codigo\\_direito\\_autor\\_republicado.pdf](https://ciist.ist.utl.pt/docs_da/codigo_direito_autor_republicado.pdf)), apresenta-se uma lista semelhante no Artigo 2º, acrescida da lista do que se considera equiparado a original no Artigo 3º, que aqui se transcrevem:

#### “ARTIGO 2º Obras originais

1 – As criações intelectuais do domínio literário, científico e artístico, quaisquer que sejam o género, a forma de expressão, o mérito, o modo de comunicação e o objectivo, compreendem nomeadamente:

- a) Livros, folhetos, revistas, jornais e outros escritos;
- b) Obras dramáticas e dramático-musicais e a sua encenação;
- c) Conferências, lições, alocações e sermões;
- d) Obras coreográficas e pantominas, cuja expressão se fixa por escrito ou por qualquer outra forma;
- e) Composições musicais, com ou sem palavras;
- f) Obras cinematográficas, televisivas, fonográfica, videográfica e radiofónicas;
- g) Obras de desenho, tapeçaria, pintura, escultura, cerâmica, azulejo, gravura, litografia e arquitectura;
- h) Obras fotográficas ou produzidas por qualquer processo análogos aos da fotografia;
- i) Obras de arte aplicadas, desenho ou modelos industriais e obras de design que constituam criação artística, independentemente da protecção relativa à propriedade industrial;
- j) Ilustrações e cartas geográficas;
- l) Projectos, esboços e obras plásticas respeitantes à arquitectura, ao urbanismo, à geografia ou às outras ciências;
- m) Lemas ou divisas, ainda que de carácter publicitário, se se revestirem de originalidade;

n) Paródias e outras composições literárias ou musicais, ainda que inspiradas num tema ou motivo de outra obra.

### ARTIGO 3º Obras Equiparadas a originais

1- São equiparadas a originais:

a) As Traduções, Arranjos, Instrumentações, Dramatizações, Cinematizações e Outras Transformações de qualquer obra, ainda que esta não seja objecto de protecção;

b) Os Sumários e as Compilações de obras protegidas ou não, tais como Selectas, Enciclopédias e Antologias que, pela escolha ou disposição das matérias, constituam criações intelectuais;

c) As Compilações Sistemáticas ou Anotadas de textos de Convenções, de leis de Regulamentos e de Relatórios ou de Decisões Administrativas, judiciais ou de quaisquer Órgãos ou Autoridades do Estado ou da Administração.”

Quando se quer incluir numa colecção digital qualquer um desses documentos, há que verificar se fazem parte do domínio público ou se estão protegidos pelo direito de autor. Quando não estão protegidos não há qualquer impedimento de reproduzir os documentos por qualquer meio, inclusivamente podendo ser utilizados para fins comerciais. Mas quando estão protegidos, segundo o *The NINCH Guide to Good Practice in the Digital Representation and Management of Cultural Heritage Materials* (2002), há três hipóteses que devem ser consideradas: desistir da digitalização; pedir autorização para a reprodução ao detentor do direito de autor; reproduzir o documento mesmo sem autorização, com o compromisso de monitorizar o documento e os acessos ao mesmo para garantir o seu uso correcto. Isso implica uma série de cuidados por parte da entidade digitalizadora, como por exemplo assegurar-se que a reprodução não é utilizada para fins comerciais, que se destina a estudo, investigação e outros fins educativos, que não substitui a necessidade de adquirir o documento original com uma cópia integral e de alta qualidade. Em suma, tem que garantir que o autor não é lesado no seu direito de lucrar com o seu trabalho intelectual, a não ser que este autorize expressamente a

reprodução livre. Há ainda os casos em que a reprodução integral e de alta qualidade de documentos é legal, como por exemplo para substituir exemplares adquiridos que se tenham danificado de alguma forma (Besek, 2003), desde que essas cópias sejam apenas para uso privado ou que, no caso das bibliotecas, não saiam do espaço físico da biblioteca. É também legal, segundo o mesmo autor, fazer um número limitado de cópias de trabalhos não publicados apenas para efeitos de arquivo e conservação, desde que essas cópias também obedeçam ao requisito de não saírem da biblioteca.

Cleveland (1998) refere mesmo que para além dos mecanismos de controlo aos acessos a certos documentos protegidos é possível estabelecer uma ponte entre as bibliotecas e os editores ou autores que detêm os direitos sobre os documentos. É possível, por exemplo, estabelecer protocolos com essas entidades para fazer uma espécie de revenda digital das cópias das obras, fixando preços para as reproduções e distribuindo o dinheiro daí proveniente de forma a compensar correctamente todas as partes envolvidas. Essa ideia poderia ser bastante útil para qualquer biblioteca que quisesse fazer colecções digitais, pois se por um lado assegura o cumprimento da lei, por outro pode até servir como fonte de rendimento.

Usar as digitalizações como forma de financiamento não é uma ideia nova. Várias bibliotecas fazem-no, mas maioritariamente apenas para documentos que são do domínio público. É comum uma biblioteca disponibilizar várias cópias de um mesmo documento, cada uma com a sua qualidade, e cobrar aos utilizadores pelas cópias de resolução mais elevada. Por exemplo a BNP, na Biblioteca Nacional Digital (BND) (disponível em <http://purl.pt/>), mostra ao público três cópias de cada documento: uma cópia pública, que é a única acessível através da Web, de acesso livre, em formato .JPEG e de resolução baixa; é possível ver listada uma segunda cópia, de acesso exclusivo no espaço da BNP, de resolução média; por último, há uma cópia privada, com qualidade elevada, da qual apenas se fazem cópias pagas por encomenda.

Não sendo direitos de autor, são direitos de propriedade, e enquadram-se na mesma problemática. É óbvio que uma biblioteca, se o desejar, pode disponibilizar livremente as suas digitalizações de documentos do domínio

público. No entanto, tendo em conta a escassez de recursos financeiros de que padecem a maioria das bibliotecas públicas em Portugal, este poderia ser um recurso a explorar (Smith, 2001). O mesmo autor refere que essa possibilidade pode ser equacionada por todas as instituições que digitalizem alguma colecção, embora haja, por vezes, pudor por parte de alguns bibliotecários, particularmente os de bibliotecas públicas, em cobrar por um serviço numa instituição que, à partida, disponibiliza toda a sua informação a todos os que lhe peçam de forma gratuita. No entanto, há que encarar os preços associados às digitalizações como uma forma de financiamento, possivelmente de mais digitalizações, o que apenas contribui para melhor servir o público. Smith (2001) sublinha ainda que não será problemático cobrar, mesmo numa biblioteca pública, por um serviço que é moroso e implica meios de custo elevado, desde que se possa também oferecer gratuitamente a todo o público versões de menor qualidade dos mesmos documentos. Dessa forma, todos os podem consultar, todos podem aceder à informação, mas apenas quem queira as imagens mais detalhadas é convidado a pagá-las.

Há vários mecanismos que podem ser utilizados pelas bibliotecas para proteger as suas digitalizações de uso indevido e de cópias não autorizadas. O primeiro deles, e mais óbvio, é o já referido e utilizado pela BNP. É também comum utilizar marcas de água com o logótipo da instituição que é proprietária das digitalizações nas imagens que não são pagas. Acontece até, por vezes, colocar essas marcas de água mesmo nas imagens pagas, para minimizar as hipóteses de o comprador as voltar a vender. Mesmo que seja possível remover essas marcas de água das imagens através de um programa de edição de imagem, o processo é moroso e dificilmente consegue restaurar o documento digital ao seu estado original. Sendo um procedimento relativamente simples de adoptar pelos digitalizadores, é um dos mais usados pelas bibliotecas. É utilizado, por exemplo, pela Biblioteca Municipal José Saramago, de Beja, na sua colecção digital, que à data ainda só se encontra disponível para consulta na Intranet da própria biblioteca.

Outra hipótese para garantir que não são feitas cópias de qualidade dos documentos, não autorizadas, é construir uma forma de apresentação dos mapas como a do IGP, na secção de consulta de Secções Cadastrais

(disponível em [http://www.igeo.pt/servicos/cic/cad\\_seccoes.asp](http://www.igeo.pt/servicos/cic/cad_seccoes.asp)). É possível visualizar neste sítio as imagens com toda a qualidade, mas apenas de certa parte do mapa, de cada vez. Contrariamente ao que acontece no caso da BND (disponível em <http://purl.pt/>), onde é possível visualizar as várias imagens que compõem os mapas e gravá-las em disco, no sítio do IGP os mapas são apenas apresentados numa janela dentro do navegador do utilizador, impossibilitando a cópia dos ficheiros, salvo por um moroso e penoso processo de captura de ecrã e posterior montagem num editor de imagem, onde a qualidade da imagem dificilmente seria tão boa como a da digitalização original. Esta solução tem a vantagem de aliar a possibilidade de visualizar os mapas na sua qualidade máxima sem no entanto permitir que se copiem ou imprimam de alguma forma.

Cabe a cada instituição escolher que fim dar às suas digitalizações. Kenney & Oya (2000) referem que esse fim deve ser planeado desde o início, e desde que ele seja atingido a colecção pode considerar-se bem elaborada. Pode ser feita para preservar documentos, como se faz na Biblioteca Nacional de Portugal; pode ser feita para dar a conhecer ao público documentos que de outra forma seriam desconhecidos, como faz a Hemeroteca Digital de Lisboa; pode ser feita para permitir fáceis e múltiplos acessos simultâneos a um só documento, como fez a Biblioteca Municipal de Braga com os seus periódicos; pode ser feita apenas para tornar o seu catálogo mais atractivo, como faz a Biblioteca Municipal José Saramago, de Beja. Não há, por estes motivos, uma forma certa ou errada de construir colecções digitais, mencionam Kenney & Oya (2000), Smith (2001) e *The NINCH Guide to Good Practice in the Digital Representation and Management of Cultural Heritage Materials* (2002). Há, isso sim, diversas formas de abordar a construção de colecções digitais que devem ser adaptadas de acordo com a finalidade a que se destinam, sendo que podem ser consideradas correctas desde que atinjam os seus objectivos com os meios adequados para o fazer.

## **2 – Bibliotecas, Hemerotecas e Cartotecas Digitais para o acesso à informação**

### ***a) Bibliotecas e Hemerotecas***

É possível diagnosticar uma evidente lacuna nas bibliotecas públicas portuguesas: nem todos os cidadãos têm acesso a todos os documentos que lhes podem interessar, seja porque não frequentam biblioteca, seja porque quando a ela se deslocam não podem aceder a documentos reservados sem um motivo profissional. A disponibilização de catálogos em linha, associados desde logo à digitalização de documentos, permitiria alcançar um grande número de pessoas que, por um lado, não vão ou não podem ir à biblioteca, e por outro seria possível a qualquer pessoa, a qualquer hora, por qualquer motivo ou mesmo sem motivo aparente, consultar qualquer documento. Veja-se o exemplo da Hemeroteca Digital das Bibliotecas Públicas de Lisboa, que disponibiliza documentos de acesso reservado a todos os utilizadores através da Internet, facilitando o acesso aos estudiosos, que assim os podem consultar a qualquer hora e a partir de qualquer lugar, quer aos curiosos, aos quais o acesso aos documentos poderia ser simplesmente negado na biblioteca.

Apenas as bibliotecas públicas estão na posição privilegiada de poderem prestar um serviço adaptado ao meio onde se inserem, adequando a sua colecção electrónica de recursos cartográficos à população que servem directamente, de forma a poderem ser efectivamente os mais “adequados às necessidades e condições locais” (IFLA, 1994). A constituição de colecções digitais e de salas de leitura digitais dentro do espaço das bibliotecas será, eventualmente, a única forma de acesso do público a uma infinidade de documentos e materiais. A sua existência será efectivamente desconhecida para a maioria dos utilizadores das bibliotecas públicas. Certamente pode apontar-se que semelhantes projectos não serão exequíveis ou demasiadamente dispendiosos, mas a relação entre o custo e o benefício de um investimento deste tipo pode ser bastante vantajosa.

Tanto os já referidos institutos geográficos portugueses como a BNP têm



já vastas colecções digitalizadas; a maioria das universidades portuguesas tem, nas suas páginas Web, documentação em formato digital das mais diversas áreas, fazendo muitas vezes menção a terem efectivamente uma biblioteca digital, como é o caso da Universidade de Coimbra (<http://web.bg.uc.pt/Bibliotecadigital/>), da Universidade Aberta (<http://www.univ-ab.pt/bad/>) da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa ([http://www.fl.ul.pt/biblioteca/biblioteca\\_digital/index.htm](http://www.fl.ul.pt/biblioteca/biblioteca_digital/index.htm)), entre muitas outras.

Não é fácil encontrar, no entanto, colecções de cartografia digitalizadas nas universidades portuguesas, mas haverá com certeza nos seus acervos um número indeterminado de obras interessantes de digitalizar e mostrar ao público em geral, e o mesmo se passará certamente em relação às colecções de muitas bibliotecas públicas. Embora não seja essa a missão primária das universidades, é uma das missões das bibliotecas públicas dar esses documentos a conhecer à população, pelo que a cooperação entre as duas entidades se torna fundamental para a procura do cumprimento dos seus respectivos objectivos.

Há já alguns exemplos de cooperação entre universidades e bibliotecas públicas em Portugal, com a finalidade de construir colecções digitais, embora ainda sejam insuficientes. Um deles é o da Biblioteca Municipal de Braga, integrada na Universidade do Minho, em 1975. Este aspecto foi produtivo, pois mesmo que de forma algo accidental resultou na pequena colecção digital da biblioteca. Um outro caso é o da cooperação entre a BPE e a Universidade de Évora, que deu lugar à digitalização da documentação cartográfica da biblioteca, sua descrição e disponibilização em linha, podendo assim servir como exemplo claro para ilustrar os benefícios decorrentes deste tipo de cooperação. Ele é possível em Portugal tal como no caso de Inglaterra descrito por Melrose (2003), ou da Dinamarca descrito por Korsgaard (2005), onde a cooperação entre diferentes entidades fez surgir projectos como o da integração de todos os mapas dinamarqueses numa mesma plataforma, partilhando custos, recursos e meios técnicos, conhecimentos sobre as técnicas de digitalização, para se chegar a um projecto final para todos. Concretamente no caso da cartografia, no contexto português, não será completamente errado especular que se poderiam eventualmente vir a formar

no futuro parcerias semelhantes entre o IGP, o IGeoE, os centros de estudos geográficos das diversas universidades, a BNP, e as bibliotecas públicas.

Em Portugal, como foi referido anteriormente, existem poucas bibliotecas públicas que possuam colecções digitais disponíveis na Web, ou pelo menos existem poucas às quais se consiga ter um acesso fácil e livre. No entanto, esse número está constantemente a crescer. No início desta investigação encontravam-se apenas uma ou duas bibliotecas digitais disponíveis, mas ao longo da investigação foram surgindo mais algumas. Inclusivamente, só nos inquéritos a bibliotecários, há mais bibliotecas públicas com documentos digitalizados que nessa lista primitiva, o que comprova que, se por um lado, está a crescer o número de bibliotecas públicas com documentação digital, por outro é ainda difícil aceder-lhes remotamente, pela Web, em alguns casos porque não há ainda ligação desses documentos com a Web, como sucede na Biblioteca Pública de Beja.

Relativamente às colecções digitais em bibliotecas públicas portuguesas, as que se encontram neste momento disponíveis na Web são as seguintes: a Hemeroteca Digital, da Hemeroteca Municipal de Lisboa (<http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/>); a Biblioteca Municipal José Régio, de Vila do Conde (<http://www.bm-joseregio.com/periodicos/entrada.php>); a Biblioteca Municipal Simões de Almeida, de Figueiró dos Vinhos (<http://www.bmfigueirodosvinhos.com.pt/>); a Biblioteca Pública de Braga (<http://www.bpb.uminho.pt/>); e a Biblioteca Digital dos Municípios da Ria, feita em parceria pelas bibliotecas públicas de Aveiro, Ovar, e Oliveira do Bairro (<http://bibria.cm-aveiro.pt>).

A primeira referida resume no seguinte texto o seu propósito e função: “A Hemeroteca Digital, sítio da Hemeroteca Municipal de Lisboa (HML), tem por **objectivo** a construção duma biblioteca digital de jornais e revistas caídos em domínio público. Com este projecto pretende-se criar um sítio de referência para a **consulta em linha e difusão pública** do universo fascinante da imprensa periódica portuguesa. Disponibilizamos, assim, através da Internet, em formato HTML e PDF, diversos títulos de publicações periódicas, com destaque para as **colecções digitais de periódicos do fundo local e histórico**, completadas com **fichas históricas** de apresentação dos jornais e

revistas, **raridades bibliográficas** relacionadas com a imprensa escrita, e **bibliografia de referência** para o estudo e consulta do acervo bibliográfico da HML.” (<http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/>).

Há que assinalar o enfoque em difundir pela Web, para que possa ser facilmente acessível a todo o público, os documentos raros, de acesso restrito, presentes na Hemeroteca, o que vai ao encontro do defendido pelo *Manifesto da IFLA/UNESCO sobre bibliotecas públicas* (1994), em mais que um sentido: ao incluir todos os tipos de suporte e tecnologias modernas apropriados assim como fundos tradicionais; ao assegurar o acesso dos cidadãos a todos os tipos de informação da comunidade local; e ao ser verdadeiramente um centro local de informação, tornando acessíveis aos seus utilizadores o conhecimento, que de outra forma lhes estaria, possivelmente, vedado, pois tratando-se de uma hemeroteca, o acesso aos documentos poderá não ser tão simples ou livre como a obras que não sejam raras.

Relativamente à Biblioteca Municipal José Régio, de Vila do Conde, é resumida assim a sua história no respectivo sítio, disponível em <http://www.bm-joseregio.com/portalweb/>: “Encontra aqui a Biblioteca Digital da Imprensa Periódica Vilacondense, com início de publicação até 1970. Em colaboração com o Plano Operacional da Cultura, foram digitalizados 46 títulos de jornais e revistas publicados em Vila do Conde, entre os anos de 1871 e 1983.” Embora se limite aos periódicos, é importante constatar que houve a preocupação de construir uma colecção digital de parte do fundo local da Biblioteca, algo que vem também ao encontro do *Manifesto da IFLA/UNESCO sobre bibliotecas públicas* (1994).

Neste aspecto, a Biblioteca Municipal Simões de Almeida, de Figueiró dos Vinhos (<http://www.bmfigueirodosvinhos.com.pt/>), é muito semelhante à anterior, tendo digitalizadas “aproximadamente 22 000 páginas, disponíveis neste momento on-line” de periódicos da região. Para além de periódicos antigos, é ainda disponibilizado aos utentes da biblioteca o último número do jornal regional *A Comarca*. “Este novo serviço prestado pela Biblioteca Municipal de Figueiró dos Vinhos resulta de uma parceria entre a Biblioteca e aquele jornal que para além da versão em papel passa a oferecer de modo inteiramente gratuito e em texto integral uma edição digital”. A biblioteca possui

uma colecção de cerca de 400 fotografias da região envolvente, antigas e recentes. “Desde Janeiro de 2009 a Biblioteca de Figueiró dos Vinhos decidiu colocar em linha um conjunto de fotografias provenientes do seu acervo, bem como de particulares e entidades públicas que assim se quiseram associar a este projecto.” É de mencionar que a colecção tinha, originalmente, apenas pouco mais de 100 fotografias, tendo quadruplicado de dimensão no espaço de poucos meses.

A Biblioteca Pública de Braga, por seu lado, tem apenas disponíveis para consulta quatro documentos: *Apontamentos Arqueológicos de Braga de José Teixeira* e três números da revista *Fórum*, que se encontram esgotados. Sendo uma colecção pequena, nota-se uma certa preocupação em disponibilizar documentos inacessíveis ao público de outra forma, como é o caso das revistas, à semelhança do que faz a Biblioteca Municipal José Régio. Ao mesmo tempo, com os *Apontamentos Arqueológicos*, faz-se algo semelhante à Hemeroteca Digital, preservando documentos únicos ao digitalizá-los e permitindo a todos os interessados a possibilidade de os consultar sem qualquer restrição. Está ainda prevista a inclusão de mapas digitalizados na biblioteca digital, mas de momento a hiperligação não está activa.

Resta ainda mencionar a Biblioteca Digital dos Municípios da Ria (<http://bibria.cm-aveiro.pt>). Na sua página de entrada, tem previstas uma série de tipos de documentos, como materiais de arquivo, materiais cartográficos, materiais gráficos, monografias, música, e publicações em série. Dispõe já de revistas, jornais e monografias, e disponibiliza em linha várias centenas de obras completas, nomeadamente de jornais regionais antigos e monografias de autores regionais. Prevê-se uma secção para materiais cartográficos, conforma foi referido, mas ainda sem documentos.

Há ainda mais algumas colecções digitais de bibliotecas públicas portuguesas, mas diferem das referidas anteriormente por não se encontrarem facilmente acessíveis através da Internet ou por terem sido feitas em parceria com outras instituições, não sendo assim resultado unicamente da digitalização do espólio da própria biblioteca.

A Biblioteca José Saramago, Biblioteca Municipal de Beja, insere-se no primeiro caso. A Biblioteca disponibiliza, para consulta e descarregamento a partir dos computadores da pesquisa do catálogo no espaço da biblioteca, recursos digitalizados e digitais. De momento não se encontra ainda disponível através da Internet. Segundo a responsável da biblioteca digital, a sua primeira prioridade vai para os documentos digitalizados relativos á história local (fundo local e regional). À semelhança do que foi visto nos exemplos anteriores, não é de estranhar este enfoque da instituição na parte da sua colecção que diz mais directamente respeito à área onde se insere, dentro do espírito definido pela IFLA (1994). A segunda prioridade desta biblioteca digital, segundo a mesma fonte, prende-se com documentos digitalizados que facilitem o acesso dos utilizadores aos mesmos (analíticos de periódicos e monografias), aspecto que também parece ser uma constante nas bibliotecas públicas digitais encontradas em Portugal. A terceira e última prioridade é a de disponibilizar documentos em linha que possam ser do interesse dos utilizadores, construindo um directório de ligações externas.

Não se trata duma colecção digital em si, mas sim de disponibilizar um número maior de documentos de forma mais organizada e simples, tentando à partida ir ao encontro dos interesses dos utilizadores. A bibliotecária da Biblioteca Digital de Beja refere, por último, que esta componente de biblioteca digital de fácil acesso ao público está relacionada com o princípio de construção de um catálogo digital enriquecido com o acesso a documentos em texto integral, sejam eles originalmente digitais ou digitalizados. No fundo, o que se tenta aqui fazer é algo semelhante à BND (disponível na Web em <http://bnd.bn.pt/>), integrando as cópias digitalizadas no próprio catálogo digital da biblioteca, permitindo um fácil e rápido acesso a essas cópias digitais, apenas com a fundamental diferença que tudo funciona apenas na Intranet da biblioteca.

Uma colecção assinalável e em crescimento continuado é a da Biblioteca Digital do Alentejo, disponível na Web em <http://www.bdalentejo.net/>. Esta biblioteca digital foi construída pela Fundação Alentejo – Terra Mãe, que define no sítio mencionado a sua missão como sendo “a investigação e divulgação da história, tradições, costumes e falares do Alentejo, e bem assim

a defesa e preservação dos valores culturais, artísticos, arqueológicos, paisagísticos e ambientais da Região.” Esta biblioteca foi construída em parceria com a BNP, a BPE e a Biblioteca do Instituto Superior de Agronomia. Como se pode constatar, parte da sua colecção provém da BPE, mas como não foi feita unicamente por ela ou mesmo por sua iniciativa não se pode incluir esta colecção nas colecções digitais pertencentes a Bibliotecas Públicas Portuguesas.

Esta biblioteca foi a primeira biblioteca digital regional em Portugal, e até à data a única existente. Ainda no seu sítio, refere-se que “A BDA constitui um fundo documental regional em suporte electrónico, propondo a conversão a formato digital de obras, quer impressas quer manuscritas, relativas à Região do Alentejo (temáticas ou de autores alentejanos). Reúnem-se dois conceitos: o de biblioteca patrimonial e o de divulgação do conhecimento sobre a região.” Esta ideia é, no fundo, uma aplicação das missões das bibliotecas públicas definidas pela IFLA (1994), mas alargada a toda a região do Alentejo, não se circunscrevendo apenas a uma cidade, concelho ou distrito como é o caso específico das Bibliotecas Públicas.

Relativamente à sua colecção, inclui neste momento alguns milhares de “obras de âmbito literário, científico, memorialístico ou periodístico.” Não se limitando a isso, já tinha previsto desde o momento da sua criação incluir uma base de dados cartográfica, iconográfica e musicológica sobre o Alentejo, sendo de esperar que, futuramente, se encontrem lá também algumas dessas obras digitalizadas e disponíveis ao público.

Em suma, todas as bibliotecas mencionadas, de uma forma ou outra, inserem-se na descrição feita por Caldeira (2003, p. 18) sobre o que é uma biblioteca digital: “uma colecção estruturada e informatizada de livros, revistas, jornais, poemas, textos, fotografias, filmes, esboços, desenhos, plantas arquitectónicas, quadros, sons, músicas e muitos outros tipos de informação audiovisual, que podem ser apresentados isoladamente ou em conjunto, em duas ou três dimensões, de acesso livre ou mediante pagamento e noutros tipos de modalidades em alternativa.”

## ***b) Cartotecas***

Uma cartoteca é definida por Galera i Monegal (1997, p. 120) como “[...] un centro donde se recogen y se conservan documentos cartográficos responsabilizándose de su tratamiento técnico – catalogación y clasificación – y de su difusión.” Segundo a autora, uma cartoteca tem as mesmas funções de uma biblioteca ou de um arquivo, com a diferença que se ocupa apenas de um tipo de materiais, os documentos cartográficos. Essa cartoteca pode existir dentro de uma outra instituição, que em princípio será um arquivo, uma biblioteca, um museu, um instituto geográfico produtor de cartografia ou uma instituição militar.

Em Portugal, esta situação parece também ser uma realidade muito comum. Dias (1996) elaborou uma lista das cartotecas portuguesas, resumindo no seu texto algumas das conclusões de um estudo conduzido por Joaquina Feijão em 1995, que pretendeu apurar quais as cartotecas existentes em Portugal e qual a dimensão dos seus espólios. São elas:

- Sociedade de Geografia de Lisboa
- Arquivo Nacional da Torre do Tombo
- Arquivo Histórico Militar
- Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa
- Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga do Instituto de Investigação Científica Tropical
- Centro de Cartografia / Biblioteca do Departamento de Matemática da Universidade de Coimbra
- Biblioteca Nacional de Portugal
- Instituto Geográfico Português
- Instituto Geográfico do Exército
- Museu de Marinha
- Academia das Ciências de Lisboa
- Arquivo Histórico Ultramarino
- Biblioteca Central de Marinha
- Biblioteca da Ajuda

- Departamento de Ciências da Terra da Faculdade de Ciências / Coimbra
- Gabinete de Estudos Olisiponenses
- Biblioteca Pública Municipal do Porto

Feijão (1997) acrescenta ainda que, desta lista, apenas o Arquivo Histórico Militar, o Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, o Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, a Biblioteca do Departamento de Matemática da Universidade de Coimbra, a Biblioteca Nacional de Portugal, o Instituto Geográfico Português e o Instituto Geográfico do Exército possuem áreas especializadas em cartografia, pelo que poderão ser consideradas como cartotecas, de acordo com a definição dada por Galera i Monegal (1997). Todas as outras instituições referidas terão acervos consideráveis de material cartográfico, mas têm-no inserido nos seus fundos gerais. Este facto leva a que haja algum desconhecimento, segundo Dias (1992) e Feijão (1997) sobre que colecções de cartografia existem em Portugal.

Num levantamento sobre as cartotecas da Península Ibérica feito por Galera i Monegal (1992), apenas são listadas como cartotecas portuguesas a Biblioteca Nacional – Área de Cartografia, o Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, o Museu da Marinha e o Museu Nacional de Arqueologia. Parece não existir, assim, uma forma objectiva de conhecer quantas são as colecções cartográficas portuguesas e as dimensões dos seus acervos, sem um estudo mais aprofundado.

Dias (1992, p. 33) refere que Portugal padece de sérias debilidades na produção cartográfica: “As dificuldade actuais da Cartografia portuguesa, sobretudo da Cartografia temática, decorrem em parte da inexistência de uma política cartográfica a nível nacional, da falta de uma associação representativa dos cartógrafos, da ausência ou das insuficiências do ensino da especialidade, da escassa investigação e dos problemas da utilização de novos meios tecnológicos”. Os diferentes organismos de produção geográfica portugueses não aparentam estar adequadamente coordenados, havendo pouca cooperação e diálogo entre as diferentes instituições. Deste modo, encontrar



informação sobre o que realmente existe em Portugal ao nível de colecções cartográficas e de produção de mapas revela-se uma tarefa bastante difícil.

Dias (1996), a propósito das cartotecas portuguesas, aponta uma lista de fragilidades presentes nas diferentes instituições, assim como possíveis soluções para as colmatar. Em primeiro lugar, como foi mencionado, há um grande desconhecimento dos fundos cartográficos que existem, e onde existem. Em segundo lugar, as próprias instituições parecem não conhecer devidamente os seus acervos, por não os terem devidamente catalogados e disponibilizados. Isto leva a que haja sérias dificuldades em aceder aos documentos. Dentro das próprias instituições, a mesma autora afirma não haver condições para a devida consulta a documentos, nem sequer para a procura dos mesmos. Uma solução apontada é a de ter os catálogos em formato digital, com imagens digitalizadas dos mapas, algo que também pode funcionar à distância, pela Web, de forma semelhante ao que é proposto no contexto desta investigação para a BPE. Dias (1996) preconiza como necessária uma maior cooperação entre as instituições, para melhor definir estratégias e linhas de acção, nomeadamente na normalização de catálogos e da preservação e conservação da informação. Por último, a autora afirma ainda que o mais benéfico seria ter uma base de dados que interligasse toda a informação mencionada anteriormente, de preferência disponível em linha.

Relativamente à apresentação de materiais cartográficos na Web, por parte das bibliotecas, Korsgaard (2005) descreve o exemplo dinamarquês: está eminente a integração completa de todos os mapas digitais dinamarqueses numa rede que fará a ligação entre diferentes instituições de todo o país, com o objectivo de ser possível aceder a partir de qualquer ponto não apenas a um catálogo da cartografia de determinada biblioteca ou instituto mas sim a um catálogo colectivo, que integre todos os catálogos cartográficos, incluindo nele cópias digitalizadas de todos os documentos, inclusivamente dos documentos do Arquivo Nacional da Dinamarca e da Biblioteca Real da Dinamarca.

O mesmo autor afirma ainda que a disponibilização das digitalizações não deve ser a única preocupação que as bibliotecas devem ter em relação à cooperação. Esta deve iniciar-se desde a fase de digitalização dos seus recursos, visto que nem todas as partes envolvidas dispõem de meios técnicos

e financeiros para empreender a digitalização de documentos e a sua distribuição em linha. Tal cooperação entre diferentes organizações e instituições é possível, segundo Melrose (2003), sempre que devidamente subsidiada e supervisionada por instâncias superiores, apontando o exemplo do trabalho desenvolvido entre bibliotecas, arquivos e museus em Inglaterra para construção de colecções digitais colectivas. No caso da Dinamarca, descrito por Korsgaard (2005), a instância superior que supervisiona todas as instituições é a própria Biblioteca Nacional. Tornar-se-á pertinente fazer, neste ponto, um paralelismo com Bibliotecas Públicas estrangeiras. Sendo impossível fazer um levantamento sistemático, serão escolhidas a título de exemplo algumas bibliotecas públicas com colecções cartográficas disponíveis em linha.

No sítio da Library of Virgínia, disponível em <http://www.lva.lib.va.us/> é possível encontrar a *Pittsburg Public Library Digital Maps Collection*, disponível em <http://lvaimage.lib.va.us/VDLP/Petersburg/>. Embora o sítio Web não seja o da biblioteca pública referida, a colecção, como é possível constatar pelo nome, é exclusivamente composta por mapas da biblioteca pública de Pittsburg.

O universo é bastante restrito, composto por apenas seis mapas: *Maps Illustrating the Topography, Railroad Lines, and Lines of Confederate and Union Troops (1862-1864)*; *Virginia, Petersburg Sheet. U.S. Geological Survey (1894)*; *New Town Petersburg in 1784*; *A Map of the City of Petersburg (1839)*; *Map of the Environs of Petersburg from the Appomattox River to the Weldon Rail Road [s. d.]*; *Map of the Battlefield of the Crater (1892)*. Estes mapas, como se pode constatar pelos seus títulos e datas, são ilustrativos na história local da comunidade que envolve a instituição. A escolha deste pequeno grupo de mapas para disponibilização na Web vem novamente ao encontro do já mencionado *Manifesto da IFLA/UNESCO sobre bibliotecas públicas (1994)*, dando especial enfoque aos mapas da região envolvente, sendo assim previsível que esta biblioteca preste mais satisfatoriamente um serviço adequado e adaptado às necessidades locais, conservando e difundindo não só o seu fundo local mas também a história local.

Construída também com este objectivo é a biblioteca digital da Everett Public Library, disponível em <http://www.epls.org/nw/digital.asp>. As suas diferentes colecções digitais incluem uma base de dados das individualidades

que de alguma forma marcaram a história regional, fotos do território e dos seus habitantes, tiradas em diferentes épocas, uma colecção de panfletos e cartazes, e uma colecção de mapas, entre outros documentos.

A colecção de mapas é também bastante pequena, tal como acontece no caso anterior, contendo apenas dois mapas, embora estes sejam de grandes dimensões, ocupando algumas centenas de páginas. À semelhança do resto da colecção digital, os mapas também dizem inteiramente respeito à região em que se encontra esta biblioteca pública. Poder-se-á concluir que estas pequenas colecções são de facto dirigidas para o público em geral, e não apenas para um grupo restrito de estudiosos. Na página de entrada da Everett Public Library pode ler-se: “Collections are intended to tell a story and may feature the work of a particular photographer or a subject important to the study and enjoyment of Everett and Snohomish County history.” Será esta, porventura, uma forma de levar a todos a informação e o conhecimento que está encerrado na biblioteca, inacessível a muitos e desconhecido por muitos mais.

O *Manifesto da IFLA/UNESCO sobre bibliotecas públicas* (1994) diz também que a função da biblioteca pública é, fundamentalmente, servir da melhor forma possível, usando quaisquer meios de suporte físico, audiovisual, multimédia, ou outros, o maior número possível de pessoas da comunidade envolvente. Isso implica também que a própria biblioteca pública vá ao encontro dos utilizadores e dos seus interesses, encontrando novos meios e caminhos para levar a informação aos seus utentes.

Não é de estranhar que as bibliotecas de Everett e Pittsburg disponibilizem em linha pequenas colecções de documentos que retratam a história das localidades e as mudanças que sofreram ao longo dos tempos. Por vezes, isso pode ser o suficiente para atrair mais utilizadores às bibliotecas para procurar mais recursos sobre aquela temática, para despertar o interesse na história local, ou para a difundir não apenas para a região mas para o Mundo, através da Web. Em suma, é mais uma forma de contribuir para que a biblioteca pública preste um melhor e mais abrangente serviço público.

A Cleveland Public Library tem também disponibilizada em linha uma pequena colecção de mapas digitalizados, composta por 41 imagens,

disponível

em

<http://cplorg.cdmhost.com/cdm4/browse.php?CISOROOT=%2Fp4014coll24>.

Para

além deles, há também uma colecção de imagens e fotografias da região, de temas semelhantes aos encontrados na já mencionada Everett Public Library. Este é mais um exemplo de uma colecção digital em linha que retrata e divulga um pouco a história e a cultura locais. De notar que todas estas bibliotecas são bibliotecas públicas dos Estados Unidos da América, onde parece de facto estar algo generalizada a construção deste tipo de colecções. Todas elas incluem, entre todos os tópicos de interesse, a cartografia, especialmente a cartografia antiga, que retrata, tal como as fotografias, o passado das localidades.

As representações cartográficas são de facto uma das formas de representar um espaço que os utilizadores das bibliotecas mais procuram, ou são, pelo menos, dos documentos que mais interesse suscitam nos utilizadores de bibliotecas em linha. Em Portugal, tal como na Europa, ou nos Estados Unidos da América, como pouco por todo o Mundo, a cartografia desperta interesse nas massas por mera curiosidade. Gomes (2006) refere também que muitos dos pedidos se reportam ao espaço onde o cliente vive ou viveu, especialmente no caso dos mapas das ex-colónias portuguesas, como Angola e Moçambique.

É de notar que as digitalizações são úteis por dois motivos diferentes. Um deles é mencionado por Melrose (2003) e Korsgaard (2005): a difusão da informação, através das reproduções digitais de documentos. Tais documentos estariam indisponíveis para a maioria dos cidadãos, ou pelo menos de difícil acesso, se apenas estivessem no seu formato impresso, dentro da biblioteca. Assim, é possível a qualquer internauta, mesmo que navegando sem a intenção primária de encontrar aquela informação específica, deparar com uma colecção que pode considerar interessante, curiosa, ou mesmo útil. O outro motivo que torna as digitalizações muito apetecíveis para as bibliotecas, conforma já foi referido, é a preservação dos documentos. Darnton (1999) e Chartier (2001) partilham a opinião que esta preservação tem duas vertentes distintas: uma é a conservação do documento original por já não ser necessário manuseá-lo de cada vez que se quer consultar, pois torna-se possível consultar

a versão digital e mesmo reproduzir para papel a digitalização; a outra é a perpetuação da informação contida no original, pois este pode sempre deteriorar-se ou de alguma forma ser destruído. Isto faz mais sentido para as obras mais antigas do que para obras modernas, mas ajuda a entender as escolhas nas prioridades das digitalizações, por exemplo, da Hemeroteca Municipal de Lisboa, que optou por digitalizar obras de interesse para o maior número possível de utilizadores, nomeadamente os estudiosos ou simples curiosos da comunidade local, que procuram documentos sobre a comunidade local.

Dado o interesse dos cidadãos na consulta de mapas, várias companhias de produção de programas informáticos já se envolveram também na corrida a este mercado algo inexplorado até há alguns anos, o da consulta de informação geográfica. Contrariamente às bibliotecas públicas, não pretendem difundir mapas antigos nem de localizações geográficas específicas, mas sim abranger todo o Mundo, se possível, com mapas actuais e detalhados, essencialmente para serem usados como mapas de estradas. Bons exemplos destes produtos são o *Google Maps*, disponível em <http://maps.google.com/>, e o *Live Search Maps*, da Microsoft, disponível em <http://maps.live.com/>. Convém assinalar que a exploração deste mercado começou muito antes destes dois gigantes da informática entrarem em cena, pois antes deles já a Michelin, histórica empresa ligada à elaboração de mapas de estradas e roteiros turísticos, tinha criado um sítio com os mesmos objectivos, o *Viamichelin*, disponível em <http://www.viamichelin.com/>.

Nos sítios referidos é possível obter também itinerários de viagem detalhados, bastando introduzir os pontos de partida e de chegada. É também possível procurar hotéis, restaurantes, postos de abastecimento de combustível, definir diversos tipos de rotas de viagem, de acordo com a preferência para um percurso mais rápido, mais económico, ou para observação de pontos de interesse turístico. No fundo, os sítios referidos reúnem uma série de características normalmente encontradas nos aparelhos de GPS, permitindo posteriormente aos internautas a impressão em papel de

mapas personalizados, com as informações que lhes interessam em particular e naquele momento.

Um pouco diferente dos sítios referidos anteriormente é o popular *Google Earth* (disponível para download em [http://earth.google.com/intl/pt\\_pt/](http://earth.google.com/intl/pt_pt/)). Este programa apresenta fotografias de satélite de todo o Mundo, e permite também calcular trajectos de viagens. É, no entanto, um programa em permanente expansão, pois já permite, por exemplo, ver representações digitais do fundo dos oceanos, ver fotografias de Marte e apresentá-lo de forma semelhante à usada para figurar a Terra. É ainda possível, digitalmente, viajar no tempo, e ver como seria a Terra antes da expansão das cidades ou mesmo como era durante a Era Glaciar. Estas funcionalidades são o que distingue o *Google Earth* das outras plataformas de visualização de mapas em linha. Se por um lado incorpora as suas funcionalidades meramente utilitárias, como a de programar roteiros, por outro inclui já a vertente de apresentar informação direccionada apenas aos curiosos, que podem, por exemplo, ver como era determinado local na antiguidade através duma representação digital. Neste aspecto, é algo que desempenha uma função semelhante à descrita por Korsgaard (2005), para o caso das cartotecas dinamarquesas em linha. A diferença fundamental entre elas é que o *Google Earth* se baseia, pelo menos por agora, em recriações digitais, ao passo que na plataforma que Korsgaard refere, o que se visualiza são mapas de diferentes épocas que se sobrepõem de acordo com a ordem do utilizador.

Face à recente entrada destas grandes companhias na publicação de cartografia em linha, poder-se-ia pensar se não seria útil as bibliotecas públicas explorarem também este mercado. O utilizador comum, quando usa o *Google Earth*, também pode ver onde está a sua casa ou o sítio onde pretende ir passar férias, ou ter uma ideia de como eram certos locais no passado. Mas, como foi referido, aí concentram-se mapas digitais de todo o Mundo, não a geografia e a história de um local específico. Não há lá reproduções de mapas antigos, fotos antigas, história das populações, como se referiu anteriormente nos exemplos das bibliotecas norte-americanas. É a biblioteca pública o local mais indicado para procurar informações específicas e concretas sobre a comunidade em que se insere.

Um vasto conjunto de documentos a descobrir pela maioria dos portugueses é o dos mapas antigos. Existem, em Portugal, alguns organismos que se dedicam à produção de cartografia, assim como à conservação da mesma em cartotecas, no espaço das suas instalações. Destaquem-se o IGP e o IGeoE, pelo facto de conservarem a sua produção também nas suas cartotecas em linha. Feijão (1997) refere estas duas instituições como as duas instituições portuguesas de produção de cartografia topográfica, sendo que uma é civil e outra é militar.

Sublinhe-se que a missão das cartotecas destes Institutos é em parte semelhante à das bibliotecas públicas, visto que prestam um serviço público. No entanto, eles são centros produtores de informação cartográfica, ao contrário das bibliotecas que são instituições que apenas preservam e divulgam informação de terceiros. Isto significa que o que se encontra nestas cartotecas é, na sua grande maioria, a produção própria, não existindo uma grande diversidade de autores, áreas geográficas e períodos históricos que apenas se pode encontrar numa biblioteca ou numa cartoteca universitária. Refira-se, ainda, que contrariamente aos serviços das bibliotecas públicas que são, por norma, gratuitos (IFLA, 1994), os serviços do IGeoE e do IGP não o são.

Há, essencialmente, três tipos de colecções cartográficas, de acordo com Feijão (2006): as colecções de instituições patrimoniais, como por exemplo as das bibliotecas públicas; as de instituições de ensino e investigação, como as bibliotecas universitárias; e as de instituições produtoras e gestoras de cartografia, como os referidos IGP e IGeoE. Estes tipos de cartotecas têm funções distintas, acrescenta Feijão (2006), pelo que isso tende a reflectir-se nas suas colecções. No caso das colecções patrimoniais, há uma tendência para valorizar o que é mais raro, antigo, de valor artístico, que de alguma forma serve para identificar e vincar a identidade nacional. No fundo, colecciona-se e conserva-se, por tempo indeterminado, tudo o que possa ser considerado interessante ou importante para alguém que, um dia, queira consultar os documentos cartográficos. As colecções de instituições de ensino e investigação apostam sobretudo nos documentos que lhes são de facto úteis, pelo que recolhem, sobretudo, cartografia mais actualizada, não descurando,

no entanto, a conservação de colecções importantes que tenham recebido. Por último, as colecções das próprias instituições que produzem e gerem a cartografia destinam-se, em primeiro lugar, a manter actualizada a informação geográfica do País, e em segundo lugar, a conservar toda a produção própria, que constitui um importante património memorialístico da história das próprias instituições (Feijão, 2006).

Passando agora às cartotecas em linha disponíveis em Portugal, existem as cartotecas do Instituto Geográfico do Exército e do Instituto Geográfico Português, tendo elas plataformas multimédia para apresentação dos mapas, semelhantes às do Google e da Microsoft apresentadas anteriormente. Existe também a colecção digital da Biblioteca Nacional de Portugal, apresentada dentro da Biblioteca Nacional Digital, mas sem recurso a plataforma multimédia, sendo esta mais parecida com as colecções digitais das bibliotecas públicas americanas cujos exemplos foram acima apresentados. Existem ainda os resultados do projecto SIDCARTA (*Sistema de Informação para Documentação Cartográfica: o Espólio da Engenharia Militar Portuguesa*), que se dedica a disponibilizar na Web cartas, plantas, esboços e projectos da cartografia militar portuguesa desde o século XVIII ao século XX.

A colecção de mapas da BNP (<http://purl.pt/index/cart/PT/index.html>) reúne de 1540 obras, segundo a informação dada na sua página de entrada. Os mapas disponíveis são, na sua grande maioria antigos, manuscritos e impressos. Representam diversos espaços de Portugal e espaços de antigas colónias portuguesas. Esta cartoteca digital poderia ser um bom início para se fazer em Portugal algo semelhante ao feito pela Dinamarca, como foi referido por Korsgaard (2005), onde se usou também a Biblioteca Nacional como ponto de partida para a centralização das digitalizações cartográficas de todas as bibliotecas públicas do país. Isto pode ser especialmente útil, por exemplo, para evitar a duplicação de esforços, pois há muitos mapas, especialmente os impressos, que não precisariam assim de ser digitalizados e descritos bibliograficamente por mais que uma entidade. Por exemplo, se se consultar a lista das obras cartográficas digitalizadas e descritas da BPE, e se se compararem com as que existem nesta colecção digital da BNP, é possível constatar que uma parte significativa dos mapas se repetem, estando estes já



devidamente catalogados e até mesmo, em alguns casos, digitalizados e disponíveis na BND.

Será conveniente fazer aqui um paralelismo entre a BNP e a Biblioteca Nacional do Brasil. A colecção que esta disponibiliza intitula-se *Biblioteca Virtual da Cartografia Histórica do século XVI ao XVIII* (Disponível em: <http://consorcio.bn.br/cartografia/>), e no seu sítio apresenta-se da seguinte forma: “A documentação cartográfica da Biblioteca Nacional remonta à Antiguidade Clássica, contida em obras impressas a partir do século XV. Mas o principal acervo de mapas raros, manuscritos, gravados ou impressos, se estende do século XVI ao século XVIII, acrescido ao longo dos tempos por incorporação de importantes colecções particulares. É precisamente este acervo – 1517 mapas restaurados, analisados, catalogados e digitalizados – que a Biblioteca Nacional põe agora à disposição do público na Internet, graças ao *Projeto Biblioteca Virtual da Cartografia Histórica dos Séculos XVI a XVIII*. Informações únicas sobre a expansão territorial nos vários continentes estarão doravante ao alcance tanto da comunidade científica nacional e internacional quanto do grande público.”

Percorrendo o sítio indicado encontra-se uma colecção digital muito semelhante à da BNP, inclusivamente na sua dimensão, mas que é semelhante sobretudo na forma de apresentação do catálogo e das imagens dos mapas ao público, ou seja, permitindo visualizar as descrições bibliográficas, a ficha bibliográfica em formato MARC, as imagens em diversas dimensões e resoluções, a pesquisa por campo da descrição ou a consulta de directórios. Em suma, comprova-se novamente que será recomendável a uma biblioteca que queira construir uma colecção digital de grandes dimensões apoiar-se num molde semelhante ao adoptado pela Biblioteca Nacional de Portugal e pela Biblioteca Nacional do Brasil.

Na BND há ainda uma pequena colecção de mapas, considerados documentos preciosos, entre os Tesouros da Biblioteca Nacional (disponível em <http://purl.pt/369/1/cartografia.html>). Aqui é feita uma selecção de apenas cinco mapas, peças muito raras ou mesmo únicas, considerados de grande interesse, e detalhadamente comentadas. Esta pequena amostra da colecção é, no fundo, semelhante às colecções digitais das bibliotecas públicas

americanas referidas anteriormente, Everett, Pittsburg e Virgínia, e vem de algum modo a reafirmar que pode ser interessante organizarem-se pequenas amostras dos espólios de qualquer biblioteca, onde se incluam os documentos mais raros ou interessantes, os tesouros, como a BNP os denomina. Ou seja, será o modelo a adoptar pelas bibliotecas que queiram fazer colecções digitais que incluam um número reduzido de documentos.

As cartotecas do IGeoE e do IGP apresentam dois pontos coincidentes nas suas respectivas missões: a preservação e conservação da informação produzida e a divulgação da mesma. Tanto o IGeoE como o IGP preocupam-se também em constituir cartotecas digitais a partir das suas colecções. Isto serve dois propósitos, que complementam as missões descritas nas suas cartotecas em papel: por um lado, por questões de conservação de materiais antigos e frágeis, sendo essa uma das prioridades do IGeoE (Gomes, 2006); por outro lado, permite-se a acessibilidade do público a materiais que de outra forma teriam o acesso restrito por questões de preservação e conservação (Camacho e Dias, 2006). Existe já disponível uma versão digital da cartoteca do IGP (disponível na Web em <http://www.igeo.pt/IGEO/portugues/Frameset-servicos.htm>), sendo que a do IGE (disponível na Web em <http://www.igeoe.pt/>) se encontra ainda em fase de digitalização, mas previa-se que esta estivesse concluída em Maio de 2008 (Gomes, 2006).

Relativamente ao IGP, há três conjuntos na sua colecção digital. O primeiro deles é a Cartoteca Digital, disponível em <http://www.igeo.pt/servicos/CDI/Cartoteca.htm>, cuja missão é aí definida como “permitir o acesso às fontes cartográficas do seu arquivo bem como preservar e divulgar uma colecção nacional do conhecimento cartográfico, de valor inestimável e de muita criatividade, às gerações vindouras.” Esta cartoteca digital contém uma colecção de algumas centenas de mapas, sendo a maioria deles dos finais do século XVIII e início do século XIX. Grande parte desta colecção é constituída por mapas incorporados no Instituto ao longo dos anos, que constituem parte do seu acervo e do seu museu.

Dentro do catálogo é possível pesquisar os mapas por autor, título, e designação geográfica, de forma muito semelhante à consulta dos catálogos das bibliotecas. Dentro desse catálogo, é possível observar uma pequena

imagem do mapa encontrado, e clicando sobre essa imagem pode-se observar uma digitalização um pouco maior, mas ainda com uma resolução bastante baixa. Para obter digitalizações de alta qualidade, o leitor tem a opção de comprar aquando da visualização do registo.

Esta forma de operar do IGeoE relativamente à sua cartoteca digital poderia servir de modelo às bibliotecas públicas portuguesas. Muitas delas têm já os seus catálogos em linha, como acontece no caso da BPE, e seria relativamente simples avançar para uma pequena reestruturação dos catálogos para que pudessem apresentar as referidas imagens. Essa poderia ser também uma forma de adquirir mais fundos para as instituições. Em muitas delas, há já um serviço de digitalização de documentos, e a sua venda ao público é prática corrente, como acontece também no caso da BPE. Os próprios catálogos das bibliotecas poderiam assim servir não só para prestar mais um serviço ao público, mas também servir como instrumento de marketing e possível fonte de rendimento das bibliotecas públicas.

Voltando ao IGP, a segunda parte da colecção presente na sua página Web é a colecção cadastral, disponível em [http://www.igeo.pt/servicos/cic/cad\\_seccoes.asp](http://www.igeo.pt/servicos/cic/cad_seccoes.asp). Nessa página pode ler-se que “o IGP disponibiliza gratuitamente a consulta das Secções Cadastrais, respeitantes aos concelhos que possuem Cadastro Geométrico da Propriedade Rústica em vigor.” As digitalizações presentes nesta secção dizem somente respeito a mapas de Portugal, de produção do IGP, já bastante antigos, mas estas digitalizações estão disponíveis numa plataforma multimédia simples, onde é possível ampliar a imagem, pois aqui encontram-se digitalizações com uma resolução alta. A ferramenta é, do ponto de vista informático, em tudo semelhante à usada no conhecido Google Earth. São apresentadas imagens em resoluções baixas quando se entra na página, para que se veja a imagem completa num só ecrã, e à medida que o utilizador amplia alguma secção do mapa são carregadas imagens com maior resolução. Sendo um recurso multimédia simples e acessível, poderia também ele servir de inspiração para as bibliotecas públicas, de acordo com a dimensão da sua colecção e de acordo com o público-alvo. Da mesma forma, uma aplicação semelhante a esta é a utilizada na colecção cartográfica digital da Danish Royal Library descrita

por Korsgaard (2005), que serve também para observar os mapas de diferentes épocas numa mesma janela, mostrando as evoluções e modificações que houve ao longo do tempo.

Por último, o IGP dispõe de uma plataforma multimédia para visionamento de mapas, disponível em <http://mapas.igeo.pt/igp/igp.phtml>, que é uma ferramenta interactiva muito semelhante à anterior, com a diferença que aí se apresentam os mapas actuais do IGP em diversas escalas. O utilizador começa por ver um mapa do território português, incluindo as regiões autónomas dos Açores e Madeira, numa escala que ronda o 1:10.000.000, dependendo da resolução do monitor. É então possível ir aproximando a imagem, visualizando mapas com escalas cada vez maiores, até à escala de 1:10.000, sensivelmente. Este tipo de abordagem à apresentação das colecções digitais poderia também servir de modelo às bibliotecas públicas, que poderiam construir ferramentas interactivas que mostrassem mapas de diferentes escalas, aproximando-o desde o País no seu conjunto até à planta da localidade.

Semelhante a esta última ferramenta do IGP é a que o IGeoE disponibiliza, na sua página, o IGEOESIG <http://www.igeoe.pt/igeoesig/igeoesig.asp>, onde se podem visualizar mapas militares de diferentes escalas. Dentro desta aplicação é possível visionar os mapas em baixa resolução, pois as cópias das digitalizações de alta qualidade dos mapas são pagas, e não estão disponibilizadas na rede, tal como acontece no caso da cartoteca em linha do IGP. Este é mais um instrumento que o IGeoE utiliza para divulgar a sua produção cartográfica, como menciona Gomes (2006). Refere o mesmo autor que a grande maioria da produção geográfica, digitalizações, e encomendas é feita especialmente por particulares, embora o Instituto tenha sido originalmente criado para suprir as necessidades de informação geográfica do exército português. Não será assim de estranhar que também exista no sítio do IGeoE uma ferramenta multimédia em tudo semelhante às anteriormente citadas, pois todas elas se dirigem ao grande público.

O IGeoE disponibiliza ainda as Séries Cartográficas Portuguesas em <http://www.igeoe.pt/cartoteca/bibliopac.htm>. Nessa cartoteca em linha podem

visualizar-se os mapas de escala 1:25000 de Portugal Continental, Madeira e Açores, assim como as cartas na escala de 1:50000 de Portugal continental. Conforme se refere no sítio mencionado, “o tratamento documental dos fundos da Cartoteca é o resultado de um projecto conjunto entre o Instituto Geográfico do Exército (IGeoE) e o Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa (CEG). A base, que associa as imagens das cartas à sua descrição bibliográfica encontra-se ainda em fase experimental.” Informa-se ainda que brevemente serão disponibilizadas a *Carta dos Arredores de Lisboa 1:20000* e o *Levantamento Aerofotogramétrico de Angola 1:100000*. O IGeoE constitui assim mais um exemplo das vantagens da cooperação entre diferentes instituições para a construção de colecções digitais.

Também relacionado com a cartografia militar é o projecto SIDCARTA (disponível em: <http://www.exercito.pt/bibliopac/>), cujos objectivos se resumem da seguinte forma no seu sítio: “O Projecto SIDCARTA (*Sistema de Informação para Documentação Cartográfica: o Espólio da Engenharia Militar Portuguesa*) foi um projecto aprovado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (POCTI/GEO/43111/2001) e co-financiado pelo FEDER e a sua realização envolveu o Exército, através da Direcção dos Serviços de Engenharia e do Instituto Geográfico do Exército, e ainda o Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa. O Projecto teve como objectivo o tratamento documental do espólio do Gabinete de Estudos Arqueológicos da Engenharia Militar, constituído por cerca de 12.000 documentos, e a sua divulgação na Internet, através de uma base de dados constituída pela pré-catalogação/catalogação dos documentos, pela sua imagem digital e por uma descrição sumária da biografia de alguns autores das plantas, cartas e outros documentos.” Algumas das ligações no referido sítio não se encontram activas, mas o que se encontra são os mencionados 12.000 documentos descritos bibliograficamente e digitalizados. Existe no sítio um motor de busca, em tudo semelhante aos de qualquer catálogo bibliográfico, assim como directórios que listam os mapas por autor, título, ano de publicação, editor, assim como todos os outros campos da descrição bibliográfica.

Há ainda a assinalar uma outra colecção digital portuguesa, a da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra. Esta é uma biblioteca de

depósito legal, tal como a BPE, e tem na sua página, disponível em <http://www.uc.pt/bguc/links/>, uma série de hiperligações para colecções bibliográficas digitais: <http://bdigital.bg.uc.pt/> remete para a Biblioteca Geral Digital, <http://bibdigital.fd.uc.pt/> para a Faculdade de Direito Digital, e uma terceira hiperligação remeteria para a Biblioteca Joanina Digital, mas encontra-se inactiva. A Biblioteca Geral Digital (<http://bdigital.bg.uc.pt/>) inclui na sua página de entrada divisões por diversos tipos de documentos: Cartografia, Correspondência, Edições Digitais, Fotografia, Iconografia, Livro Antigo, Livro Moderno, Manuscritos, Musica manuscrita e impressa, Publicações em série. Destas, não estão disponíveis ainda para consulta: Cartografia, Correspondência, Edições Digitais, Fotografia, e Iconografia. Por este motivo, não se incluiu esta biblioteca juntamente com as cartotecas digitais portuguesas, mas o facto de já ter na página de entrada prevista uma secção de cartografia indicia que futuramente haverá mais esta cartoteca digital portuguesa disponível.

Uma outra futura cartoteca digital provém também duma biblioteca universitária, e ao mesmo tempo uma biblioteca pública, a Biblioteca Pública de Braga, integrada na Universidade do Minho desde 1975. A colecção digital da biblioteca é muito pequena (disponível em <http://www.bpb.uminho.pt/>), incluindo apenas três ligações: “Apontamentos Arqueológicos de Braga de José Teixeira”; “Revista FORUM (os três primeiros números que estão esgotados)”; Cartografias. Esta última ligação, à imagem do que se passa na Biblioteca Geral Digital da Universidade de Coimbra, ainda não funciona.

Também ainda por fazer, mas prevista, é a colecção cartográfica da Biblioteca Digital do Alentejo (<http://www.bdalentejo.net>), que indica no seu sítio a intenção de ter obras cartográficas em linha, pois refere na definição do seu projecto que “colocará on-line obras de âmbito literário, científico, memorialístico ou periodístico. Este projecto poderá ser complementado, mais tarde, por uma base de dados cartográfica, iconográfica e musicológica sobre a região.”

Finalmente, está agora prevista a colecção digital da BPE. Através da parceria com a Universidade de Évora, amplamente mencionada no decorrer deste texto, foi possível fazer a digitalização e disponibilização em linha de

todos os materiais cartográficos da BPE, assim como a sua descrição bibliográfica em formato Universal Machine Readable Cataloguing (UNIMARC), que também não existia. Todos esses mapas estão já carregados no repositório digital da Universidade de Évora, mas não são de acesso público. No sítio da BPE estão apenas disponíveis cinco mapas, em [http://www.evora.net/BPE/album\\_docum%20cartografia.htm](http://www.evora.net/BPE/album_docum%20cartografia.htm). No entanto, é de esperar que esteja disponível em breve pelo menos a colecção de mapas do Alentejo, para a qual foi construído um sítio Web no decorrer desta investigação, como também já foi repetidamente referido. Foi ainda entregue à BPE uma cópia de cada mapa digitalizados, com os diversos níveis de qualidade de imagem, pelo que lhe será possível, sem muito esforço, visto o trabalho mais moroso já estar feito, acrescentar qualquer um dos seus mapas à colecção digital.

### **3 – As Bibliotecas Públicas Portuguesas segundo bibliotecários e utilizadores**

A colecção de cartografia digital construída para a BPE no decorrer desta investigação foi feita no intuito de responder a um trabalho proposto pela Universidade de Évora, como já foi anteriormente mencionado. Surgem então algumas questões: quais serão, realmente, os documentos que importará digitalizar numa biblioteca pública? Se for um bibliotecário de uma biblioteca pública portuguesa a construir uma colecção digital, ou a coordenar a sua construção, quais serão os documentos que digitaliza, por que motivos, e de que forma? E o público, os utilizadores das bibliotecas públicas portuguesas, concordarão com as políticas de digitalização adoptadas?

Para tentar clarificar esses aspectos, foram feitos alguns inquéritos junto de responsáveis directos de bibliotecas públicas e de utilizadores das mesmas. Os seus resultados serão analisados em maior pormenor no capítulo seguinte, mas convém desde já referir que, tal como se previa, a colecção digital construída no decorrer desta investigação não é, nem poderia ser à partida, a mais adequada para responder às necessidades do público em geral.

A investigação levada a efeito e a colecção construída servem como exemplo das técnicas a utilizar e das dificuldades que se vão encontrar, independentemente do propósito com que é elaborada, do tipo de documentos que contém, da sua dimensão, e da sua estrutura. No entanto, para que este trabalho represente um estudo mais completo sobre a realidade portuguesa actual é necessário complementar todas as questões técnicas levantadas pela construção de uma colecção digital, desde a digitalização à disponibilização em linha, passando ainda pelos aspectos dos direitos de autor e os conteúdos relevantes para essa mesma colecção, na óptica tanto de bibliotecários como de utilizadores de bibliotecas públicas. Fez-se este confronto entre as opiniões dos dois universos porque convinha também tentar compreender até que ponto essas opiniões eram coincidentes ou não. Como se verá em seguida, há diversas divergências, pelo que a análise aos inquéritos realizados será, em certa medida, um alerta para os futuros construtores de colecções digitais, na



medida em que poderão ficar mais atentos para a necessidade de não confiarem apenas na sua própria opinião sobre o que acham ser importante digitalizar e disponibilizar. Antes de começar a construir uma colecção digital, ou mesmo quando se esteja a ampliar uma já existente, pode ser benéfico realizar, junto dos utentes de cada biblioteca, um inquérito de opinião sobre o que aí deve ser incluído.

### ***a) A opinião dos bibliotecários***

Foram feitos 44 inquéritos a bibliotecários de Bibliotecas Públicas Portuguesas, com o objectivo de aferir as suas opiniões e políticas de gestão, mais concretamente no que concerne a colecções digitais e serviços em linha. Os inquéritos foram realizados de diversas formas: por correio electrónico, por telefone, presencialmente, mantendo-se sempre o anonimato dos inquiridos, motivo pelo qual não se incluem aqui os nomes e localizações das bibliotecas seleccionadas. Os inquiridos inserem-se numa faixa etária que vai dos 25 aos 45 anos, sendo que 15 são do sexo masculino e 29 são do sexo feminino. Quanto às habilitações literárias, apenas 2 dos inquiridos não tinham formação superior e 3 outros não tinham pós-graduação ou mestrado em Ciências Documentais.

Conforme o mencionado anteriormente, em primeiro lugar, foram contactadas por correio electrónico todas as bibliotecas públicas da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas, com o intuito de aferir o interesse em participar nos inquéritos. Após essa prospecção, foram inquiridos os bibliotecários que se mostraram interessados em participar no estudo. Depois disso foram ainda contactados por telefone ou presencialmente os bibliotecários dos distritos de Portugal menos representados. Esse método resultou numa amostra de bibliotecários que podem representar de forma aceitável a actual realidade portuguesa, pelo que foram inquiridas pessoas de diversos escalões etários, diferente formação académica, repartidas por todo o País, ligadas a bibliotecas públicas de diferentes dimensões, inseridas em meios socioeconómicos diversos, para retratar de forma fiel tanto quanto possível o universo português. Relativamente aos inquéritos, foram colocadas aos bibliotecários quatro questões, das quais se apresentam os resultados.

1 – Numa escala de 1 a 4, sendo que significam 1 – nada importante, 2 – pouco importante, 3 – importante, 4 – muito importante, acha que os tipos de documentos seguintes são, para a **colecção da biblioteca pública** que dirige:

	1 – Nada importante	2 – Pouco importante	3 - Importante	4 – Muito importante
Periódicos (jornais, revistas) antigos.	4,5%	25,0%	43,2%	27,3%
Periódicos (jornais, revistas) actuais.	2,3%	2,3%	9,1%	86,4%
Periódicos regionais.	0,0%	0,0%	22,7%	77,3%
Obras literárias (romances, contos, poesias).	0,0%	0,0%	13,6%	86,4%
Obras literárias de autores regionais	0,0%	0,0%	22,7%	77,3%
Obras académicas, técnicas, escolares	0,0%	22,7%	45,5%	31,8%
Fotografias e imagens de diferentes regiões.	0,0%	43,2%	38,6%	18,2%
Fotografias e imagens da região envolvente	0,0%	11,4%	40,9%	47,7%
Mapas em geral	0,0%	31,8%	38,6%	29,5%
Roteiros turísticos, guias de viagens.	0,0%	29,5%	36,4%	34,1%
Mapas e plantas da região envolvente.	0,0%	13,6%	31,8%	54,5%

Tabela 2 – Importância atribuída pelos bibliotecários a alguns tipos de documentos nas colecções das bibliotecas que dirigem

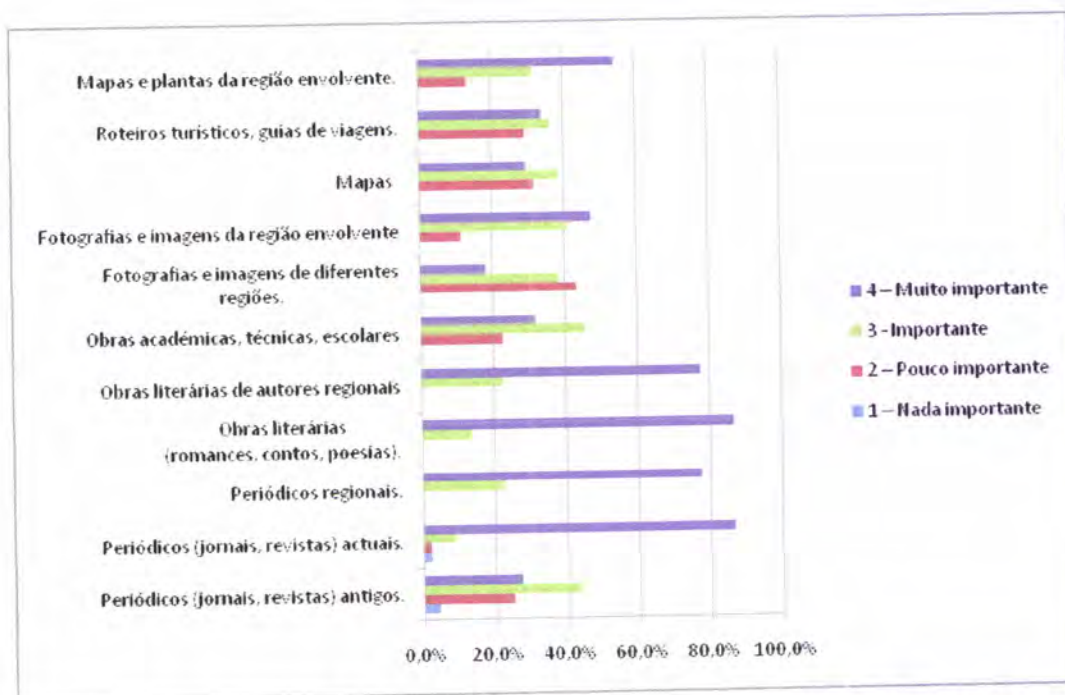


Gráfico 1 – Importância atribuída pelos bibliotecários a alguns tipos de documentos nas colecções das bibliotecas que dirigem

Pelas respostas dadas, pode inferir-se que os documentos considerados mais importantes para a biblioteca são os periódicos actuais e regionais, as obras literárias e as obras literárias regionais, já que mais de três quartos dos inquiridos consideram-nos muito importantes. Com mais de metade dos inquiridos a considerá-las muito importantes, estão as fotografias e imagens e os mapas e plantas da região envolvente. Mapas em geral, roteiros turísticos e guias de viagens, obras académicas, técnicas, escolares, periódicos antigos, e fotografias de imagens de diferentes regiões geográficas são maioritariamente considerados apenas como importantes. Aparentemente, não são prioritários na colecção das bibliotecas públicas, possivelmente por não serem dos mais pedidos pelos utilizadores.

2 – Numa escala de 1 a 4, sendo que significam 1 – Não será implementado, 2 – A considerar implementação futura, 3 – Projectado para implementação, 4 – Implementado, refira qual a situação dos seguintes **serviços em linha na biblioteca** que dirige:

	1 – Não será implementado	2 – A considerar implementação futura	3 – Projectado para implementação	4 – Implementado
Página Web de apresentação da biblioteca (localização, história, contactos)	2,3%	4,5%	36,4%	56,8%
Programa e calendário das actividades da biblioteca.	4,5%	2,3%	13,6%	79,5%
Notícias e novidades de aquisições da biblioteca.	4,5%	6,8%	38,6%	50,0%
Newsletter periódica (semanal ou mensal).	11,4%	22,7%	36,4%	29,5%
Catálogo em linha.	4,5%	4,5%	25,0%	65,9%
Documentos digitalizados disponíveis para consulta.	11,4%	45,5%	27,3%	15,9%
Serviço de apoio ao cliente.	11,4%	22,7%	36,4%	29,5%
Serviço de referência em linha (pergunte, as bibliotecas respondem).	9,1%	40,9%	36,4%	13,6%

Tabela 3 – Estado dos serviços em linha nas bibliotecas dos bibliotecários inquiridos

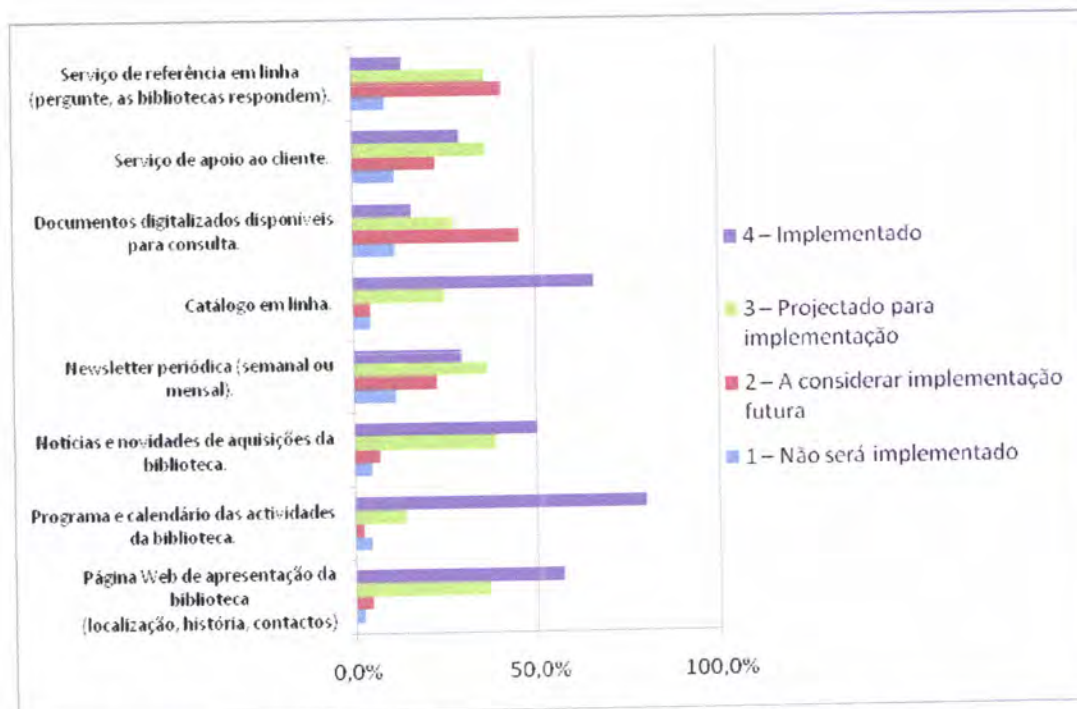


Gráfico 2 – Estado dos serviços em linha nas bibliotecas dos bibliotecários inquiridos

Através das respostas é possível confirmar que os serviços em linha mais comuns nas bibliotecas públicas são a página Web de apresentação da instituição, programa e calendário de actividades, notícias e novidades de aquisições e os catálogos em linha, pois na grande maioria dos casos estão implementados ou já projectados para implementar em futuro próximo. Quanto à *newsletter* periódica e o serviço de apoio em linha os inquiridos dividem-se um pouco mais, existindo menos bibliotecas onde estejam já implementados ou projectados. O serviço de referência em linha e os documentos digitalizados disponíveis na Web são os serviços menos consolidados nas bibliotecas públicas portuguesas. No entanto, como se verá mais adiante, esses serão uns dos mais desejados pelos utilizadores.

3 – Numa escala de 1 a 4, sendo que significam 1 – Incomportável, 2 – Esforço considerável, 3 – Acessível, 4 – Facilmente acessível, acha que os seguintes serviços em linha das bibliotecas públicas são, na sua opinião, relativamente a **custos e utilização de recursos humanos**:

	1 – Incomportável	2 – Esforço considerável	3 – Acessível	4 – Facilmente acessível
Página Web de apresentação da biblioteca (localização, história, contactos)	0,0%	9,1%	56,8%	34,1%
Programa e calendário das actividades da biblioteca.	0,0%	13,6%	43,2%	43,2%
Notícias e novidades de aquisições da biblioteca.	0,0%	9,1%	56,8%	34,1%
Newsletter periódica (semanal ou mensal).	2,3%	36,4%	36,4%	25,0%
Catálogo em linha.	0,0%	29,5%	36,4%	34,1%
Documentos digitalizados disponíveis para consulta.	18,2%	54,5%	25,0%	2,3%
Serviço de apoio ao cliente.	6,8%	38,6%	43,2%	11,4%
Serviço de referência em linha (pergunte, as bibliotecas respondem).	2,3%	45,5%	40,9%	11,4%

Tabela 4 – Avaliação do esforço humano e financeiro para implementação de serviços em linha nas bibliotecas públicas portuguesas

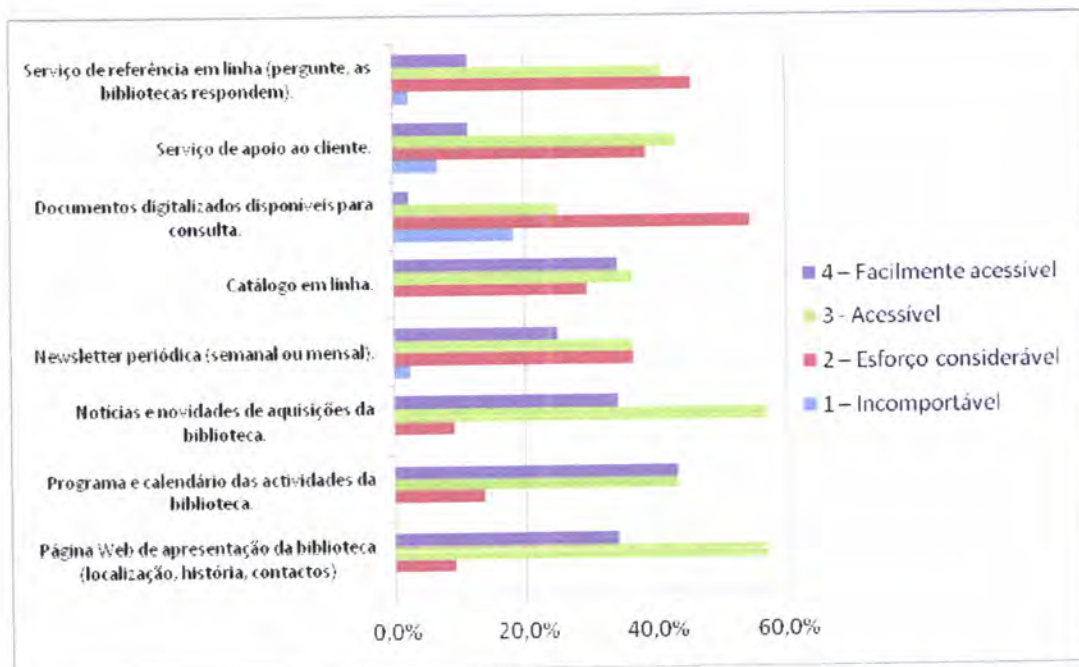


Gráfico 3 – Avaliação do esforço humano e financeiro para implementação de serviços em linha nas bibliotecas públicas portuguesas

Os bibliotecários parecem considerar que a página Web de apresentação, o programa e calendário das actividades, e as notícias e novidades de aquisições da biblioteca são os serviços que mais consensualmente se consideram como acessíveis ou facilmente acessíveis. A *newsletter* periódica e o catálogo em linha são ainda considerados maioritariamente como acessíveis ou facilmente acessíveis. O serviço de apoio ao cliente e o serviço de referência em linha dividem muito as opiniões, podendo ser já considerados de acesso mais difícil. Por último, os documentos digitalizados disponíveis para consulta reúnem algum consenso na particular dificuldade de acesso. No entanto, este serviço é precisamente aquele a que os utilizadores das bibliotecas públicas dão mais importância, e aquele que mais desejariam ver implementado nas bibliotecas públicas que os servem. Muita da dificuldade de implementar o serviço passará pelo desconhecimento técnico dos profissionais das bibliotecas, pela pouca abertura à cooperação com outras instituições, e por terem uma ideia errada de quais são os custos reais para fazer uma pequena colecção digital.



4 – Numa escala de 1 a 4, sendo que significam 1 – Nada importante, 2 – Pouco importante, 3 – Importante, 4 – Muito importante, acha que os tipos de documentos seguintes são, para uma **colecção digital de uma biblioteca pública**:

	1 – Nada importante	2 – Pouco importante	3 – Importante	4 – Muito importante
Periódicos regionais antigos.	2,3%	4,5%	25,0%	68,2%
Periódicos regionais actuais.	6,8%	29,5%	43,2%	20,5%
Obras literárias de autores regionais	4,5%	6,8%	54,5%	34,1%
Obras literárias originais (dactilografadas/manuscritas) de autores regionais	2,3%	11,4%	38,6%	47,7%
Obras académicas, técnicas, escolares	18,2%	36,4%	43,2%	2,3%
Fotografias e imagens antigas da região envolvente	0,0%	4,5%	34,1%	61,4%
Fotografias e imagens actuais da região envolvente	2,3%	4,5%	54,5%	38,6%
Mapas e plantas antigas da região envolvente.	0,0%	6,8%	45,5%	47,7%
Mapas e plantas actuais da região envolvente.	2,3%	4,5%	56,8%	36,4%

Tabela 5 – Importância atribuída pelos bibliotecários a alguns tipos de documentos em colecções digitais

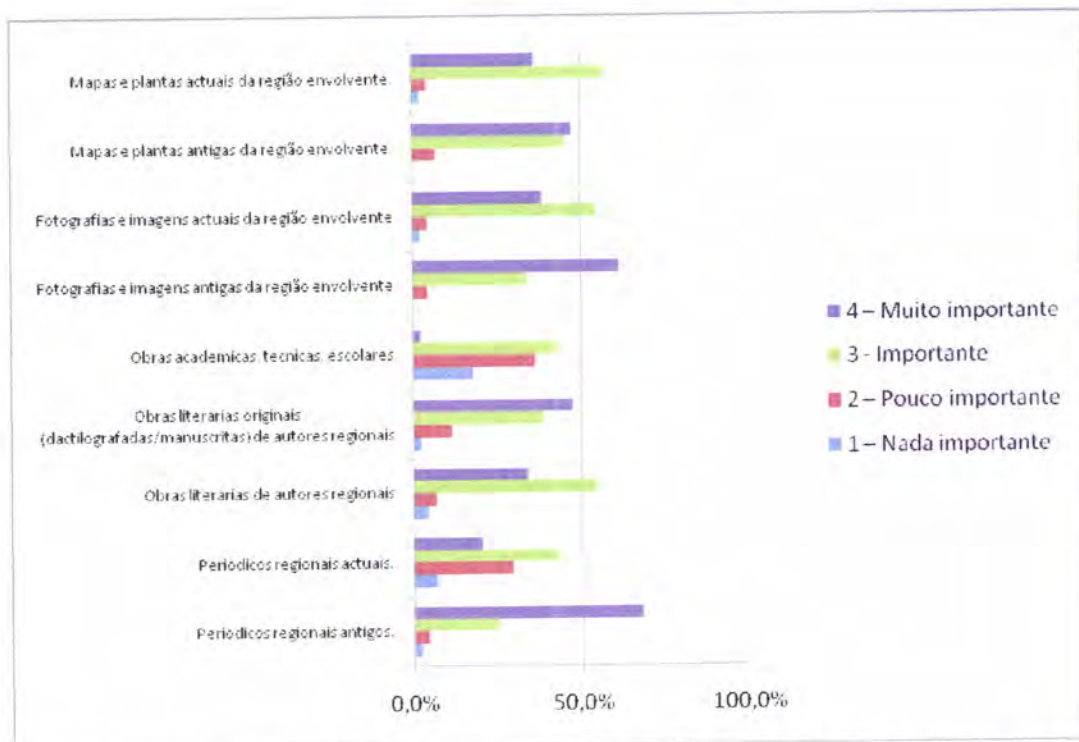


Gráfico 4 – Importância atribuída pelos bibliotecários a alguns tipos de documentos em colecções digitais

Pelas respostas dadas infere-se que os documentos considerados mais importantes para uma colecção digital numa biblioteca pública serão os periódicos regionais antigos, fotografias e imagens antigas da região envolvente, mapas e plantas antigas da região envolvente e as obras literárias originais de autores regionais, sendo que reúnem metade ou mais opiniões considerando-as muito importantes. Os periódicos regionais actuais, as fotografias e imagens actuais da região envolvente, mapas e plantas actuais da região envolvente e as obras literárias de autores regionais são maioritariamente considerados como importantes, embora reunindo já algumas opiniões que lhes dão menos valor. Em último lugar surgem as obras académicas, técnicas e escolares, reunindo um grande número de respostas que as consideram pouco ou mesmo nada importantes para uma colecção digital. Os inquiridos tendem a considerar relevantes para as eventuais colecções digitais os documentos antigos e os documentos regionais, possivelmente como forma de garantir a sua preservação e de divulgar a

existência dos mesmos, aproximando-se das directrizes do manifesto IFLA/UNESCO (1994).

## ***b) A opinião dos utilizadores***

Foram feitos 83 inquéritos a utilizadores de bibliotecas públicas portuguesas, tendo estes como objectivo aferir opiniões no que diz respeito a colecções digitais e serviços em linha, havendo também lugar ao levantamento estatístico sobre quais são os recursos que mais são procurados nas bibliotecas públicas, assim como se se utilizam recursos cartográficos nas deslocações. Na sua maioria, foram feitos presencialmente a utilizadores de diversas bibliotecas, de diversas dimensões e localização geográfica, mantendo-se sempre o anonimato dos inquiridos. Outros realizaram-se por correio electrónico, com o intuito de tentar incluir na segunda amostra algumas das faixas etárias e províncias geográficas menos representadas na amostra. Estes inserem-se numa faixa etária que vai dos 15 aos 68 anos, sendo que 42 são do sexo masculino e 41 são do sexo feminino. As habilitações literárias dos inquiridos variam entre a escolaridade obrigatória e o mestrado. Procurou-se assim obter uma amostra significativa de utilizadores de bibliotecas diversas, situadas também elas em meios socioeconómicos diversos, com perfis pessoais diversos, para retratar de forma fiel tanto quanto possível o universo dos utilizadores das bibliotecas públicas portuguesas. Relativamente aos inquéritos, foram colocadas cinco questões, das quais se apresentam os resultados.

1 – Numa escala de 1 a 4, sendo que significam 1 – Nunca, 2 – Poucas vezes, 3 – Muitas vezes, 4 – Sempre, avalie os seguintes elementos, assinalando com uma cruz a quadrícula correspondente:

Documentos consultados	1 – Nunca	2 – Poucas vezes	3 – Muitas vezes	4 – Sempre
Periódicos (jornais, revistas) antigos.	36,1%	45,8%	13,3%	4,8%
Periódicos (jornais, revistas) actuais.	28,9%	31,3%	26,5%	13,3%
Obras literárias (romances, contos, poesias).	7,2%	43,4%	37,3%	12,0%
Obras académicas, técnicas, escolares.	9,6%	31,3%	44,6%	14,5%
Fotografias e imagens de diferentes regiões.	27,7%	44,6%	20,5%	7,2%
Fotografias e imagens da região envolvente.	30,1%	43,4%	20,5%	6,0%
Mapas	37,3%	33,7%	21,7%	7,2%
Roteiros turísticos, guias de viagens.	34,9%	41,0%	18,1%	6,0%

Tabela 6 – Frequência da consulta de alguns tipos de documentos em bibliotecas públicas

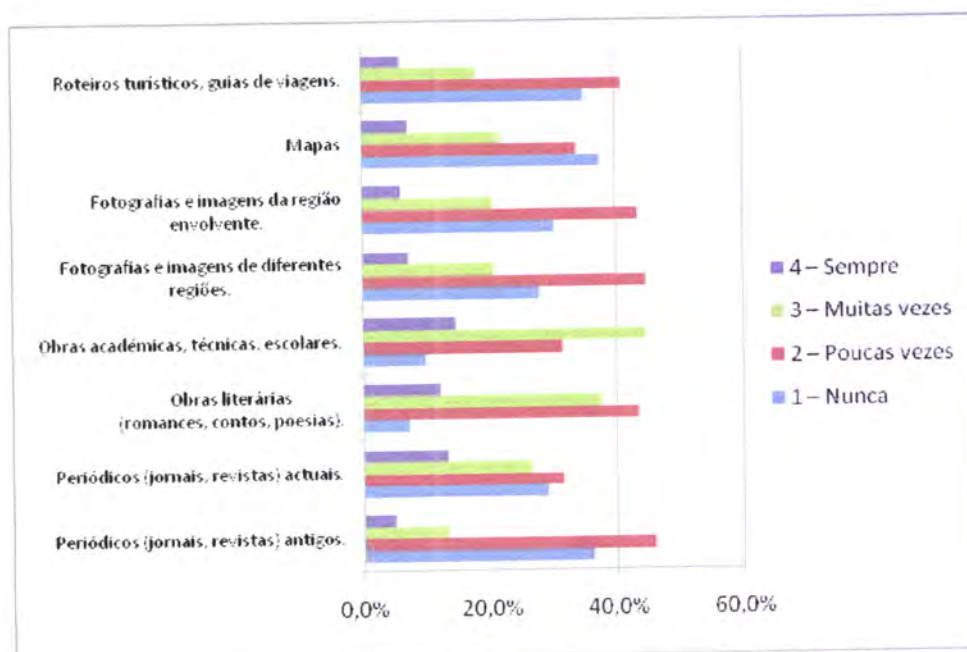


Gráfico 5 – Frequência da consulta de alguns tipos de documentos em bibliotecas públicas

Através destas respostas compreende-se que, embora havendo uma geral divisão de opiniões, os documentos consensualmente mais consultados são as obras técnicas, académicas e escolares, seguidas pelas obras literárias e pelos periódicos actuais. Todos os outros documentos, segundo os inquiridos, são consultados poucas vezes ou quase nunca. Confirma-se aqui o que se supôs na resposta dos bibliotecários a uma questão semelhante, relativamente aos mapas: são pouco consultados. Será então possível, sobre este aspecto, especular que tanto os bibliotecários como os utilizadores de bibliotecas públicas não pensam, na sua maioria, que os mapas devem ter um lugar preponderante nas colecções das bibliotecas públicas, provavelmente por ainda hoje se associar as bibliotecas apenas a colecções de livros e não a colecções de vários tipos de documentos. Galera i Monegal (1997) assinala que as bibliotecas preparadas para receber colecções cartográficas são as bibliotecas nacionais, as bibliotecas universitárias e as bibliotecas especializadas em algum tema próximo da cartografia, não incluindo na sua lista as bibliotecas públicas, pelo que parece haver uma opinião dos cartotecários semelhante às encontradas nos inquéritos de utilizadores de bibliotecas públicas e dos seus bibliotecários.

Ainda relativamente a esta primeira questão do inquérito, os utilizadores parecem não demonstrar interesse em consultar documentos antigos nem os que dizem respeito à região envolvente, como os mencionados mapas, imagens, fotografias e periódicos regionais. Nestes aspectos, parece haver alguma discordância entre bibliotecários e utilizadores, pois elementos considerados muito relevantes para os primeiros são pouco requisitados pelos segundos.

2 – Numa escala de 1 a 4, sendo que significam 1 – Nada importante, 2 – Pouco importante, 3 – Importante, 4 – Muito importante, acha que os tipos de documentos seguintes são, para a **colecção de uma biblioteca pública**:

	1 – Nada importante	2 – Pouco importante	3 - Importante	4 – Muito importante
Periódicos regionais.	6,0%	13,3%	54,2%	26,5%
Obras literárias de autores regionais	1,2%	8,4%	47,0%	43,4%
Obras académicas, técnicas, escolares	0,0%	3,6%	37,3%	59,0%
Fotografias e imagens da região envolvente	3,6%	13,3%	49,4%	33,7%
Mapas e plantas da região envolvente.	2,4%	13,3%	38,6%	45,8%

Tabela 7 – Importância atribuída pelos utilizadores a alguns tipos de documentos em colecções de bibliotecas públicas

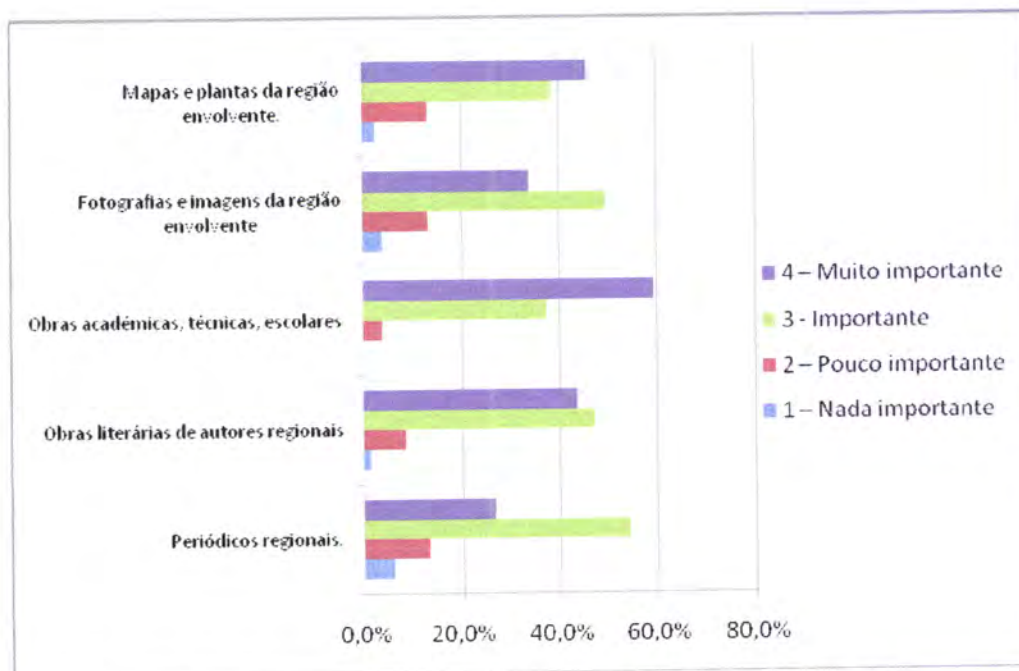


Gráfico 6 – Importância atribuída pelos utilizadores a alguns tipos de documentos em colecções de bibliotecas públicas

Pelas respostas dadas é possível compreender que os documentos que consideram mais importantes para a colecção das bibliotecas públicas são as obras técnicas, académicas e escolares, seguidas pelos mapas e plantas da região envolvente, consideradas maioritariamente como muito importantes. As obras literárias de autores regionais, as fotografias e imagens da região envolvente e os periódicos regionais são considerados, na maioria, como importantes, havendo ainda muitas opiniões que os consideram muito importantes. Ou seja, há alguma discrepância entre aquilo que os utilizadores consideram importante e o que efectivamente consultam. Parece haver consciência que a biblioteca pública deve ser sempre o centro local de informação, onde se guarda, de forma segura, os tesouros antigos da região, mas para os quais raramente se olha.



3 – Numa escala de 1 a 4, sendo que significam 1 – Nada importante, 2 – Pouco importante, 3 – Importante, 4 – Muito importante, acha que os seguintes **serviços em linha das bibliotecas públicas** são:

	1 – Nada importante	2 – Pouco importante	3 - Importante	4 – Muito importante
Página Web de apresentação da biblioteca (localização, história, contactos)	3,6%	7,2%	47,0%	42,2%
Programa e calendário das actividades da biblioteca.	3,6%	6,0%	43,4%	47,0%
Notícias e novidades de aquisições da biblioteca.	2,4%	8,4%	51,8%	37,3%
Newsletter periódica (semanal ou mensal).	2,4%	33,7%	49,4%	14,5%
Catálogo em linha.	2,4%	20,5%	41,0%	36,1%
Documentos digitalizados disponíveis para consulta.	1,2%	3,6%	41,0%	54,2%
Serviço de apoio ao cliente.	1,2%	9,6%	39,8%	49,4%
Serviço de referência em linha (pergunte, as bibliotecas respondem).	1,2%	14,5%	47,0%	37,3%

Tabela 8 – Importância atribuída pelos utilizadores aos serviços em linha das bibliotecas públicas

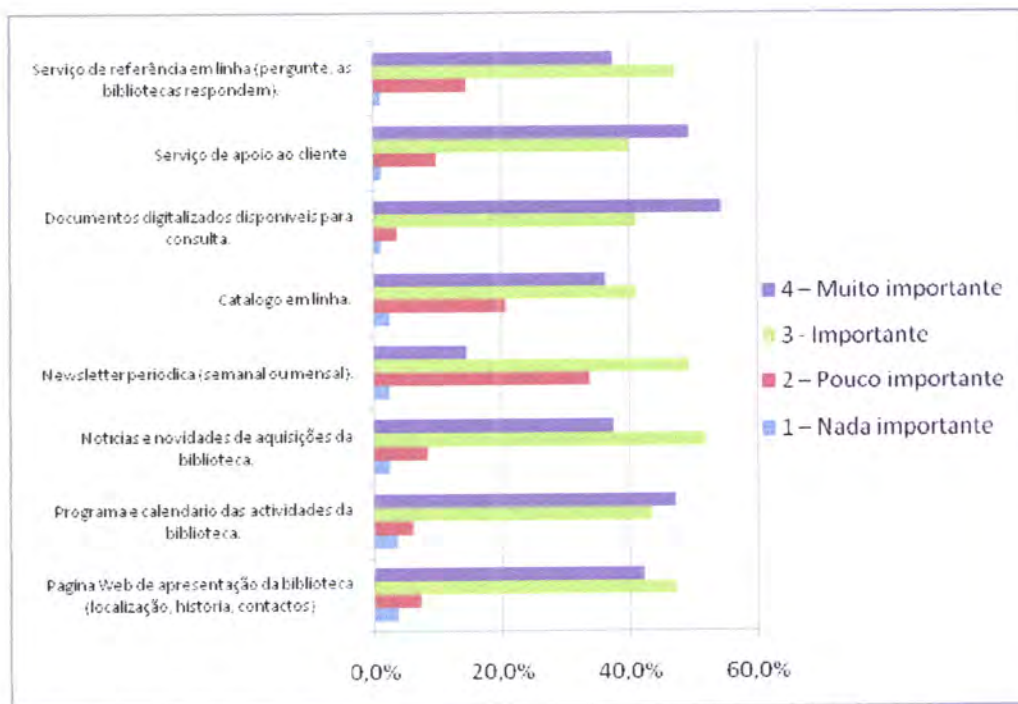


Gráfico 7 – Importância atribuída pelos utilizadores aos serviços em linha das bibliotecas públicas

Pelas respostas dadas pelos utilizadores inquiridos, pode inferir-se que os serviços em linha considerados mais importantes são os documentos digitalizados disponíveis para consulta, o serviço de apoio ao cliente em linha e o programa e calendário das actividades da biblioteca, assumindo uma maioria de respostas que os consideram muito importantes. São importantes ainda o serviço de referência em linha, as notícias e novidades de aquisições da biblioteca, e a página Web de apresentação da biblioteca. Por último, são também maioritariamente considerados como importantes, mas reunindo um número significativo de opiniões que os consideram de pouca importância o catálogo em linha e a *newsletter* periódica da biblioteca. Os documentos digitalizados disponíveis para consulta e o serviço de apoio ao cliente em linha são dos menos consolidados nas bibliotecas públicas portuguesas, como se pôde verificar pelas respostas dadas pelos bibliotecários relativamente ao estado de implementação destes serviços. São, no entanto, os mais desejados por uma clara maioria de utilizadores. Poderia ser benéfico repensar algumas prioridades nas bibliotecas públicas portuguesas, a fim de melhor satisfazer as necessidades do público.

4 – Numa escala de 1 a 4, sendo que significam 1 – Nada importante, 2 – Pouco importante, 3 – Importante, 4 – Muito importante, acha que os tipos de documentos seguintes são, para uma **colecção digital de uma biblioteca pública**:

	1 – Nada importante	2 – Pouco importante	3 - Importante	4 – Muito importante
Periódicos regionais antigos.	4,8%	22,9%	45,8%	26,5%
Periódicos regionais actuais.	3,6%	27,7%	49,4%	19,3%
Obras literárias de autores regionais	1,2%	18,1%	50,6%	30,1%
Obras literárias originais (dactilografadas/manuscritas) de autores regionais	1,2%	19,3%	42,2%	37,3%
Obras académicas, técnicas, escolares	3,6%	10,8%	48,2%	37,3%
Fotografias e imagens antigas da região envolvente	1,2%	19,3%	48,2%	31,3%
Fotografias e imagens actuais da região envolvente	1,2%	20,5%	53,0%	25,3%
Mapas e plantas antigas da região envolvente.	1,2%	14,5%	48,2%	36,1%
Mapas e plantas actuais da região envolvente.	1,2%	13,3%	47,0%	38,6%

Tabela 9 – Importância atribuída pelos utilizadores a alguns tipos de documentos em colecções digitais

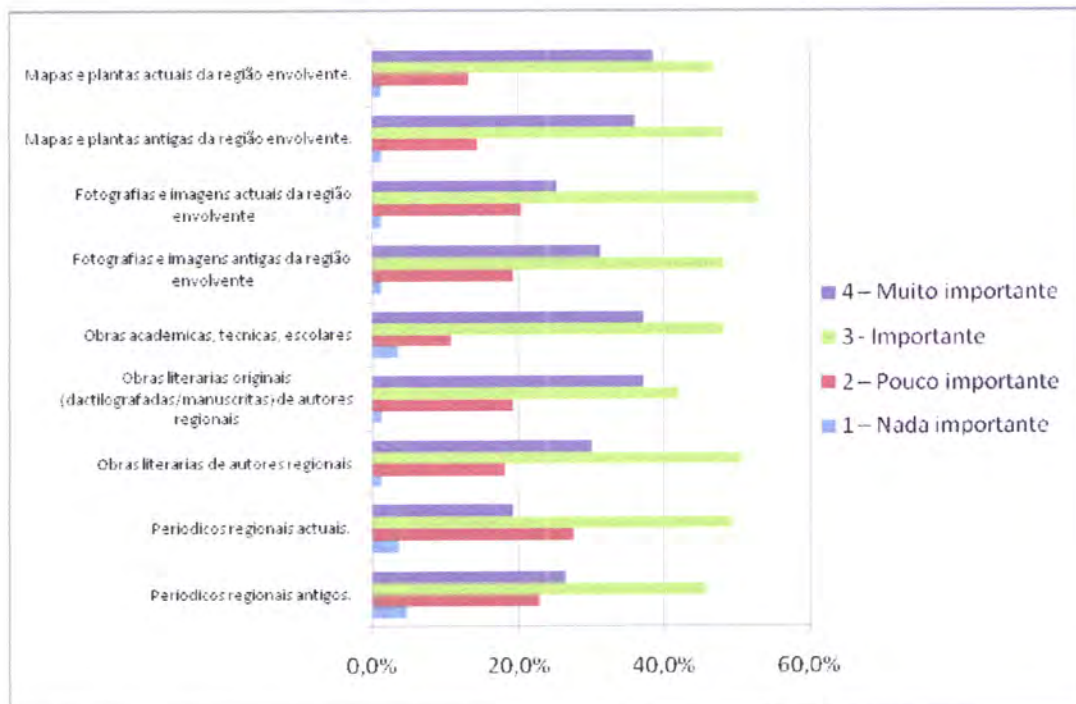


Gráfico 8 – Importância atribuída pelos utilizadores a alguns tipos de documentos em colecções digitais

O público considera como mais importantes para uma colecção digital duma biblioteca pública os mapas e plantas actuais e antigos da região, as obras académicas, técnicas e escolares, as fotografias e imagens antigas e actuais da região, e as digitalizações de obras literárias originais. Nenhuma delas foi, no entanto, considerada maioritariamente como sendo muito importante. Os periódicos regionais, quer antigos quer actuais, sendo ainda maioritariamente considerados importantes reúnem um numero significativo de opiniões que os consideraram como pouco ou mesmo nada importantes. Novamente, nota-se que há a ideia de que os mapas e plantas da região são importantes para as bibliotecas públicas, e que são algo a preservar e mostrar, não obstante serem dos documentos menos requisitados pelo público. O público aparenta não os querer consultar regularmente, mas fica a ideia que se preocupam em conservá-los para que, um dia que os desejem observar, os tenham presentes.

5 – Numa escala de 1 a 4, sendo que significam 1 – Nunca, 2 – Poucas vezes, 3 – Muitas vezes, 4 – Sempre que viajo, avalie os **seguintes elementos**, assinalando com uma cruz a quadrícula correspondente:

	1 - Nunca	2 - Poucas Vezes	3 - Muitas vezes	4 – Sempre que viajo
Consulta mapas de estradas/usa GPS	12,0%	31,3%	36,1%	20,5%
Consulta roteiros turísticos	10,8%	36,1%	41,0%	12,0%
Consulta guias de viagens	13,3%	41,0%	37,3%	8,4%
Consulta o Google Earth, Google Maps, Viamichelin, Microsoft Live! Maps, ou semelhante	8,4%	14,5%	45,8%	31,3%

Tabela 10 – Avaliação dos utilizadores a alguns instrumentos cartográficos.

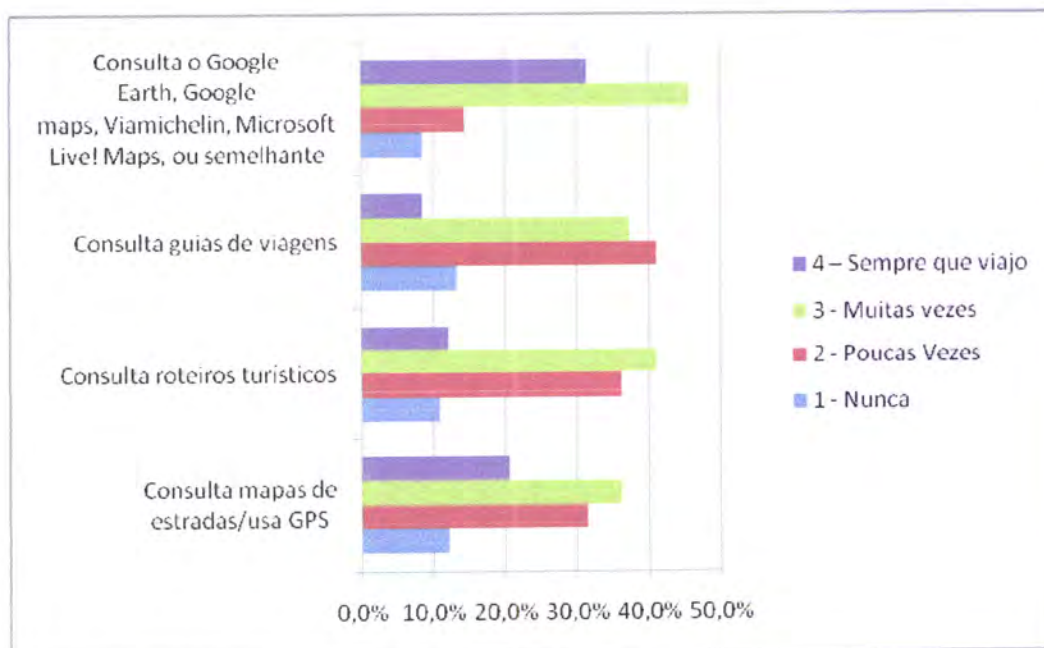


Gráfico 9 – Avaliação dos utilizadores a alguns instrumentos cartográficos.

Relativamente ao que os inquiridos consultam quando viajam, há o hábito de consultar programas e sítios como o *Google Earth*, *Google Maps*, *Viamichelin*, *Microsoft Live! Maps* e semelhantes. Os mapas de estradas e GPS surgem a seguir como preferências, sendo que os roteiros turísticos e os guias de viagens são os menos utilizados.

### ***c) Confronto de realidades e solicitações***

Nos inquéritos realizados junto de bibliotecários e de utilizadores de bibliotecas públicas foi possível aferir quais os principais interesses dos utilizadores e quais as principais prioridades dos bibliotecários na gestão das suas colecções e serviços disponibilizados. Curiosamente, e após o confronto das respostas de uns e outros, é possível constatar que há bastantes divergências relativamente ao interesse e importância de muitos tipos de serviços e documentos.

Começando pela primeira questão dos inquéritos aos bibliotecários foi pedida opinião sobre a importância que atribuíam a uma série de tipos documentos. Aos utilizadores foi pedido, com base numa lista semelhante, que mencionassem qual a frequência com que consultavam os documentos, e seguidamente foi-lhes proposto, na questão seguinte, que analisassem a importância desses documentos. Começando pela importância atribuída aos documentos por ambas as partes, é fácil comprovar que as opiniões são coincidentes em quase todos os aspectos, excepto no que diz respeito às obras técnicas, académicas e escolares, que a maioria dos utilizadores considerou como sendo muito importantes, ao passo que os bibliotecários apenas as consideravam maioritariamente como importantes, e excepto no que diz respeito ao periódicos regionais, considerados pelos utilizadores menos importantes que pelos bibliotecários.

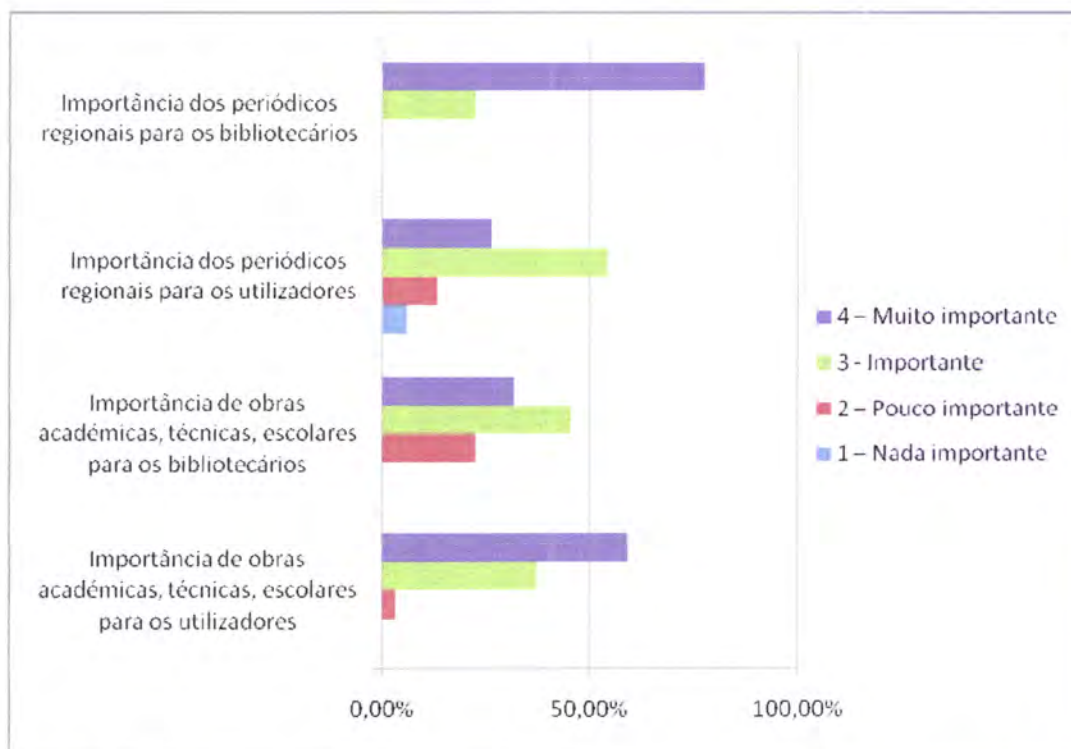


Gráfico 10 – Confronto entre a importância atribuída por utilizadores e bibliotecários a alguns documentos

Atentando ainda às percentagens de cada uma das respostas, é possível comprovar que a frequência com que os utilizadores consultam certo tipo de documentos nem sempre é coincidente com a importância que lhes é atribuída por eles próprios, assim como pelos bibliotecários. Os documentos mais consultados são as obras técnicas, académicas e escolares, seguidas pelas obras literárias e pelos periódicos actuais. Onde há maiores divergências entre o que se consulta e o que é considerado importante pelos bibliotecários será então nas obras académicas, que são as mais consultadas, mas consideradas de menor importância pelos bibliotecários. No caso das fotografias e imagens da região envolvente, e nos restantes periódicos, acontece o inverso: são considerados como importantes pelos bibliotecários, mas são relativamente pouco consultados pelo público.



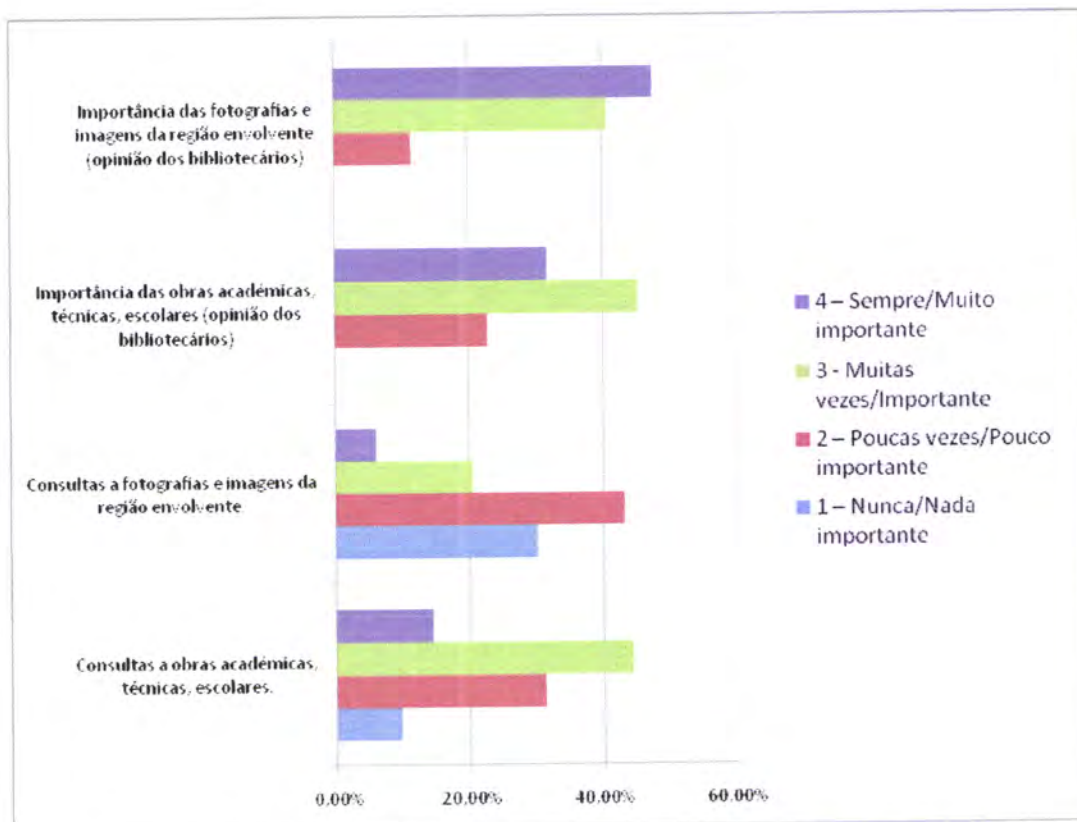


Gráfico 11 – Relação entre a relevância de alguns documentos na opinião dos bibliotecários e a frequência com que são consultados

Passando ao confronto entre o que os utilizadores responderam nas primeiras duas questões dos inquéritos, resta sublinhar que as obras que consideram mais importantes e que consultam mais frequentemente são as obras académicas, técnicas, escolares, o que diverge muito da opinião dos bibliotecários, que consideram este tipo de documentos como sendo um dos menos relevantes.

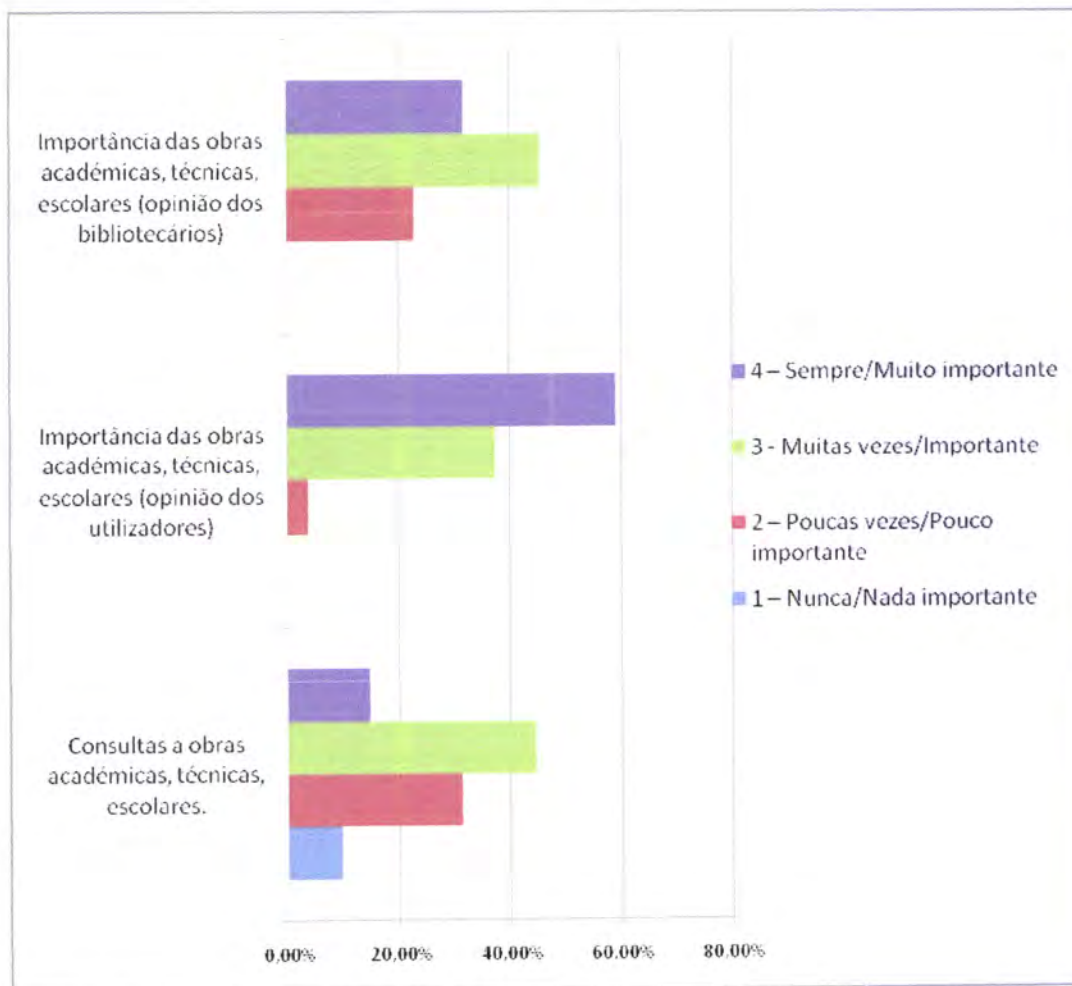


Gráfico 12 – Relação entre a relevância das obras técnicas, académicas e escolares na opinião dos bibliotecários e dos utilizadores e a frequência com que são consultadas

A discrepância de opiniões neste aspecto, assim como nos comentados anteriormente, pode ter um conjunto de explicações bastante simples: os bibliotecários gerem a sua colecção de acordo com as normas da IFLA (1994), defendendo acima de tudo o património local, a conservação e divulgação da história local e dos fundos locais. Em segundo lugar, segundo as opiniões apuradas, há lugar às obras literárias e aos periódicos mais actuais, que continuam efectivamente a ser importantes para muitos utilizadores. Em último plano estarão as obras académicas, técnicas, escolares, porque em princípio deveriam ser prioridades não de uma biblioteca pública mas sim das bibliotecas universitárias e escolares. Resta então saber porque razão os utilizadores inquiridos demonstram interesses inversos aos defendidos pelos bibliotecários:

consultam sobretudo este último tipo de obras, não parecem interessar-se muito pelo fundo local, fotografias antigas, mapas e plantas antigas, embora reconheçam a sua importância, e os únicos pontos em que estão mais ou menos de acordo com os bibliotecários e o comprovam efectivamente com consultas efectuadas prende-se com os periódicos actuais e as obras literárias.

A explicação para isto pode ser a de ainda hoje as bibliotecas públicas em Portugal serem encaradas, pela maioria dos leitores, como locais de estudo e de procura de informação específica, difícil ou dispendiosa de adquirir. Isto pode ser comprovado pela visão sobre as bibliotecas públicas que tem Gill (2004), quando afirma que as suas funções não são necessariamente apenas as funções gerais definidas pela IFLA (2004), pois em alguns países, como a Malásia, de forma semelhante ao que se constata em Portugal por estes resultados, as bibliotecas públicas desempenham essencialmente um papel de apoio à educação e à formação. Noutros, como no Reino Unido, as bibliotecas públicas são vistas e utilizadas especialmente como espaços de lazer, algo que se assemelha mais à visão que os bibliotecários portugueses demonstram ter.

Os utilizadores portugueses continuam a consultar periódicos e obras literárias no seu espaço, embora a discrepância entre o número de consultas efectuadas e a importância que lhe atribuem bibliotecários e mesmo eles próprios reflecta que, possivelmente, não seja na biblioteca o sítio onde procuram primariamente esses documentos, colocando-se a hipótese de ser comum adquirirem eles próprios jornais, revistas, romances ou contos. Por último, fica clara a ideia de que consideram importante que seja a biblioteca pública a conservar e disponibilizar o acesso ao património local, mas não para ser consultado por eles próprios, pelo menos com frequência.

As opiniões relativamente à importância de alguns tipos de documentos para uma eventual colecção digital da biblioteca pública reflectem precisamente as mesmas tendências. A quarta questão de ambos os inquéritos pedia a utilizadores e bibliotecários que avaliassem uma série de elementos, tal como nas questões descritas anteriormente, mas no caso de uma biblioteca digital. Embora as opiniões sejam mais consensuais que nos casos anteriores, obtendo muitos dos elementos votações semelhantes: periódicos regionais antigos, periódicos regionais actuais, obras literárias de autores regionais,

obras literárias originais (dactilografadas/manuscritas) de autores regionais, fotografias e imagens antigas da região envolvente, fotografias e imagens actuais da região envolvente, mapas e plantas antigas da região envolvente, mapas e plantas actuais da região envolvente.

Há apenas a assinalar que os bibliotecários consideraram maioritariamente como muito importantes os periódicos regionais antigos, as obras literárias originais (dactilografadas/manuscritas) de autores regionais, as fotografias e imagens antigas da região envolvente, os mapas e plantas antigas da região envolvente, ao passo que os utilizadores apenas as consideraram maioritariamente como importantes. Há algumas diferenças de opinião significativas em apenas um aspecto: obras técnicas, académicas e escolares. A explicação para tal será eventualmente a mesma que foi apontada para o caso das colecções das bibliotecas públicas: os bibliotecários das bibliotecas públicas portuguesas consideram que esses documentos devem ser prioridade de outro tipo de bibliotecas, mas os utilizadores procuram essencialmente esse tipo de informação técnica, académica, escolar quando procuram as bibliotecas públicas.

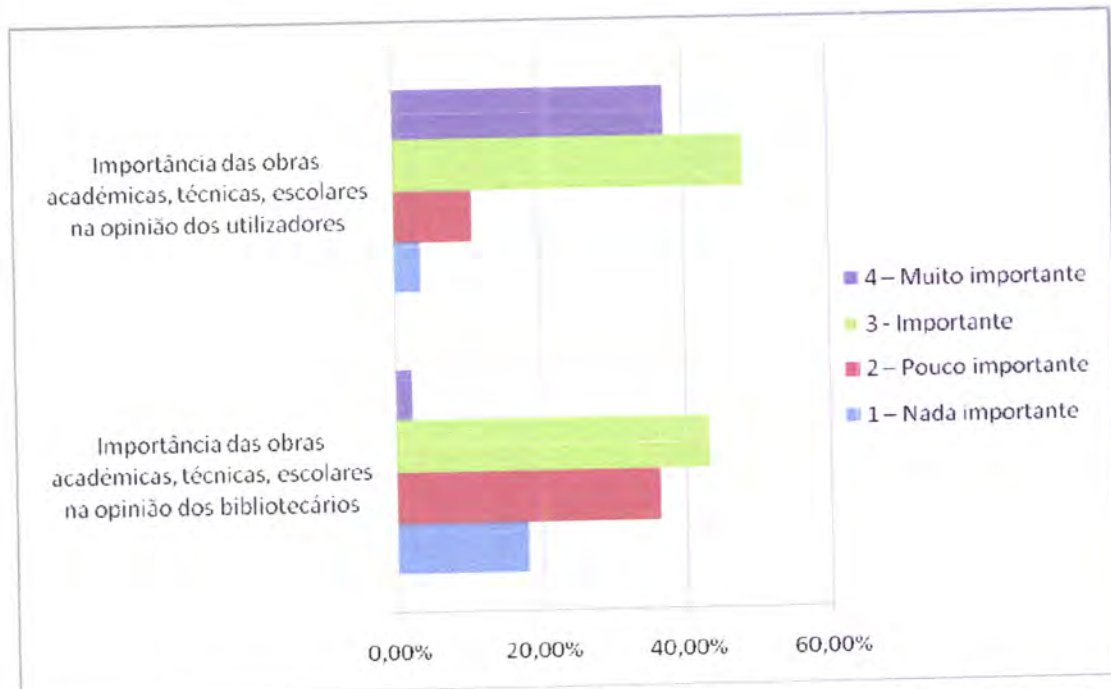


Gráfico 13 – Relação entre a relevância das obras técnicas, académicas e escolares na opinião dos bibliotecários e dos utilizadores para as colecções digitais das bibliotecas públicas

Segundo a avaliação feita aos serviços em linha que as bibliotecas públicas podem disponibilizar, os utilizadores consideram ser o serviço com menos importância a newsletter periódica, seguida pelo catálogo em linha, sendo, no entanto, considerados pela maioria como importantes ou muito importantes. O programa e calendário das actividades da biblioteca, a página Web de apresentação da biblioteca (localização, história, contactos) e notícias e novidades de aquisições da biblioteca englobam, todos eles, cerca de 40% de opiniões como muito importante e outras tantas como importante.

Contrastando com isto, os documentos digitalizados ocupam o lugar de serviço em linha mais importante, seguidos pelo serviço de apoio. O serviço de referência em linha é também considerado, pela maioria, como importante ou mesmo muito importante.

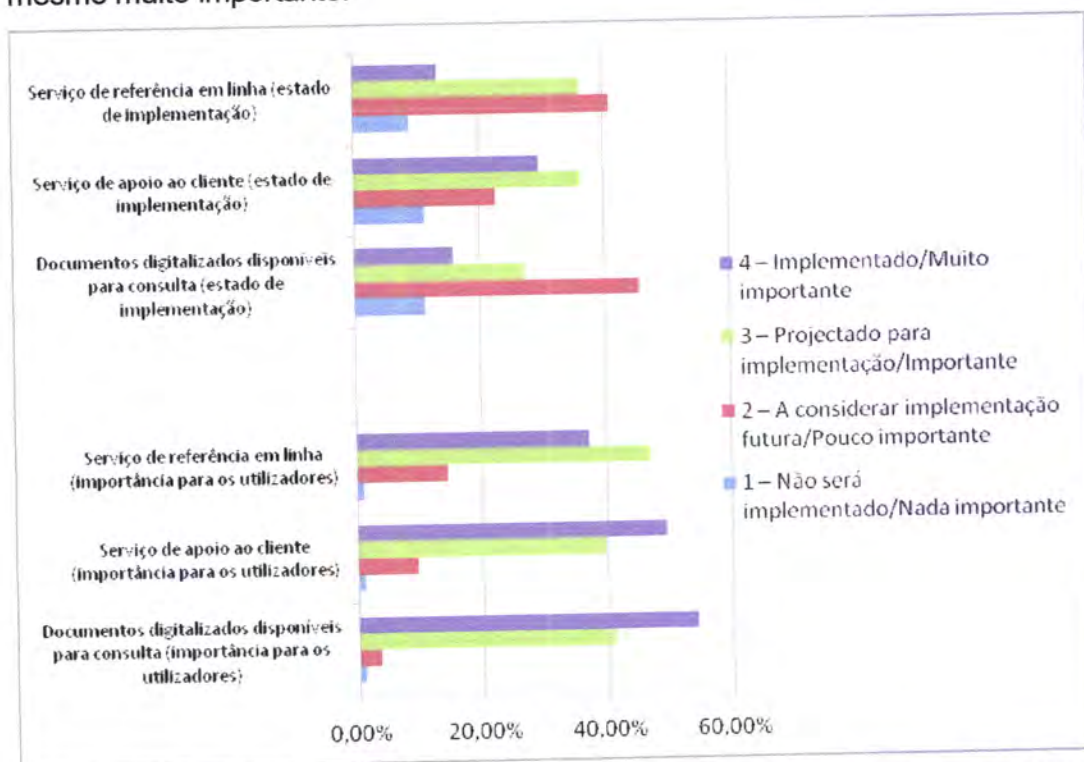


Gráfico 14 – Relação entre o estado de implementação de alguns serviços em linha e a opinião dos utilizadores sobre a sua importância

Resta apenas discutir uma última questão colocada aos utilizadores, que pretendia aferir a frequência com que consultam materiais cartográficos de diversos tipos. Os mapas mais consultados pelos inquiridos são no formato electrónico, como o *Google Earth*, *Google Maps*, *Viamichelin*, *Microsoft Live!*

*Maps*, ou semelhantes. Seguem-se os GPS e os mapas de estradas, também bastante utilizados, sendo que os roteiros turísticos e os guias de viagem, embora obtendo um número significativo de respostas indicando que são muito utilizados. Isto demonstra, conjuntamente com o que responderam na primeira questão, onde se aferia qual a frequência com que estes e outros documentos eram consultados no espaço das bibliotecas públicas, que não é no espaço das bibliotecas públicas que se procuram informações geográficas.

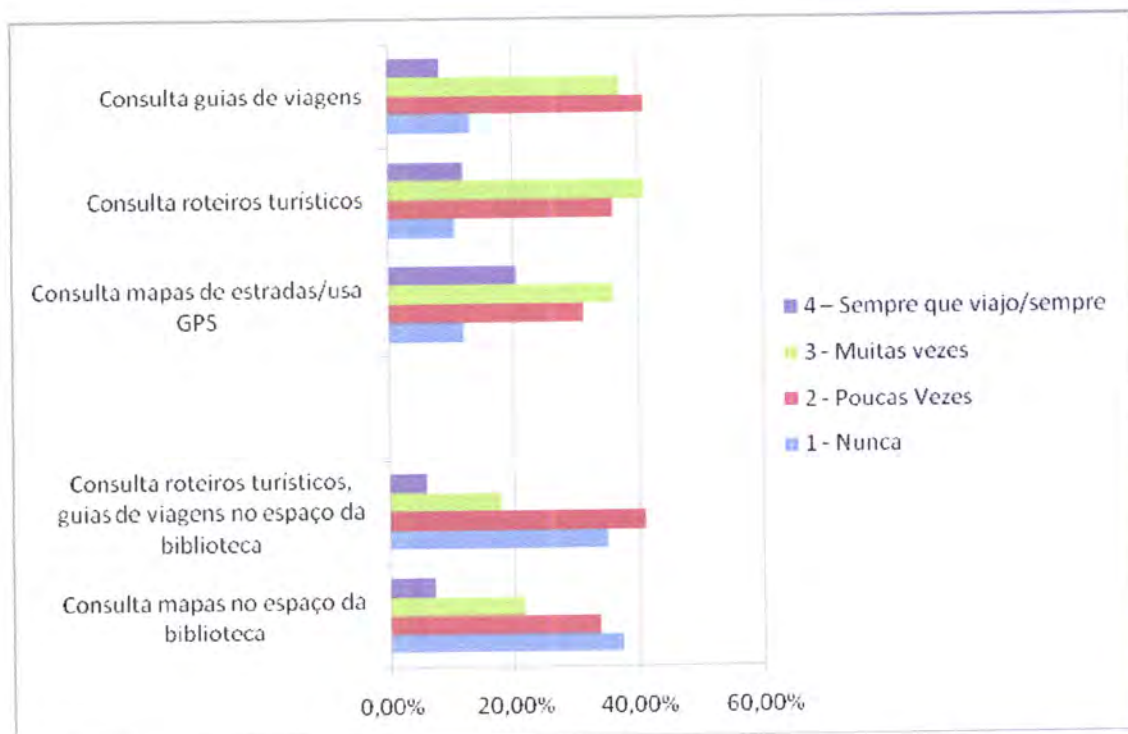


Gráfico 15 – Relação entre a frequência com que os utilizadores das bibliotecas públicas consultam instrumentos cartográficos e a frequência com que o fazem no espaço da biblioteca pública

Sintomático desta assimetria é também a grande importância dada aos mapas em linha, como o *Google Earth*, *Google Maps*, *Viamichelin*, *Microsoft Live! Maps*, e semelhantes. Tal como parece ser claro que os utilizadores querem mais recursos documentais electrónicos, procuram também recursos cartográficos electrónicos. A massificação da Web alterou muitos dos hábitos na procura de informação das populações, e como tal alterou os hábitos dos utilizadores das bibliotecas públicas. Através dos inquéritos realizados, é

possível compreender que estas alterações não foram, na sua totalidade, acompanhadas pelas bibliotecas públicas.

Os bibliotecários, fiéis à sua missão de conservação e divulgação da informação e cultura locais, privilegiam sobretudo a história local, materiais antigos, como periódicos, fotos e mapas locais e regionais, havendo também um lugar de destaque na literatura. Os serviços em linha que implementam prendem-se mais com a necessidade de aproximar as pessoas da biblioteca, no sentido de espaço físico, disponibilizando-lhes catálogo em linha, programa de actividades e notícias de aquisições. No entanto, os utilizadores, reconhecendo a importância destes serviços em linha, reconhecendo a importância do espólio local, não o utilizam muito, possivelmente encarando a biblioteca pública um pouco como um arquivo, um depósito de conhecimento.

Traçando o perfil destes utilizadores, infere-se que procuram nas bibliotecas, em primeiro lugar, as informações de difícil acesso ou de acesso dispendioso, seguidas de algumas obras literárias e dos periódicos actuais. Simultaneamente, como no caso dos materiais cartográficos, preferem, se possível, aceder a essas informações remotamente e em formato digital. Não estão perto da biblioteca, no sentido físico de biblioteca como edifício, mas estariam, isso sim, perto da biblioteca como instituição. Parece assim que as bibliotecas públicas portuguesas, para se aproximarem dos utilizadores, para chegarem a toda a comunidade envolvente, poderão precisar cada vez mais de sair das próprias paredes e investir neste conjunto de interesses reivindicados por muitos cidadãos.

## II – As Coleções Cartográficas da Biblioteca Pública de Évora

A possível substituição do livro em formato de papel pelo livro digital é um tema que se tem colocado com bastante insistência nos últimos anos. Sobre este assunto, Chartier (2001) esclarece que os documentos digitais surgiram naturalmente, acompanhando a evolução da científica e técnica Humanidade, mas que não vêm para substituir o códice. Se este último o fez em relação aos velhos pergaminhos enrolados, o aparecimento do novo suporte não deverá extinguir o uso das folhas de papel, reunidas em cadernos, agrupadas num ou mais volumes. Esta ideia pode também ser fundamentada tendo em conta Darnton (1999, p.9): “The world of learning is changing so rapidly that no one can predict what it will look like ten years from now. But I believe it will remain within the Gutenberg galaxy – though the galaxy will expand, thanks to a new source of energy, the electronic book, which will act as a supplement to, not a substitute for, Gutenberg's great machine.” No entanto, é possível admitir que a afirmação do livro electrónico tem sido muito lenta dentro das bibliotecas portuguesas, concretamente nas públicas, visto que se mantém quase em exclusivo o uso de documentos em suporte de papel.

Nas últimas duas décadas do século XX assistiu-se em Portugal a uma grande mudança, muito positiva, nas bibliotecas da Rede Nacional de Leitura Pública, cuja lista se encontra em anexo nesta dissertação. Segundo Calixto (2005:1), no princípio dos anos 80 eram um conjunto de instituições sem vida, sem ligação entre si, sem interesse para os seus frequentadores, sem a preocupação de chamar a si novos utilizadores. Cerca de vinte anos depois são espaços que rejubilam com actividade e interesse, espaços que prestam serviços às populações a que se destinam, como informação à comunidade, acesso a computadores e à Internet, serviço de referência e serviço de referência em linha.

No entanto, continua a ser impossível às bibliotecas públicas portuguesas assegurar o seu pleno funcionamento vinte e quatro horas por dia. Alguns dos seus serviços estão disponíveis a tempo inteiro, como a consulta de



catálogos e mesmo os serviços de referência em linha, mas continua ainda a ser impossível a consulta de documentos sem uma deslocação do utilizador ao edifício da biblioteca. No entanto, este modelo pode também vir a desaparecer. Se se tiver em conta outra afirmação de Chartier (2001), será possível concordar que “há uma transformação frente aos meios tradicionais de transmissão de textos”, que são cada vez mais veiculados por meio electrónico. Revistas científicas, jornais, entre outras publicações periódicas, têm já edições em linha. Um dia, poderão ser as monografias as principais publicações a disponibilizar electronicamente. Não é assim completamente original a ideia de se constituírem bibliotecas digitais. Dois conhecidos exemplos de bibliotecas digitais são a *Google Book Search*, disponível na Web em <http://books.google.com/>, e a recente *Biblioteca Digital Mundial*, da UNESCO (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization), disponível na Web em <http://www.wdl.org/pt/>.

Embora, na generalidade dos casos, as colecções digitais sejam ainda recentes, e por isso pequenas ou incompletas, ainda em constante crescimento, em Portugal nota-se na própria colecção digital da BNP um atraso significativo relativamente às de outros países europeus. A título de exemplo, atente-se no caso do seu espólio cartográfico. Incluem-se na BND (versão completa disponível na Web em <http://purl.pt/index/geral/PT/index.html>) um total de 1507 obras de cartografia, pertencentes a um universo de cerca de 7000 espécimes, o que representa uma porção ainda pouco significativa do total. Note-se que estes são dados da página onde se incluem todas as digitalizações já feitas pela BNP, visto que no sítio da BND (disponível em <http://bnd.bn.pt/>) apenas se encontram algumas obras destacadas, as que foram, segundo se pode ler a partir do sítio oficial, consideradas mais interessantes para o público de uma instituição como esta.

Nas bibliotecas públicas portuguesas não há sequer a prática corrente de disponibilizar em linha as obras consideradas mais interessantes ou importantes. Apenas recentemente algumas bibliotecas o começaram a fazer. Do conjunto das bibliotecas portuguesas de depósito legal, tome-se como exemplos únicos e excepções a Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra (<http://www.uc.pt/bguc/links/>) e as Bibliotecas Municipais de Lisboa, agora

reunidas num único sítio Web (<http://blx.cm-lisboa.pt/>), disponibilizando uma Hemeroteca Digital (<http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/>).

O acervo da BPE é um dos que não se encontra na Web. No caso concreto da Cartografia, sendo uma das bibliotecas de depósito legal em Portugal, com mais de duzentos anos de existência, contém previsivelmente um espólio cartográfico com um elevado número de espécimes, muitos dos quais raros ou únicos, considerando a elevada quantidade de manuscritos que entre eles se incluem (Calixto, 2005:2). No entanto, toda esta riqueza histórica estava até há pouco tempo inacessível à maioria do público, pois encontra-se na secção de reservados e não havia imagens desses documentos em linha. O catálogo da cartografia pertencente à BPE é também, conforme foi referido, de difícil acesso, e impossível de consultar em linha, como é possível fazer com muitas das restantes obras das colecções da BPE.

A mesma situação pode ser observada um pouco por todo o País, um pouco por todas as bibliotecas públicas. Frequentemente, tende a verificar-se uma das duas seguintes hipóteses: ou a cartografia é actual, sendo tratada e apresentada ao público como material não monográfico ou periódico, tendo direito à sua pequena subdivisão tal como a têm os CD-ROMs, os DVDs, as cassetes áudio e os jogos infantis; ou é antiga, e conseqüentemente considerada material reservado, ficando inacessível a muitos, sendo que, pela sua especificidade e raridade seria, à partida, do maior interesse para uma porção relevante dos utilizadores das bibliotecas.

Esta inacessibilidade por parte dos conteúdos de uma biblioteca com estas características não deveria verificar-se, segundo o manifesto da IFLA/UNESCO para as bibliotecas públicas (1994): “os serviços têm de ser fisicamente acessíveis a todos os membros da comunidade.” Mais longe vai o texto, quando afirma que deve haver “serviços destinados àqueles a quem é impossível frequentar a biblioteca.” Tome-se como exemplo a já referida Hemeroteca Digital pertencente às Bibliotecas Públicas de Lisboa (disponível em <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/>). É uma forma de todos poderem aceder a estes conteúdos, interessantes para muitos utilizadores das bibliotecas, de forma contínua e sem qualquer tipo de limitação.

Os documentos digitalizados e disponibilizados em linha podem ser uma

forma de as bibliotecas irem até aos seus utilizadores. Alguns exemplos são a BND, a *Google Book Search*, e a Biblioteca Digital Mundial (World Digital Library), cujo sucesso comprova haver interesse dos leitores em versões electrónicas de documentos tradicionalmente apenas presentes no espaço físico das bibliotecas.

A presente dissertação de Mestrado centra-se no estudo de um tipo específico de documentos, os mapas, em particular os da BPE, que possui aproximadamente 600 exemplares de diferentes regiões, épocas e origens. Cerca de metade dos mapas são de Portugal e das ex-colónias, e a outra metade pertencente ao resto do Mundo. É de assinalar que, ainda hoje, esta é a divisão feita no catálogo da BPE, que se reflecte na seguinte organização: Cartas Geográficas de Portugal – Continente, Açores, Angola, Cabo Verde, Guiné, Índia, Macau e Timor, Madeira e Porto Santo, Moçambique, S. Baptista de Ajudá, S. Tomé e Príncipe; Cartas Geográficas (Resto do Mundo) – África, América, Ásia, Europa, Oceânia, Cartas Várias.

Estes temas estão repartidos por dois cadernos manuscritos, e dentro de cada separação o catálogo encontra-se organizado por ordem alfabética, mas limita-se a assinalar os títulos dos mapas, os nomes dos autores, e em alguns casos, as escalas e as dimensões dos mapas. Todo o catálogo padece de qualquer tipo de norma de descrição, ou de qualquer tipo de uniformização, o que leva a concluir que tenha sido feito um pouco ao acaso e em momentos diferentes. Isto reflecte as distintas etapas da vida da BPE desde a sua fundação. Para além dos muitos mapas incorporados e adquiridos desde cedo pela biblioteca, uma quantidade significativa de documentos cartográficos disponíveis na BPE chegou juntamente com a Biblioteca Manizola, algo que é fácil de comprovar pelas cotas antigas dos documentos. Estes são, na sua grande maioria, mapas de diferentes regiões de Portugal, mapas de diferentes áreas do Alentejo, e algumas plantas e projectos arquitectónicos.

Em relação ao resto dos documentos da BPE referentes a Portugal e às ex-colónias, a grande maioria são exemplares do século XX, entre mapas de estradas, mapas escolares, cartas corográficas ou cartas geológicas.

No caso dos mapas do “Resto do Mundo”, segundo a organização da BPE, são na sua maioria impressos e, entre eles, uma significativa quantidade editados no século XVIII sobre o território europeu, representando quase metade do universo.

O *corpus* escolhido para esta dissertação de Mestrado foi o dos mapas do Alentejo, em virtude de, como já se referiu, o trabalho decorrer no quadro do CIDEHUS, integrado no projecto *História do Alentejo séculos XII-XX. Aprofundamentos empíricos*.

## 4 – Coleções documentais da Biblioteca Pública de Évora

Para se conhecer e compreender a evolução do espólio cartográfico da BPE convém salientar alguns dos aspectos biográficos do seu fundador e seguir a história da instituição desde a sua fundação até ao presente.

A criação da BPE, por iniciativa de D. Frei Manuel do Cenáculo Villas Boas, data de 1803, ano em que foi para Évora como Arcebispo (Vaz, 2006). No entanto, é tida como a data da sua fundação 25 de Março de 1805, dia em que, segundo o seu *Diário*, Cenáculo, acompanhado de familiares e do clero eborense, colocou o primeiro livro nas estantes da Biblioteca (Calixto, 2005:2). Por parte de Cenáculo foi o culminar de uma longa vida dedicada à cultura e à disseminação do conhecimento, visto que já tinha estado ligado de alguma forma à fundação de outras bibliotecas: a Biblioteca do Convento de Jesus, a Biblioteca Pública de Beja, e a Real Biblioteca Pública da Corte (Vaz, 2004; Calixto, 2005:2).

Francisco Vaz (2006) refere que a BPE, desde a sua génese, teve como finalidade servir o público em geral e não apenas o restrito grupo do clero. Mesmo sendo uma biblioteca eclesiástica, estava previsto nos seus estatutos que abriria várias vezes por semana, e que deveria ser “[...] do carácter de todos os oficiais o agrado, e bom acolhimento, e franqueza para todos os que buscam as ciências e ajudá-los, fazendo-lhes fácil e amável a frequência” (Calixto, 2005:2).

Francisco Vaz (2006) faz notar que para Cenáculo “as bibliotecas só faziam sentido enquanto fossem úteis e de fácil acesso para o público”, e que o Arcebispo se insurge de forma firme contra todos os que simplesmente colecionam livros e os escondem dos leitores, pois nunca as artes e as ciências poderiam progredir sem o acesso ao conhecimento. Segundo Pereira (2006, pp. 19-20) Cenáculo demonstrava ter “[...] o propósito claro, sem rodeios, de anseios de reforma da sociedade e da cultura portuguesa dos fins do século XVIII e princípios do século XIX. Tratava-se de promover uma reforma que capitalizasse saber e o distribuísse.” Tais propósitos podem

explicar-se, segundo Domingos (2006), pelo facto de Cenáculo ter viajado por toda a Europa e visitado as bibliotecas de Itália, França e Espanha, tendo contactado de perto com estudiosos, académicos, e bibliotecários.

Na origem da biblioteca esteve a necessidade de instruir o clero e os diocesanos de Évora. D. Frei Xavier Botelho de Lima, o Arcebispo de Évora que antecedeu Cenáculo alcançou bula pontifícia e beneplácito régio, doando a sua valiosa e extensa colecção à Livraria. De resto, Frei Manuel do Cenáculo adquiriu ainda, na maioria das vezes com fundos próprios, muitos volumes para doar à biblioteca. A colecção da BPE atingiria, logo desde a sua inauguração, vários milhares de volumes, pois à mencionada doação juntaram-se as muitas obras que Cenáculo trouxe consigo de Beja, onde fora bispo, além de todos os que adquiriu até ao ano da sua morte, em 1814 (Vaz, 2006). A dimensão do universo seria então de cerca de 50000 volumes, de acordo com o inventário feito nesse ano. (Calixto, 2005:2)

O coleccionismo de Cenáculo não se limitou, no entanto, a livros. Reuniu também uma grande colecção de moedas e medalhões, que segundo Vaz (2006) ascenderia aos três milhares de exemplares. O prelado tinha também uma vasta colecção de produtos naturais e peças arqueológicas, o que o levou a pensar, numa Biblioteca-Museu, a instalar no palácio episcopal, juntamente com o Museu e Galeria de Pintura. Brigola (2006) faz alusão ao facto de Cenáculo se identificar com a ideia de que os objectos antigos, preciosos e raros, assim como as manifestações de Arte sob diversas formas, serem tão fundamentais como os próprios livros, num espaço onde se pretendia difundir o conhecimento. A separação do Museu e da Biblioteca só ocorreu entre 1923 e 1930 (Calixto, 2005:2), visto não estarem reunidas as condições para continuarem num edifício as duas instituições.

Desde o início, a biblioteca sofreu de dois problemas fundamentais: a falta de espaço e a falta de arrumação. Vaz (2004) refere que ficavam amontoados caixotes com livros, por catalogar, ou esperando um lugar nas prateleiras para os arrumar. Essa confusão persiste ainda hoje na BPE, que por falta de meios e de espaço no edifício continua a amontoar em depósito milhares de obras por catalogar, sendo a maioria as que chegam por depósito legal (Calixto, 2005:2).

Ao longo da sua história, a BPE sofreu inúmeras alterações nas suas colecções, com sucessivas incorporações assim como perdas de grande vulto, como a ocorrida em 1808, quando parte da livraria foi destruída pelos franceses, aquando da invasão de Évora, sendo todo o monetário saqueado (Vaz, 2006).

Após o falecimento de Cenáculo, a BPE passou por um período de alguma estagnação. Os sucessivos Arcebispos não lhe conferiram a importância que o fundador lhe havia dado, e as aquisições foram escassas durante algum tempo.

Vaz (2004) e Calixto (2005:2) referem que apenas em 1838 a BPE entrou de novo em fase de franca ascensão, quando foi nomeado o primeiro bibliotecário civil da instituição, Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara, que se manteve nessas funções até 1855. Rivara foi o responsável pela redacção do *Catálogo dos Manuscritos da Biblioteca Pública de Évora*, iniciado em 1850, e terminado posteriormente por Joaquim António de Sousa Telles de Matos, em 1871, sendo este ainda hoje o catálogo disponível para consulta dos cimélios. Rivara integrou também na biblioteca cerca de 5000 volumes provenientes das livrarias dos extintos conventos da Companhia de Jesus. A falta de espaço continuava a assolar a biblioteca na medida em que grande parte dos itens pertencentes ao Museu permaneciam encaixotados por, novamente, não haver espaço para os expor (Vaz, 2004).

Desde então, houve ainda mais alguns momentos a assinalar na história da BPE. Em os *Bibliófilos eborenses e a Biblioteca Pública de Évora (1805-1955)*, Vaz faz referência a uma série de personalidades que, de uma ou de outra forma, contribuíram para o crescimento da instituição, como António Baptista Sequeira Faca-Mello ou o Visconde da Esperança, José Bernardo da Baraona Frago do Cordovil Gama Lobo (1841-1931), proprietário de uma extensa e valiosa colecção de manuscritos, impressos, incunábulo, medalheiro e várias peças de arqueologia. Em testamento, deixaria esta colecção, conhecida como Biblioteca Manizola, à BPE, integrada em 1955.

Mais recentemente, foram assinados vários protocolos entre o Instituto Português do Livro e das Bibliotecas, o Instituto Português dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo e a Câmara Municipal de Évora, que prevêem a

construção de um Arquivo Distrital e um novo edifício que albergará duas bibliotecas, a pública e a municipal. Calixto (2005:2), actual director da BPE, considera que estas medidas permitem ter agora uma expectativa mais positiva relativamente ao seu funcionamento.

Como foi referido, a BPE é, para além de uma biblioteca pública, uma biblioteca de depósito legal. Feijão (2006) refere que as bibliotecas nacionais, e posteriormente as bibliotecas de depósito legal, foram estabelecidas com a finalidade de serem a garantia de reunião, preservação e disponibilização do património documental do País, muito dele proveniente de algumas das mais antigas e importantes colecções privadas, como as bibliotecas e arquivos reais e eclesiásticos.

A cartografia também se incluirá no Depósito Legal, mas essa realidade será algo tardia no caso português. Segundo Feijão (2006) foi apenas no século XIX que nasceram em Portugal as primeiras instituições nacionais de produção cartográfica, e só pelo Alvará de 1834, de 28 de Maio, é obrigatório o depósito legal dos materiais cartográficos. Estes, no entanto, eram mantidos no seio das colecções das bibliotecas como qualquer outro documento, uma vez que raras foram as instituições europeias que criaram secções autónomas para documentos cartográficos.

Relativamente à cartografia existente na BPE, é bastante difícil de determinar a sua origem. No *Catálogo dos Manuscritos da Biblioteca Pública de Évora* há menção a um número muito reduzido de mapas. No primeiro tomo, *Que compreende a noticia dos códices e papéis relativos às cousas da América, África e Ásia* são mencionados no capítulo correspondente a “Cartas, e planos das terras, e fortalezas do Ultramar” (pp. 10-11) 11 mapas e um atlas composto por 4 mapas. No terceiro tomo, *Que compreende a História*, são mencionadas no capítulo “Geographia” (pp. 6-7) mais 22 obras, entre monografias, tábuas de distâncias e mapas, dos quais apenas um foi encontrado na BPE no decorrer desta investigação. Ainda no terceiro tomo, há ainda a menção a 76 obras no capítulo “Chorographia de Portugal” (pp. 262-271), onde apenas se incluem mais 2 mapas que vieram a ser digitalizados.

Presume-se, no entanto, que haveria mais mapas na BPE, pois ainda durante a vida de Frei Manuel do Cenáculo foram por ele adquiridos diversos



mapas, dos quais apenas uma parte seria manuscrita, razão pela qual não se encontram no catálogo de Cunha Rivara. No entanto, é também possível saber que grande parte do espólio desta colecção provém da biblioteca Manizola, visto muitos documentos terem inscritas cotas antigas dessa biblioteca.

Seria determinante para a investigação consultar registos da BPE sobre entradas de documentos na colecção, desde os primórdios até ao presente, mas tal não foi possível porque a instituição não sabe onde está grande parte da documentação, do seu próprio arquivo. A história atribulada da BPE, com sucessivas incorporações de documentos e perdas de fundos documentais não ajuda a determinar com exactidão em que momento foram os documentos entrando na instituição. Isabel Cid (1997, p. 11) refere também esse facto no seu texto, integrado no catálogo da exposição *Lugares e Regiões em Mapas Antigos*: “[...] por diversas vezes e de diferentes modos, muitas peças [...] [deram] entrada nos [...] Serviços sem que disso ficasse qualquer registo ou memória. É, portanto, muito difícil assegurar em que altura e circunstâncias grande parte dos mapas integrou o acervo.”

Guerreiro (2005) considera que a biblioteca tem, na sua colecção, um notável património bibliográfico para o estudo da ciência náutica, visto que esta e a cartografia estão intimamente ligadas. São os poucos exemplares raros ou mesmo únicos que conferem o interesse ao acervo de mapas desta instituição. De entre eles destacam-se os exemplares que ilustram a presença portuguesa em territórios ultramarinos e os que descrevem o território metropolitano. No que respeita às cartas sobre Portugal Continental, destacam-se o *Mapa da Correição da Guarda*, de 1652, o *Mapa das Vilas do Conde e Azurara*, de 1821-1824 e o *Mapa Geográfico do Reino do Algarve*, de 1791, todos eles manuscritos de extrema raridade e em excelente estado de conservação. Estes poderão servir apenas como pequenos exemplos de documentos que vale a pena salvaguardar, sobretudo pela informação única que contêm, como alerta Silva (2005). Serão também documentos que vale a pena divulgar, algo apenas possível com a sua digitalização e disponibilização na Web de acordo com Weber e Dorr (1998), de forma a preservar os originais, que são, de resto, de acesso reservado.

## **5 – Construção da colecção cartográfica digital da BPE**

Para a construção da colecção digital da BPE seguiram-se os seguintes passos:

- 1 – Inventariação de todos os mapas conhecidos na BPE;
- 2 – Digitalização dos mapas encontrados na BPE;
- 3 – Descrição bibliográfica dos materiais cartográficos identificados e digitalizados;
- 4 – Construção da colecção digital;
- 5 – Construção do sítio Web para apresentação da colecção ao público.

Para que se chegasse à construção do resultado final do trabalho descrito foi necessário passar por todas as fases acima enunciadas, algo que demorou vários meses. Em cada uma das etapas seria possível adoptar diversas soluções, todas elas válidas, para alcançar os objectivos, pelo que será importante descrever em pormenor quais foram as soluções adoptadas para cada um desses passos.

## **a) Inventariação**

A primeira etapa do trabalho consistiu em realizar um levantamento de todos os mapas cuja existência fosse conhecida pela BPE. Conforme foi referido, a instituição ainda hoje sofre de uma série de grandes problemas estruturais: a falta de espaço e de recursos financeiros e humanos, da própria organização interna.

O primeiro obstáculo com que os utilizadores da BPE se deparam, ao quererem consultar mapas, são os próprios instrumentos de busca, o catálogo existente, ou melhor, o conjunto de catálogos. São três macetes manuscritos e um caderno dactilografado, sem qualquer tipo de preocupação em respeitar normas de descrição bibliográfica e sem actualizações há várias dezenas de anos. Acumulam-se neles referencias a mapas repetidos, muitas cotas antigas ou trocadas. Tentou-se ainda, nesta fase, aceder aos registos de entradas de obras na BPE, o que poderia facilitar sobremaneira o acesso às obras que não constassem dos catálogos existentes, mas o acesso a tais registos foi impossível pelo simples motivo que ao longo dos anos muitos documentos não foram sequer registados, ou simplesmente não se sabe onde se encontram os livros de registo referentes a diferentes épocas. Assim sendo, não há uma forma definitiva de saber, ao certo, se faltarão nessas listas documentos do acervo da instituição, documentos esses que estarão assim perdidos nos depósitos. A prová-lo foram encontrados, já na fase da digitalização, cerca de uma vintena de documentos cartográficos que não estavam referenciados em nenhum dos macetes ou no caderno dactilografado. De qualquer forma, com esses elementos compilados, fez-se uma nova lista que reuniu todos os mapas referenciados, eliminando os que estavam repetidos, que foi o inventário possível de construir com os meios existentes.

Os mapas estão divididos, em dois dos macetes, por classificação geográfica, sendo que um deles contém os mapas referentes a Portugal, incluindo as províncias ultramarinas, organizado com as seguintes divisões: Continente, Açores, Angola, Cabo Verde, Guiné, Índia, Macau e Timor, Madeira e Porto Santo, Moçambique, S. Baptista de Ajudá, S. Tomé e Príncipe. Estas evidenciam a antiguidade do catálogo. O outro contém mapas do resto do

Mundo, divididos por continentes: África, América, Ásia, Europa, Oceânia, Cartas Várias. O terceiro macete tem apenas mapas que já estavam listados nos dois anteriores, mas organizados alfabeticamente por autor-título, faltando, no entanto, muitos dos que estavam enumerados nos outros dois. Por último, no caderno dactilografado são poucas as referências a mapas, comparativamente à dimensão total da colecção, na sua maioria também repetidos dos primeiros dois macetes. De facto, não se encontraram mais que dois ou três mapas que apenas aí estavam referenciados. No total, foram encontrados nestas listas cerca de 600 mapas. Conforme já foi mencionado anteriormente, o catálogo não obedece a nenhuma norma de descrição nem está uniformizado, fruto de ter sido feito e actualizado ao longo dos anos.

Por uma questão de organização, manteve-se a estrutura encontrada nos macetes que tinham os mapas divididos geograficamente. Dentro dessas divisões estavam organizados alfabeticamente por título. Posteriormente, o próprio catálogo construído no decorrer desta investigação reflecte também essa organização, sendo que, de qualquer modo, essa se dissolve quando o catálogo passa para o formato digital no Porbase, programa utilizado para a catalogação na BPE.

Outro obstáculo com que os utilizadores se deparavam consistia na própria consulta dos mapas. Parte dos documentos estava em localização incerta, alguns em arrumação que não correspondia às suas cotas, outros não tinham qualquer tipo de cota e foram encontrados no decorrer da investigação por mero acaso, sendo que foram posteriormente adicionados ao inventário feito a partir dos macetes e do caderno. De qualquer forma, após concluído o processo de inventariação do que se conhecia, passou-se à digitalização dos mapas. Antes de descrever esse processo, acrescenta-se aqui a contagem de mapas listados nos macetes e dos mapas encontrados na BPE.

Região Geográfica	Mapas listados nos macetes da BPE	Mapas encontrados, digitalizados e descritos bibliograficamente	Mapas em falta
Continente	171	166	15
Açores	3	3	0
Angola	20	19	1
Cabo Verde	6	6	0
Guiné	8	8	0
Índia	58	57	1
Macau – Timor	6	6	0
Madeira e Porto Santo	3	2	1
Moçambique	20	16	4
S. Baptista de Ajudá	1	1	0
S. Tomé e Príncipe	5	4	1

Tabela 11 – Confronto entre os mapas de Portugal e ex-colónias listados nos macetes da BPE e os mapas encontrados

Região Geográfica	Mapas listados nos macetes da BPE	Mapas encontrados, digitalizados e descritos bibliograficamente	Mapas em falta
África	16	15	1
América	49	46	3
Ásia	44	44	0
Europa	181	176	5
Oceânia	1	1	0
Cartas Várias	25	22	3

Tabela 12 – Confronto entre os mapas do resto do Mundo listados nos macetes da BPE e os mapas encontrados

Região	Mapas listados nos macetes da BPE	Mapas encontrados, digitalizados e descritos bibliograficamente	Mapas em falta
Portugal	311	288	23
Resto do Mundo	314	302	12
Totais	625	590	35

Tabela 13 – Totais apurados nas tabelas 11 e 12

## ***b) Digitalização***

Kenney & Oya (2000) referem que um aspecto muito relevante para a construção de uma colecção digital consiste na cuidada planificação de todo o trabalho a realizar, que deve ser feita inclusivamente antes de se reunirem os instrumentos necessários à digitalização. Estas últimas decisões passaram pelos serviços da Universidade de Évora, que adquiriram o computador e a mesa de digitalização, visto que na BPE apenas existia uma máquina de digitalização a preto e branco, que não permite resoluções elevadas. O *scanner* escolhido é ligeiramente superior ao tamanho A0 e está preparado para digitalizar tanto códices como folhas avulsas, como é o caso da maioria dos mapas, graças a um sistema adaptável de três prensas, que podem funcionar individualmente ou de forma combinada. Este *scanner* tem dois pontos fracos: por um lado, é impossível reproduzir em apenas uma imagem algo que seja maior que A0, o que se verificou no caso de muitos mapas; por outro, a definição máxima de cor do *scanner*, 400 dpi, está longe do topo de gama actual, pois resoluções de 3200 dpi são já comuns. Mas, com um orçamento limitado foi o possível de adquirir, e a qualidade das imagens a 400 dpi é já suficientemente elevada para fazer reproduções digitais de alta qualidade.

Os mapas foram assim digitalizados no referido *scanner* A0, utilizando como definições para todas as imagens a qualidade máxima permitida pelo aparelho, 400 dpi, resolução à escala real, e imagens gravadas no formato .TIFF sem qualquer compressão. Foi esta a orientação sugerida pelo Departamento de Informática da Universidade de Évora, pois segundo as suas informações, com estas definições de imagem assegura-se a maior qualidade possível com os meios existentes, pelo menos das imagens que servem como cópias de segurança para toda a colecção digital da Biblioteca Pública de Évora.

Em *The NINCH Guide to Good Practice in the Digital Representation and Management of Cultural Heritage Materials* (2002) é também aconselhado o uso deste formato de imagem para fazer as matrizes quando a finalidade é a preservação da informação. No mesmo texto, pode ainda ler-se que é benéfico digitalizar documentos com a maior qualidade de imagem possível, mesmo que

se venham, de futuro, a converter essas imagens para formatos de menor qualidade, mais flexíveis de usar, guardando sempre as originais inalteradas. Para além disso, no caso de materiais mais sensíveis, como documentos em deterioração, pode não ser possível, anos mais tarde, fazer uma nova digitalização. Tendo em conta esta possibilidade de conversão das imagens maiores em mais pequenas, e tendo em conta a necessidade de não ter de voltar a passar de novo pelo longo processo de identificação e localização dos documentos, foi escolhido como padrão de digitalização para todos os mapas a qualidade de cor e resolução máximas.

Conforme se referiu, parte dos mapas digitalizados eram maiores que o *scanner A0*, motivo que levou a que tivessem que ser digitalizados em várias partes. Devido ao tamanho em disco das imagens, é muito difícil, do ponto de vista técnico, alterá-las, pois seria necessário uma enorme capacidade de processamento ao nível do computador a utilizar para fazer as edições de imagem e colar as partes separadas, corrigir a orientação das imagens, cortar partes que não interessam. Assim sendo, seguindo o que o Departamento de Informática da Universidade de Évora sugeriu, deixaram-se as imagens .TIFF sem qualquer edição também.

Após todas as digitalizações estarem concluídas, foram gravadas para posterior recuperação em dois suportes diferentes. Um deles é o repositório digital da Universidade de Évora, para onde foram todas carregadas. Outro é um conjunto de 52 DVDs que foram entregues à BPE, que contém também todas as imagens. Juntamente com estas imagens foram anexados ficheiros mais pequenos no formato .JPEG, que permitem visualizar as imagens numa qualidade inferior, com a vantagem de terem um tempo de carga incomparavelmente menor. Para a gravação dos mesmos respeitou-se ainda a organização original encontrada nos macetes que tinham os mapas divididos por regiões. Ambas as instituições receberam assim cópias de toda a colecção no seu formato de maior qualidade de digitalização, a partir da qual poderão vir eventualmente a trabalhar, modificar, disponibilizar, da forma que considerarem mais conveniente ao seu público-alvo.

Um dos primeiros problemas que se coloca quando se faz uma colecção digital é o das imagens finais perderem informação em relação aos originais.



Um aspecto em que isso acontece é nas marcas de água, do papel, que não ficam nunca registadas nas digitalizações. Isso é relevante nos casos em que, por exemplo, se atribui uma data a um documento com base na sua marca de água, como acontece no caso da *Carta do rio Guadiana em parte do seu percurso no Alentejo*, datada de entre 1675 e 1729.

Outro problema relevante nas digitalizações é o dos mapas com uma dimensão muito grande, como por exemplo acontece com *Aqueducto da Água da Prata: planta*, que mede 179,5 x 480,5 cm. A matriz do mapa ficou em diversos ficheiros, em vez de ficar apenas numa imagem no formato .TIFF. Isto porque a manipulação informática de imagens destas dimensões é extremamente difícil com os meios disponíveis, senão mesmo impossível, dado o espaço em disco que ocupam. Isto significa que a única forma encontrada para disponibilizar ao público o documento digitalizado numa única imagem consiste em fazer a conversão das diferentes imagens que compõem a matriz para um formato com compressão, como o .JPEG, que já é facilmente manuseável por um programa de edição de imagem, fazendo posteriormente as colagens necessárias.

Um outro problema consiste na apresentação do mapa no ecrã do computador. Dada a sua dimensão, é impossível observar com detalhe suficiente o documento de uma só vez, sendo que há sempre a necessidade de observar o mapa por partes, aproximando a imagem através de *zoom*. Isso significa que a imagem tem que ter uma resolução muito alta para que o utilizador consiga ler os pormenores. Mesmo num formato comprimido como o .JPEG, uma imagem com estas características ocupa muito espaço em disco, o que torna moroso o processo de carregamento do mapa através da Internet até aos computadores dos utilizadores.

Uma possível solução para imagens com estas características, conforme foi referido, é a utilizada pela BND (disponível em <http://purl.pt>), que consiste na divisão das imagens em várias imagens mais pequenas, como se se tratasse de peças de um *puzzle*, permitindo que se visualize apenas cada uma das partes de cada vez. Isso elimina a necessidade de fazer *zoom* para as diferentes partes do mapa, assim como o problema posto pelo tempo de carregamento necessário para visualizar a imagem completa. A única

desvantagem desta solução consiste em deixar de ser possível visualizar a imagem inteira de uma só vez com o mesmo grau de resolução. A BND tem também uma solução para esse problema, que consiste em ter imagens completas do mapa, mas de resolução inferior, o que permite visualizar a imagem completa sem comprometer o tempo de carga.



Imagem 1 – Exemplo de uma imagem de um mapa fraccionado retirado da BND

No sítio do IGP, na secção de consulta de Secções Cadastrais (disponível em [http://www.igeo.pt/servicos/cic/cad\\_seccoes.asp](http://www.igeo.pt/servicos/cic/cad_seccoes.asp)) foi utilizada uma técnica parecida com a utilizada na BND, mas um pouco mais elaborada. Quando o utilizador selecciona um mapa para visualizar, é-lhe apresentada uma imagem do mapa completo, a baixa resolução. Se o utilizador quiser aproximar a imagem, é-lhe apresentado um recorte em resolução mais alta da área que escolheu visualizar, que é, no fundo, um recorte da imagem de alta

resolução, tal como os utilizados pela BND. É até possível aproximar a imagem ainda mais, o que faz com que surjam no ecrã recortes cada vez mais pequenos, de resolução cada vez mais alta, mas que não implicam qualquer perda de tempo a carregar os ficheiros, para além de não haver restrições na qualidade das imagens que o utilizador pode visualizar.

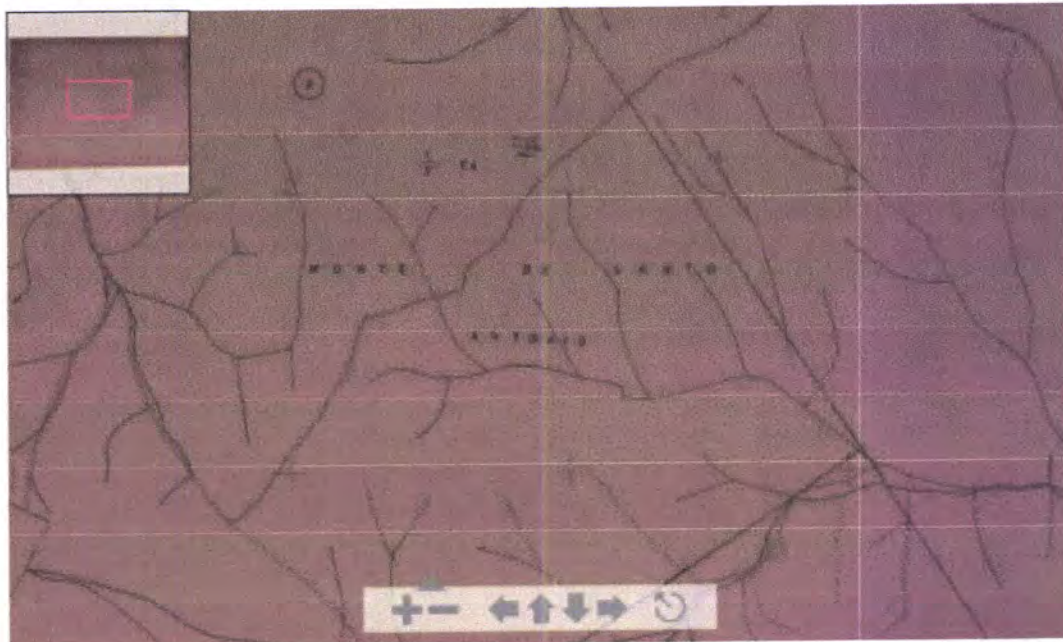


Imagem 2 – Exemplo de uma imagem de um mapa visualizado no sítio do IGP

Existe também o problema levantado pelos mapas parietais entelados que se encontram pregados a ripas de madeira. Por exemplo, o mapa com o título atribuído pelo anterior catalogador *Distrito de Évora*, com data ca. 1873, encontra-se fixado a duas ripas de madeira, no topo e na base, tendo a ripa superior também uma argola metálica e um cordel para pendurar o mapa numa parede. Para digitalizar estes mapas no *scanner* há duas hipóteses: destacar o documento e, depois da operação, voltar a pregar as ripas de madeira, ou então digitalizar o mapa como está. Optou-se pela segunda opção, por dois motivos: em primeiro lugar, porque há sempre o risco de danificar o material; em segundo lugar, porque a própria BPE não autorizou o desmantelamento dos mapas.

Esta decisão levanta um problema que é, até certo ponto, alheio à digitalização, mas que implica a perda de alguma informação sobre o documento: em todos os mapas da BPE que se encontram fixos a ripas de

madeira estas sobrepõem-se em alguns centímetros da folha do mapa. Se isso não parece ser grande problema no caso de mapas que têm margens grandes, no caso daqueles em que a folha é pouco maior que a esquadria do mapa é muito provável que se perca informação, particularmente, aquela que se costuma encontrar junto aos cantos inferiores: indicação do gravador, do editor, da litografia ou tipografia, etc. Não foi mesmo possível apurar se, em alguns casos, a madeira estaria a ocultar informação tão relevante como a autoria ou a data.

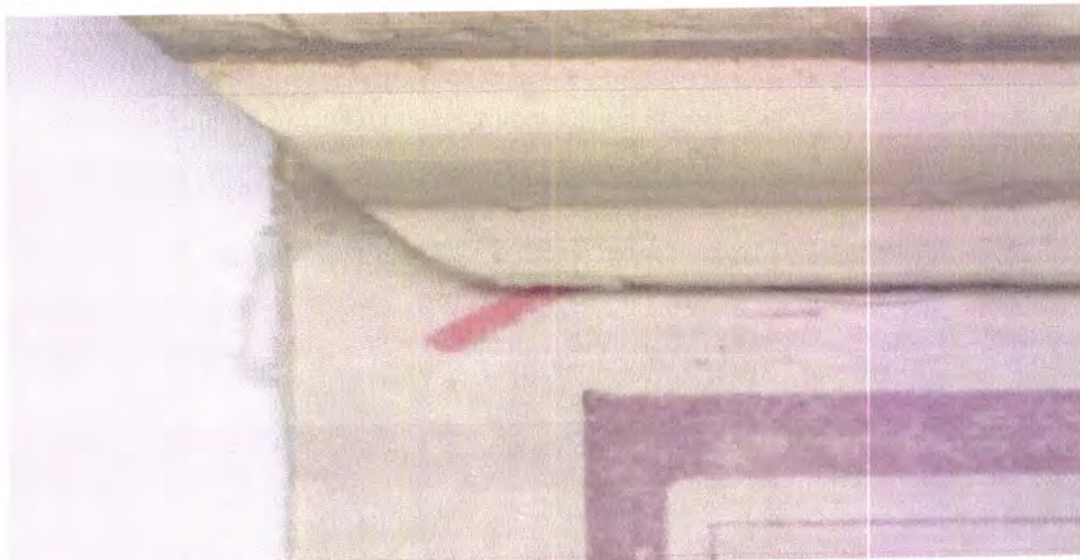


Imagem 3 – Exemplo de uma digitalização de um mapa com ripas de madeira

A digitalização dos mapas parietais implica algumas dificuldades: o papel não fica esticado, pois não fica prensado correctamente; a imagem fica mais escura, pois o papel não fica encostado ao vidro do *scanner*. Para resolver o primeiro problema pouco há a fazer, excepto tentar esticar ao máximo o mapa antes mesmo de o colocar na prensa e fazer várias tentativas de digitalização até que a imagem fique correcta. Para resolver o segundo basta aumentar ligeiramente o valor de *gamma* no programa de digitalização para um nível que permita a imagem ficar com a clareza correcta, como se tivesse sido digitalizada junto ao vidro. O valor a aumentar depende do *scanner*, do programa utilizado, do próprio mapa a digitalizar, da distância entre o papel e o vidro, causado pela espessura das ripas de madeira, pelo que este

valor de *gamma* deve ser encontrado caso a caso por um processo de tentativa e erro.

Todo este processo deve ser feito antes de digitalizar a imagem, pois só assim a imagem .TIFF que vai servir posteriormente de matriz ficará com a qualidade máxima e sem qualquer necessidade de edição posterior, que, como já se referiu anteriormente, pode ser impossível ou obrigar a perda de qualidade da imagem. Há finalmente mais uma questão levantada pela digitalização de mapas como estes: as ripas de madeira não são digitalizadas com o resto do documento, ou mesmo que o sejam, são impossíveis de analisar através de uma digitalização. A sua própria existência pode ser importante para compreender a história do documento, a análise da madeira ou da tinta ou verniz com que está pintada pode ser importante, e isso não pode ser feito apenas através das digitalizações.

Muitas vezes, no verso dos documentos, encontra-se informação que pode ser importante: palavras, textos ou desenhos manuscritos, cotas antigas, anotações e assinaturas dos anteriores proprietários, entre outras. Todos estes elementos foram digitalizados no decorrer do projecto, em todos os mapas da BPE, para que não se perdesse algum destes elementos. Isto aconteceu, por exemplo, na *Planta do caminho de ligação do portão da quinta da Manizola, com a estrada real nº 68 – Évora a Santarém*, de 1846, que no verso tem o texto manuscrito reproduzido na imagem seguinte.

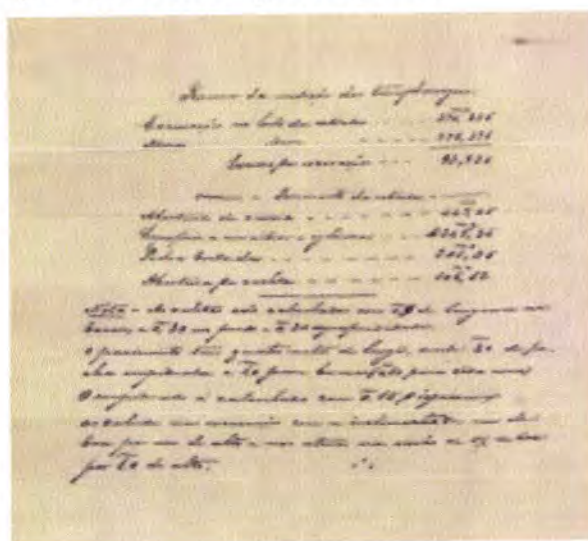


Imagem 4 – Texto manuscrito do verso do mapa *Planta do caminho de ligação do portão da quinta da Manizola, com a estrada real nº 68 – Évora a Santarém*.

Se esta operação é fácil de realizar nos mapas que se encontram figurados apenas na sua folha de papel, já não o é em mapas que se encontram entelados ou fixos a suportes de outra forma, como aconteceu, por exemplo, com o mapa que tem o título atribuído de *Planta de Évora*, que estava colado a uma base de cartão. Nestes casos, é impossível saber se está alguma informação importante inscrita no verso, pois a remoção da tela ou cartão implicaria, provavelmente, a sua destruição.

Por último, há ainda o caso dos mapas emoldurados, nos quais também não é visível o verso. Na BPE existem cinco destes mapas, todos eles em molduras que não foi possível remover. A operação, se realizada, implicaria que se tivesse que voltar a colar o verso da moldura. Há também que ter muito cuidado ao remover o mapa da moldura, pois muitas vezes encontra-se colado ao vidro pela humidade, por exemplo. Nos casos que surgiram na BPE optou-se por digitalizar o mapa dentro da moldura, tal como se fez nos casos anteriormente descritos, ajustando-se também o nível de *gamma* nestes casos, para que a imagem ficasse com as cores e claridade correctas. Na impossibilidade de operações de restauro e conservação dos documentos, particularmente, pelos elevados custos, a melhor opção será tentar que o documento seja protegido e pouco manuseado, confiando que o futuro trará soluções.

### ***c) Descrição Bibliográfica***

Após a digitalização dos documentos foi necessário descrevê-los bibliograficamente. Esta etapa do trabalho refere-se aos mapas em si, no seu suporte original, não ao tratamento dos documentos digitais, que poderia também ter sido equacionada como hipótese de trabalho. Por uma questão de simplificação, optou-se por acrescentar às cotas dos mapas a localização das cópias digitais. Justificar-se-ia fazer descrições autónomas, exclusivamente para os documentos digitais, se existisse na BPE uma colecção digital de dimensão considerável, mas como os mapas são uma das suas primeiras incorporações digitais não se considerou prioritário ou mesmo útil.

Assim sendo, descreveram-se os mapas que foram digitalizados não porque importava acrescentar esses documentos ao catálogo da BPE mas sim porque os próprios mapas em papel estavam por catalogar correctamente já que, como referido, apenas existiam as listas manuscritas e dactilografadas. Estas enfrentavam de problemas: descrição não normalizada, pois a existente não respeitava qualquer tipo de norma bibliográfica; catalogações incoerentes, visto o catálogo ser manuscrito, feito em momentos distintos, por pessoas diferentes. As referências eram também bastante incompletas, pois em praticamente todos os registos faltava algum elemento, como o autor, a data, o local de edição, as dimensões do documento ou a escala do mapa, só para dar alguns exemplos.

Outro dos problemas que colocavam estes velhos catálogos prende-se com o facto de os mapas não estarem inseridos no catálogo digital da BPE. Desta forma, foi necessário também descrever os mapas em formato UNIMARC, para o que se usou o programa Porbase 5, o programa adoptado para catalogação na BPE. Assim, construiu-se uma base de dados apenas com o universo cartográfico, que foi entregue à BPE juntamente com as digitalizações, com o intuito de permitir a sua posterior incorporação na base de dados geral existente na instituição, assim como a respectiva incorporação no catálogo digital e no catálogo em linha disponibilizados na respectiva página Web.

Como foi referido, por uma questão de mais fácil organização, a ordem

porque foram feitas as descrições baseou-se no inventário histórico existente, mantendo-se a organização encontrada nos macetes, onde os mapas estavam divididos por espaços geográficos e neles, por ordem alfabética. Foram assim elaborados dois catálogos diferentes: a base de dados, que forma o catálogo digital, feita no programa Porbase 5, e outro catálogo em formato de texto, mantendo também ele as mencionadas divisões geográficas na sua organização. Esse segundo catálogo foi importado directamente do feito no Porbase 5, através do modo de visualização de registos em formato ISBD (International Standard Bibliographic Description), posteriormente exportados para um ficheiro de texto em *Microsoft Word*. Nesse catálogo indica-se ainda a referência sobre qual o DVD onde estão gravadas as imagens de cada mapa, juntamente com as suas cotas.

Relativamente à norma de descrição bibliográfica de materiais cartográficos utilizada para os mapas da BPE, esta foi feita de acordo com a ISBD (CM) (International Standard Bibliographic Description for Cartographic Materials). Feijão (2006) alude para uma série de problemas existentes ao nível da normalização para estas descrições. O primeiro prende-se com o facto da ISBD (CM) estar desactualizada, já que a sua última edição remonta a 1987 (IFLA, 1987), encontrando-se ainda em discussão a sua revisão (IFLA, 2004). Este facto leva a que se tenha que recorrer a outras ISBD para conseguir descrever bibliograficamente certos documentos. A IFLA preconizou que todas as ISBD estivessem em conformidade com a ISBD (G) (General International Standard Bibliographic Description), que determina as normas gerais de descrição bibliográfica para qualquer tipo de documento, para que fossem complementares entre si, e não estanques. O problema é que este facto não contribui para a normalização das descrições, pois cada instituição determina, ao seu critério, como descrever em certas situações. É de esperar que, para colmatar as falhas actuais da ISBD (CM), se tenha que recorrer à ISBD (A) (International Standard Bibliographic Description for Older Monographic Publications (Antiquarian)), no caso de documentos antigos, e à ISBD (ER) (International Standard Bibliographic Description for Electronic Resources) no caso dos documentos electrónicos.



Isto leva ainda a que, como Feijão (2006) sublinha, muitos dos elementos das descrições sejam remetidos para a zona de notas da descrição, por falta de especificidade, algo ainda mais notório quando se passa para os formatos MARC, onde a zona 3, referente às notas, é muitas vezes congestionada com um número significativo de elementos da descrição dos documentos. Como seria de esperar, tendo cada instituição a liberdade para definir os critérios do seu catálogo, e estando estes, no fundo, em conformidade com as normas internacionalmente aceites, não há uma homogeneização nas descrições de umas instituições para outras.

No caso português, em particular, há ainda um outro problema acrescido. As Regras Portuguesas de Catalogação (RPC) em vigor, que remontam a 1984 (RPC, 1984), prevêm as regras para a descrição bibliográfica de monografias e de periódicos, e aguardam até hoje pela publicação do seu segundo volume, onde estariam as regras para a descrição do material não-livro, onde se inclui o material cartográfico. O mais correcto, segundo Feijão (2006), é usar a ISBD (CM), auxiliada pelas outras ISBD se necessário, visto não haver ainda uma norma nacional que oriente na descrição destes materiais.

#### **d) Os documentos em formato electrónico**

Após as digitalizações dos mapas e a redacção das respectivas descrições bibliográficas tornou-se finalmente possível organizar todo o material de forma a poder construir uma colecção inteiramente digital. Colocou-se nesta etapa o problema da disponibilização das imagens em linha, visto que as digitalizações feitas estavam gravadas no formato .TIFF, a 400 dpi, sem compressão, o que significa que há mapas que ocupam vários gigabytes de espaço em disco, o que as tornava impossíveis de usar numa página Web.

Para quantificar um pouco o mencionado, uma imagem A0 a 400 dpi digitalizada no *scanner* disponível ocupa pouco mais de 700 megabytes, o que faz com que uma única imagem não caiba num CD de dados. Seria de todo impossível, como é lógico, colocar imagens neste formato numa página Web, pois o tempo de carregamento das mesmas seria da ordem das várias horas, mesmo com uma boa ligação de banda larga. Outro problema deste formato era a dificuldade em editar as imagens, como já se referiu anteriormente, pelo que não se poderia, por exemplo, colar numa só imagem os vários ficheiros que tiveram que ser criados para digitalizar os mapas que não cabiam no *scanner* A0. Em qualquer computador pessoal, por mais actual que seja, trabalhar com uma imagem de 700 megabytes é já uma tarefa muito difícil, tornando-se completamente impraticável trabalhar com várias imagens desse mesmo tamanho.

Tendo todos estes problemas em conta, a conselho do Departamento de Informática da Universidade de Évora, definiu-se que haveria lugar a diversas conversões das imagens digitalizadas, cada uma com o seu fim. Para fazer as conversões foi utilizado um programa chamado *Image Magik*, funcionando com o sistema operativo *Ubuntu*, uma das distribuições do *Linux*. O Departamento de Informática da Universidade de Évora programou e disponibilizou para este efeito um *script* que convertesse automaticamente as imagens .TIFF para os formatos pretendidos, o que resultou no que se descreve seguidamente.

A primeira e mais óbvia conversão consistiu em passar as imagens para um formato onde perdessem o menos possível de qualidade mas onde ficassem a ocupar menos espaço em disco. Passaram-se assim as imagens

sem compressão para o formato .JPEG, mantendo a resolução e a qualidade da cor originais, mas com o máximo possível de compressão do ficheiro, o que resultou em imagens que ocupam dez vezes menos que as originais mas com diferenças quase imperceptíveis à vista humana. Embora sejam ainda de tamanho considerável, da ordem dos 70 megabytes para uma imagem A0, já permitem edições ao ficheiro em qualquer computador pessoal com menos de quatro ou cinco anos, o que significa que nestas imagens já é possível cortar partes que não interessam, fazer a colagem de mapas que ficaram divididos em diferentes imagens, rodar para outra posição os mapas que tiveram que ser digitalizados na vertical, quando não cabiam no *scanner*, aumentar ou diminuir a luminosidade das imagens, entre outras tarefas.

Apenas se converteram para este formato os mapas que foram utilizados na construção do sítio Web, ou seja, os mapas que dizem respeito à região do Alentejo. Estas imagens estão disponíveis para descarregar e permitem ver com grande detalhe todo o mapa, sendo possível ampliar no ecrã as diversas partes do mesmo até níveis consideráveis de pormenor. Ainda são, no entanto, relativamente pesadas para incluir nas próprias páginas do sítio Web, pois apenas com uma ligação de banda larga muito boa se poderiam visualizar estas imagens dentro do próprio sítio Web sem perder muito tempo a carregar cada página. Por exemplo, numa ligação de 8 *megabits*, uma das mais comuns nos lares portugueses, cada página demoraria pouco mais de um minuto a carregar, o que é inaceitavelmente lento para uma navegação na Web, que se quer fluida.

Posteriormente, converteram-se as imagens uma segunda vez para o formato .JPEG, mas redimensionadas para terem apenas 1024 pixéis de resolução horizontal. Tal escolha foi motivada pelo facto de ainda hoje ser esse o formato mais utilizado na largura das páginas Web, o que por sua vez se justifica por ser essa até há pouco tempo, a norma da resolução da maioria dos monitores.

Estas imagens têm a vantagem de se poderem visualizar em ecrã completo, sem diferenças ao nível da qualidade, quando comparadas com as anteriores, sendo que essa diferença entre elas apenas reside no facto de as imagens a 1024 pixéis não serem indicadas para ver em detalhe alguma parte

específica da imagem. A qualidade ao nível da cor ficou inalterada, mas o facto da resolução ser muito menor torna estas imagens muito mais pequenas ao nível do espaço em disco, não ocupando mais que 550 *kilobytes*, o que as torna ideais para visualização enquanto se navega, pois carregam de forma instantânea em qualquer computador ligado à Internet por banda larga. Por esse motivo, ao contrário de estarem disponíveis apenas para descarga como as imagens na sua resolução original, são apresentadas dentro das páginas Web do sítio construído posteriormente. Estas imagens foram carregadas juntamente com as imagens .TIFF resultantes das digitalizações para o repositório digital da Universidade de Évora, justamente com o intuito de permitir uma pré-visualização a quem quiser aceder às imagens originais, isto porque o tempo de carregamento é mínimo.

A última conversão serviu para criar as imagens em miniatura, a colocar na página Web, as chamadas *thumbnails*. Estas imagens servem essencialmente para fazer uma pequena pré-visualização da imagem à qual se pode aceder se clicarmos na própria miniatura, isto já dentro dum navegador como o *Internet Explorer*. Estas conversões ocorreram apenas por motivos utilitários para a construção do sítio Web, sendo que foram feitas a partir das imagens .JPEG, a 1024 pixéis de largura, já dentro do próprio programa usado para construir o sítio em linguagem HTML, neste caso o *Microsoft FrontPage*.

Surgiu também a ideia e a conveniência de adicionar uma marca de água com o logótipo da BPE às imagens utilizadas, conforme sugere Lynch (2002), para garantir a comprovação da autenticidade das mesmas. No entanto, esta ideia ficou, até à data, por realizar, devido sobretudo a dificuldades de ordem técnica, visto que as imagens onde este procedimento valeria a pena são as de alta resolução, que não foram editadas pelas razões expostas anteriormente. Se se decidir a breve prazo disponibilizar na Web as imagens em alta resolução, já devidamente editadas e tratadas, aí sim será de todo o interesse para a instituição integrar as marcas de água.

## 6 – Os mapas do Alentejo

Foram escolhidos para a construção da pequena colecção digital de mapas do Alentejo pertencentes à BPE, 25 documentos que de alguma forma figuram o Alentejo ou partes dele. Para caracterizá-los no seu conjunto, serão apontados os elementos comuns ou de diferenciação, tal como se fez para a construção do sítio Web, aquando da elaboração dos índices que o compõem; para os comentar individualmente foram seguidos os diferentes campos da descrição bibliográfica de material cartográfico propostos na ISBD (CM) (IFLA, 2007). Segue-se a descrição do conjunto e a de cada um dos mapas, ordenados alfabeticamente pelo nome do autor ou instituição responsável, quando estes são conhecidos, ou pelo título nos casos dos autores desconhecidos. Quanto aos mapas que não têm indicação de título, foram utilizados os títulos atribuídos pelos catalogadores que elaboraram as fichas dos macetes que a BPE usa como catálogo. Nos casos dos mapas que figuraram nos catálogos das exposições realizadas na BPE, *Lugares e Regiões em Mapas Antigos* e *Os Tesouros da Biblioteca Pública de Évora*, foram utilizados os títulos atribuídos pelos novos catalogadores, como é o caso de *Fronteira do Guadiana* e *Carta do rio Guadiana em parte do seu percurso no Alentejo*.

<b>Número</b>	<b>Título</b>	<b>Autor</b>	<b>Escala</b>	<b>Data</b>
<b>1</b>	<i>Mappas das províncias de Portugal</i>	João Silvério Carpinetti	[1:660000 - 1:1300000]	1762
<b>2</b>	<i>Mappas das províncias de Portugal</i>	João Silvério Carpinetti	[1:1100000]	1762
<b>3</b>	<i>[Carta do rio Guadiana em parte do seu percurso no Alentejo]</i>	Desconhecido	[1:620000]	[1675-1729]
<b>4</b>	<i>Carta topografica do sitio aonde foi a batalha chamada do campo de Ourique no an: de C.to 1139</i>	Desconhecido	[1:30000] Escala gráfica de [9,0 cm] = meia légua = 5588,50 m	Sem data
<b>5</b>	<i>Planta de Villa Viçosa</i>	José Joaquim da Rocha Espanca	1:3000	1882
<b>6</b>	<i>Aqueducto da Água da Prata: planta</i>	Direcção das Obras Públicas do distrito de Évora	1:2000	Sem data
<b>7</b>	<i>Perfil longitudinal do terreno em toda a extensão do aqueduto da água da Prata</i>	Direcção das Obras Públicas do distrito de Évora	1:2500 - 1:250	Sem data
<b>8</b>	<i>Carta agrícola de Portugal</i>	Direcção dos Trabalhos da Carta Agrícola; Direcção da Estatística e Carta Agrícola	1:50000	1882-1893

<b>9</b>	<i>Carta Geológica de Portugal</i>	Direcção Geral de Minas e Serviços Geológicos	1:50000	1855-1867
<b>10</b>	<i>Carta Chorográfica do districto de Évora com a demarcação dos concelhos</i>	Direcção Geral dos Trabalhos Geodésicos	1:100000	1885
<b>11</b>	<i>Carta geographica de Portugal</i>	Direcção Geral dos Trabalhos Geodésicos	1:100000	1862-1876
<b>12</b>	<i>Districto administrativo de Évora</i>	Direcção Geral dos Trabalhos Geodésicos do Reino	1:250000	[1899-1901]
<b>13</b>	<i>[Distrito de Évora]</i>	Desconhecido	Não calculada	[1873]
<b>14</b>	<i>Évora: Brinde aos assinantes da revista "Transtagana".</i>	Desconhecido	[1:7000] Escala gráfica de 200 m = [2,8 cm.]	1925
<b>15</b>	<i>[Fronteira do Guadiana]</i>	Desconhecido	[1:270000]	[1675-1729]
<b>16</b>	<i>Carta corográfica de Portugal na escala de 1:100000</i>	Instituto Geográfico e Cadastral	1:100000	1951
<b>17</b>	<i>Carta de Portugal</i>	Instituto Geográfico e Cadastral	1:200000	1974
<b>18</b>	<i>Carta corográfica do distrito de Évora</i>	J. Leandro	1:500000	1920
<b>19</b>	<i>[Mapa do distrito de Évora]</i>	Desconhecido	1:400000	Desconhecido

<b>20</b>	<i>[Mapa e descrição das fortalezas do sul de Portugal]</i>	Gaspar Baillieu	[1:580000] Escala gráfica de 10 léguas Comuns de Espanha = [9,6 cm.]	1704
<b>21</b>	<i>Mappa das estradas de 1ª, 2ª e 3ª ordem do Concelho de Évora: Segundo as cartas de lei de 15 de Julho de 1862, 6 de Junho de 1864 e 9 de Janeiro de 1867 e portaria de 10 de Julho de 1864 (D.L. nº 162).</i>	Desconhecido	Não calculada	[1867]
<b>22</b>	<i>[Planta da creche de Viana do Alentejo]</i>	Desconhecido	1:100	[1867]
<b>23</b>	<i>[Planta de Évora]</i>	Desconhecido	Não calculada	Sem data
<b>24</b>	<i>[Planta do caminho de ligação do portão da quinta da Manizola, com a estrada real nº 68 - Évora a Santarém]</i>	Desconhecido	1:1000	1846
<b>25</b>	<i>Planta da vila de S. Tiago de Cacém</i>	A. de Vilhena	1:4000	[19--]

Tabela 14 – Mapas do Alentejo da Biblioteca Pública de Évora



## **a) Descrição**

Relativamente às autorias dos mapas, 12 são de autor desconhecido, 1 é de A. de Vilhena, 2 são da responsabilidade da Direcção das Obras Públicas do Distrito de Évora, 1 da Direcção Geral de Agricultura, 2 da Direcção Geral de Trabalhos Geodésicos, 1 da Direcção Geral de Trabalhos Geodésicos do Reino, 2 do Instituto Geográfico e Cadastral, 1 de J. Leandro, 2 de João Silvério Carpinetti e 1 de Joaquim José da Rocha Espanca. Logo aqui convém salientar que em muitos destes casos, particularmente naqueles em que a responsabilidade intelectual do documento é uma instituição pública, muitas vezes esta é também editora da obra. O facto pode, em certos casos, gerar alguma incerteza sobre quem é afinal autor e o editor. No universo dos mapas aqui descritos há vários documentos em que essa dúvida surge, quem é autor, quem é editor, quem é impressor, quem fez a gravação, quem fez o levantamento topográfico, apenas pelos dados paratextuais dos documentos, implicando muitas vezes que se busquem fontes complementares de informação. Foi o que se fez nestes casos, procurando informação no catálogo da BNP (<http://catalogo.bnportugal.pt/>) e do Porbase (<http://porbase.bnportugal.pt/>), mas apenas alguns dos mapas já lá se encontravam descritos.

Relativamente ao local de elaboração ou de edição dos mapas, este não foi possível de determinar em 11 casos. Há 4 mapas editados ou manuscritos em Évora, 9 em Lisboa e 1 em Paris.

Quanto aos editores, 2 mapas são de editor desconhecido, 1 de Gaspar Baillieu, 2 da Direcção Geral de Trabalhos Geodésicos, 1 da Direcção Geral de Trabalhos Geodésicos do Reino, 2 de Francisco Manuel, 3 do Instituto Geográfico e Cadastral, e 1 de J. Santos. Os restantes 13 mapas são manuscritos. Convém salientar novamente que muitos destes editores são, ao mesmo tempo, autores, gravadores ou impressores dos mapas.

No que diz respeito à data em que foram feitos os mapas, 8 são de data indeterminada, 2 são do século XVII, 5 do século XVIII, 7 do século XIX e 7 são do século XX, o que dá, temporalmente, uma repartição bastante equilibrada. Algumas das datas não foram possíveis de determinar com exactidão, pelo que

alguns dos mapas se repetem, pois podem ter sido considerados do século XIX e início do século XX. Este aspecto será comentado quando se descreverem os mapas individualmente.

Por último, relativamente aos espaços figurados nos mapas, 6 são mapas de Portugal, que foram escolhidos para a amostra pelo facto de a BPE apenas possuir as folhas desses mapas relativas ao Alentejo, 5 são mapas que correspondem à área do actual distrito de Évora, 1 é do concelho de Évora, 4 são plantas de localidades e 4 são plantas de edifícios. Seguir-se-hão agora as descrições individualizadas dos mapas, seguindo novamente a sua ordem alfabética de entrada no ficheiro.

O primeiro elemento do universo é um atlas é da autoria de João Silvério Carpinetti, e consiste num pequeno conjunto composto por sete mapas, os *Mappas das províncias de Portugal*. Neste caso, devido ao número de folhas do mapa, inclui-se apenas uma imagem do mesmo. A descrição bibliográfica do atlas aqui adaptada está disponível no catálogo da BNP em <http://catalogo.bnportugal.pt>.

CARPINETTI, João Silvério, 1740-1800

Mappas das provincias de Portugal novamente abertos, e estampados em Lisboa,...: oferecidos ao illustrissimo e excellentissimo Senhor Conde de Oeyras / João Silvério Carpinetti Lisbonense. - Escala [ca 1:660000] – [ca. 1:1300000]. - Lisboa: Imp. Francisco Manuel, [1762]. - [6] p. de texto, 7 mapas; 21x30 cm. - Data de edição impressa em 5 dos mapas. - Mapa 1: "Patriarcado de Portugal" – Escala ca. 1:790000, determinada com o valor calculado de 7,00 cm correspondente a "9 Leguas Portuguezas de 18 ao gráo". 1762. - Mapa 2: "Província de Entre Douro e Minho" – Escala ca. 1:660000, determinada com o valor calculado de 8,45 cm correspondente a "9 Leguas Portuguezas de 18 ao gráo". - Mapa 3: "Província de Traz os Montes" – Escala ca. 1:770000, determinada com o valor calculado de 7,25 cm correspondente a "9 leguas Portuguezas de 18 ao gráo". 1762. - Mapa 4: "Província da Beira" – Escala ca. 1:960000, determinada com o valor calculado de 5,80 cm correspondente a "9 Lagoas Portuguezas de 18 ao gráo". - Mapa 5: "Província da Estremadura" – Escala ca. 1:1300000, determinada com o valor calculado de 4,30 cm correspondente a "9 Leg. Portuguezas de 18 ao gráo". 1762. - Mapa 6: "Província do Alentejo" – Escala ca. 1:1100000, determinada com o valor calculado de 4,95 cm correspondente a "9 Leg. Portuguezas de 18 ao gráo". 1762. - Mapa 7: "Reyno do Algarve" – Escala ca. 1:680000, determinada com o valor calculado de 8,20 cm correspondente a "9 Leg. Portuguezas de 18 ao gráo". 1762.



Imagem 5 – Mappas das provincias de Portugal 1



Imagem 6 – Mappas das provincias de Portugal 2

O segundo mapa é uma reprodução de um dos mapas do atlas anterior, Província do Alentejo. Não se encontra cotado, e foi encontrado por mero acaso no cofre da Biblioteca Pública de Évora enquanto se procuravam outros mapas.

[Quadro 5]

CARPINETTI, João Silvério, 1740-1800

Província do Alentejo – Escala ca. [1:1100000], determinada com o valor calculado de 4,95 cm correspondente a "9 Leg. Portuguezas de 18 ao gráo". - [Lisboa: Imp. Francisco Manuel, 1762] Provavelmente retirado de Mappas das provincias de Portugal novamente abertos, e estampados em Lisboa,...: oferecidos ao illustrissimo e excellentissimo Senhor Conde de Oeyras / João Silvério Carpinetti Lisbonense. - Lisboa: Imp. Francisco Manuel, [1762]. - [6] p. de texto, 7 mapas; 21x30 cm. – Trata-se duma reprodução a cor-de-rosa.



Imagem 7 – Província do Alentejo

O terceiro mapa tem como título atribuído por um anterior catalogador *Carta do rio Guadiana em parte do seu percurso no Alentejo*. Este mapa foi comentado por Suzanne Daveau em *Lugares e Regiões em Mapas Antigos* (1997), assim como em *Tesouros da Biblioteca Pública de Évora: bicentenário, 1805-2005* (Ruas, 2005). Daveau (1997) diz, a propósito deste documento e de *Fronteira do Guadiana*, que aparentam ter sido decalcados de um mapa já

existente, uma carta impressa do Alentejo, de 1646: a *Carta da fronteira entre o Alentejo e a Estremadura espanhola*, de João Teixeira Albernaz, que se encontra disponível em linha em <http://purl.pt/918/2>, na Biblioteca Nacional Digital. Por uma questão de curiosidade, incluiu-se no sítio elaborado para a BPE essa imagem juntamente com a do mapa em questão e também ao lado de *Fronteira do Guadiana*.

Gav 4 Pasta A nº 19

### CARTA DO RIO GUADIANA EM PARTE DO SEU PERCURSO NO ALENTEJO

[Carta do rio Guadiana em parte do seu percurso no Alentejo]. - Escala [ca. 1:620000], 6 léguas [18 ao grau] = [6 cm]. - [1675-1729]. - 1 mapa: ms., p&b; 22,0x31,0 cm. - Data atribuída por comparação com o mapa com a cota Gav 4 Pasta A nº 18



Imagem 8 – Carta do rio Guadiana em parte do seu percurso no Alentejo

O quarto mapa é a *Carta topografica do sitio aonde foi a batalha chamada do campo de Ourique no an: de C.to 1139*. Contém uma anotação onde se lê: foi tirada de hum mappa, que dizem ser Original.

Gav 4 pasta A 14 e 15

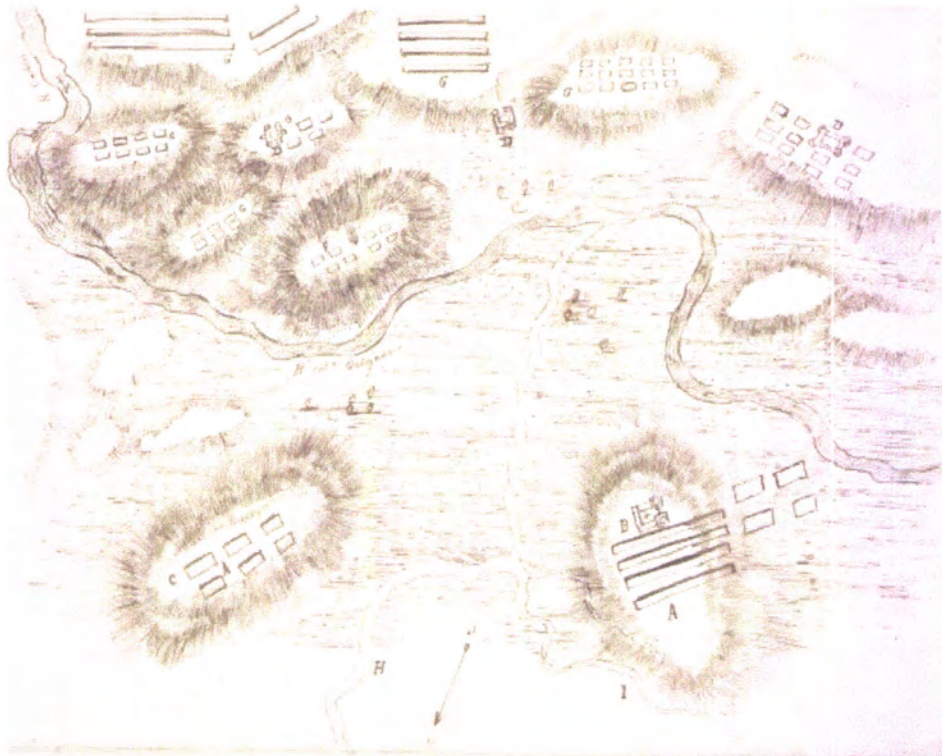
### CARTA TOPOGRAFICA DO SITIO AONDE FOI A BATALHA CHAMADA DO CAMPO DE OURIQUE NO AN: DE C.TO 1139

Carta topografica do sitio aonde foi a batalha chamada do campo de Ourique no an: de C.to 1139. - Escala [ca. 1:30000] – [ s. d.]. - 2 plantas: ms., p&b; 38,3x28,0 cm em folha de 44,5x34,5 cm; 38,5x24 cm. - Contém anotação onde se lê: “Foi tirada de hum mappa, que dizem ser Original”. – Contém escala gráfica de [9,0 cm] = meia légua.



Imagem 9 – Carta topografica do sitio aonde foi a batalha chamada do campo de Ourique no an: de C.to 1139. – 1





- A Fortes que se pdever...  
 B Outros edifícios...  
 C Aldeia...  
 D Castello...  
 F S. Paulo...  
 G...  
 H...  
 I...



Carta Topografica do Campo de Ourique no ano de 1139.

Carta Topografica do Campo de Ourique no ano de 1139.

Imagem 10 – Carta topografica do sitio aonde foi a batalha chamada do campo de Ourique no an: de C.to 1139. – 2

O quinto mapa é a *Planta de Villa Viçosa*, de autoria de José Joaquim da Rocha Espanca. O exemplar está envernizado, possivelmente para fins de preservação.

Arm 3 e 4 est 3 Hem II, 30-A

ESPANCA, Joaquim José da Rocha, 1839-1896

Planta de Villa Viçosa / Joaquim Espanca a fez. - Escala 1:3000. - 1882. - 1 planta: ms., p&b; 36,5x46,5 cm. – A folha encontra-se envernizada.

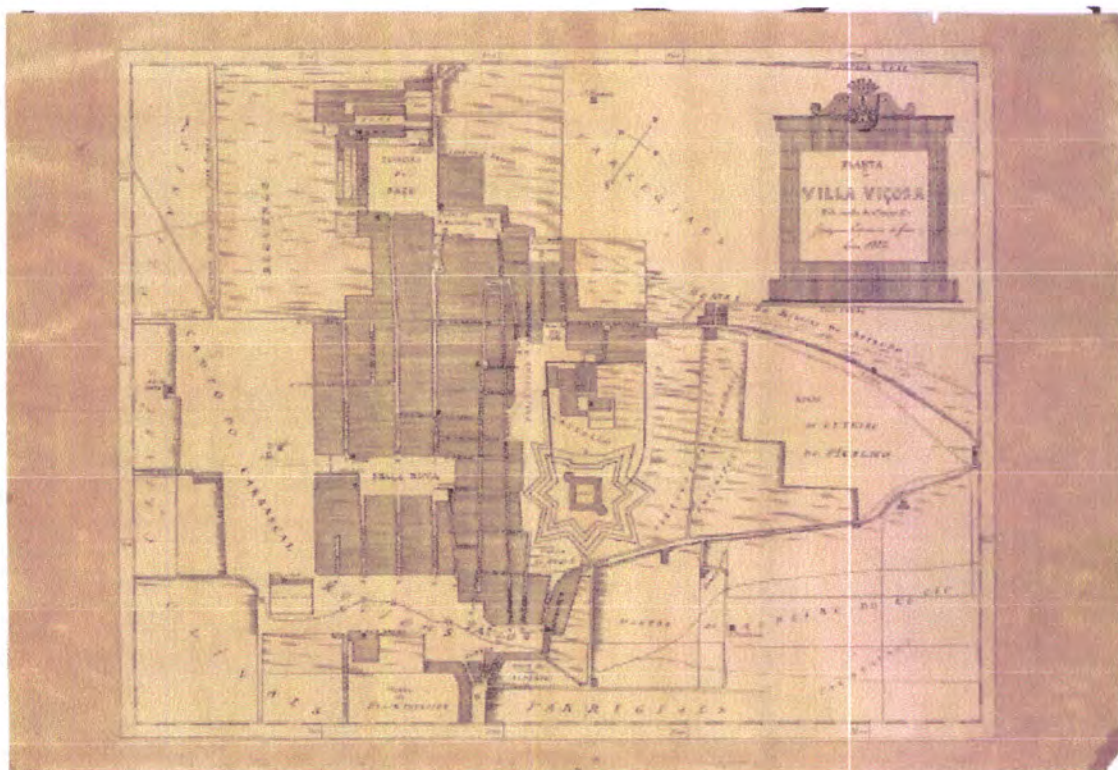


Imagem 11 – Planta de Villa Viçosa

O sexto mapa intitula-se *Aqueducto da Água da Prata: planta*, e é de autoria da Direcção das Obras Públicas do distrito de Évora. Está desenhado em papel vegetal, dobrado inúmeras vezes dentro de um pequeno caderno de formato semelhante ao A4. Pelo seu tamanho, (1,80 x 4,80 m) teve que ser digitalizado em diversas partes, o que representou uma série de problemas que

se repetiram em alguns dos outros mapas, que estão explicados em pormenor no capítulo relativo à construção da colecção digital. Neste caso, pela dimensão do mapa, inclui-se aqui apenas uma amostra da imagem digitalizada.

Arm 15 e 16 Est 2 Hem II, 53

ÉVORA. Direcção da Obras Públicas do distrito de Évora

Aqueducto da Água da Prata: planta / Direcção da Obras Públicas do distrito de Évora. - Escala 1:2000. - [s. d.]. - 1 planta: ms., p&b; 179,5x480,5 cm.

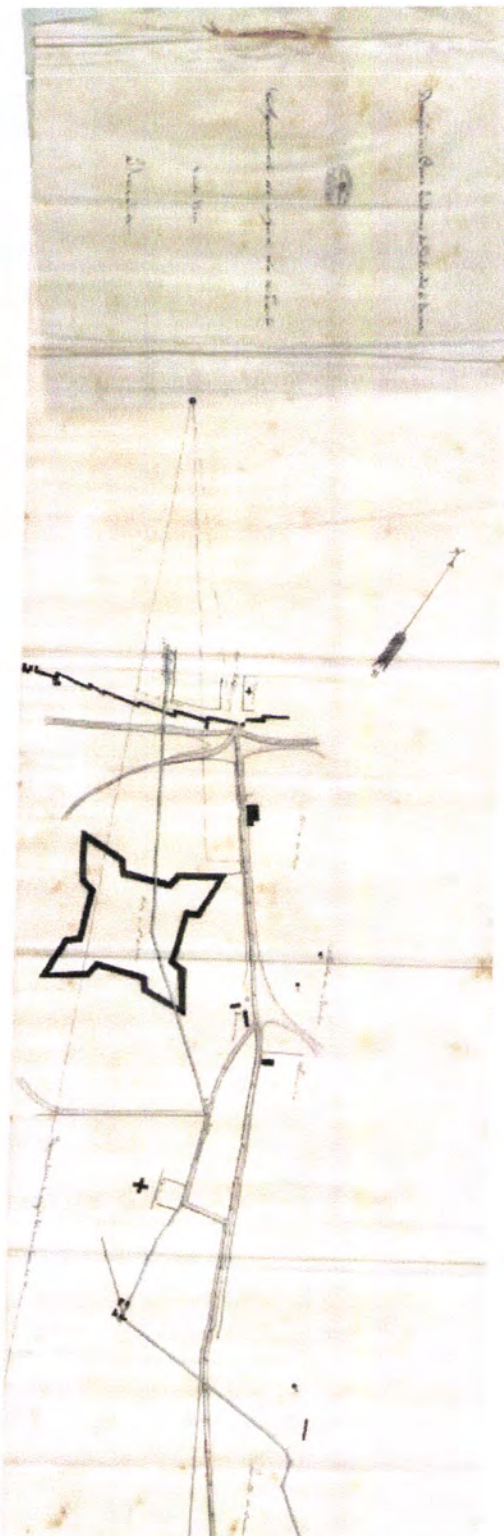


Imagem 12 – Aqueducto da Água da Prata

O sétimo mapa tem algumas semelhanças com o anterior, pois são feitos de forma semelhante, pela mesma instituição, e sobre a mesma obra,

pelo que aparentam ser complementares um do outro. Intitulado *Perfil longitudinal do terreno em toda a extensão do aqueduto da água da Prata*, é também de autoria da Direcção das Obras Públicas do distrito de Évora. Está também desenhado em papel vegetal, dobrado várias vezes dentro de um pequeno caderno igual ao do mapa anterior. Pela sua dimensão, levantou também os mesmos problemas que a planta *Aqueducto da Água da Prata: planta*.

Arm 15 e 16 est 2 Hem II, 52

ÉVORA. Direcção da Obras Públicas do distrito de Évora

Perfil longitudinal do terreno em toda a extensão do aqueduto da água da Prata / Direcção das obras públicas do distrito de Évora. – Escala: 1:2500. - [s.d.]. - 1 planta: ms., color; 30,4x804,0 cm.

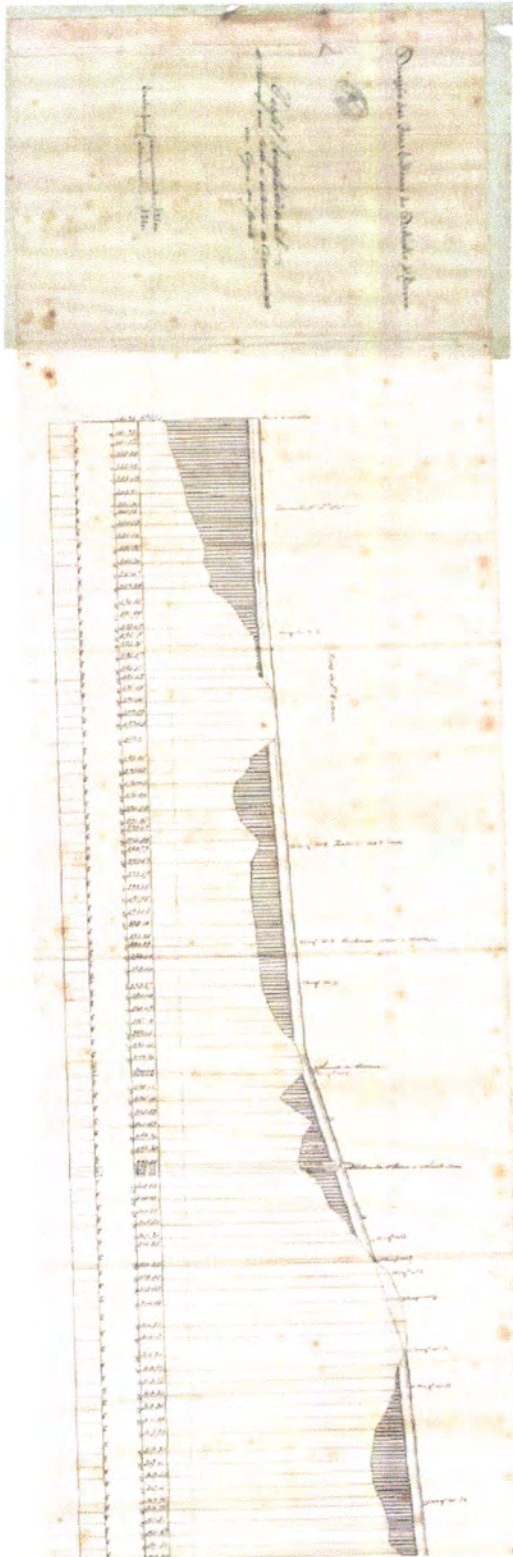


Imagem 13 – Perfil longitudinal do terreno em toda a extensão do aqueduto da água da Prata

O oitavo mapa é a *Carta Agrícola de Portugal*, de autoria da Direcção Geral de Agricultura, levantada e construída pela Direcção dos Trabalhos da Carta Agrícola, numa primeira fase, entre 1882 e 1890, e na Direcção da Estatística e Carta Agrícola numa fase mais tardia, no caso das folhas que foram levantadas após 1891. Tem uma escala de 1:50000, foi impressa em Lisboa, na Lithographia da Imprensa Nacional, entre 1890 e 1899, ou melhor, as folhas que estão na BPE foram editadas entre 1890 e 1899. Este mapa foi incluído na colecção digital de mapas do Alentejo porque as folhas que existem são, na sua maioria, de diferentes sub-regiões do Alentejo. Não se sabe se essa selecção geográfica foi feita pela Biblioteca Pública de Évora ou por qualquer anterior fornecedor. As datas de levantamento das folhas que existem na BPE oscilam entre os anos 1882 e 1893, conforma se indica nas mesmas. Existem, para além das folhas correspondentes às folhas agrícolas, algumas folhas agricolo-minerais correspondentes à mesma área das folhas agrícolas com o número correspondente.

Gav 9 N° 3

PORTUGAL. Direcção Geral de Agricultura [18---19--]

Carta Agrícola de Portugal / Direcção Geral de Agricultura; Levantada na Direcção dos Trabalhos da Carta Agrícola; Levantada na Direcção da Estatística e Carta Agrícola. - Escala 1:50000. - Lisboa: Lithographia da Imprensa Nacional, 1890-1899. - 1 mapa em 41 folhas: Color.; 52,5x42,5 cm em folha de 62,5x48,5 cm. - Existem só as folhas 159, 163, 164, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 176, 176 (folha agricolo-mineral), 177, 178, 179, 180, 180 (folha agricolo-mineral), 181, 182, 182 (folha agricolo-mineral), 183, 183 (folha agricolo-mineral), 184, 185, 185 (folha agricolo-mineral), 186, 187, 188 (duas cópias), 189, 189 (folha agricolo-mineral), 190, 191, 192, 193, 194, 196, 201 e Suplementar A 39-50.

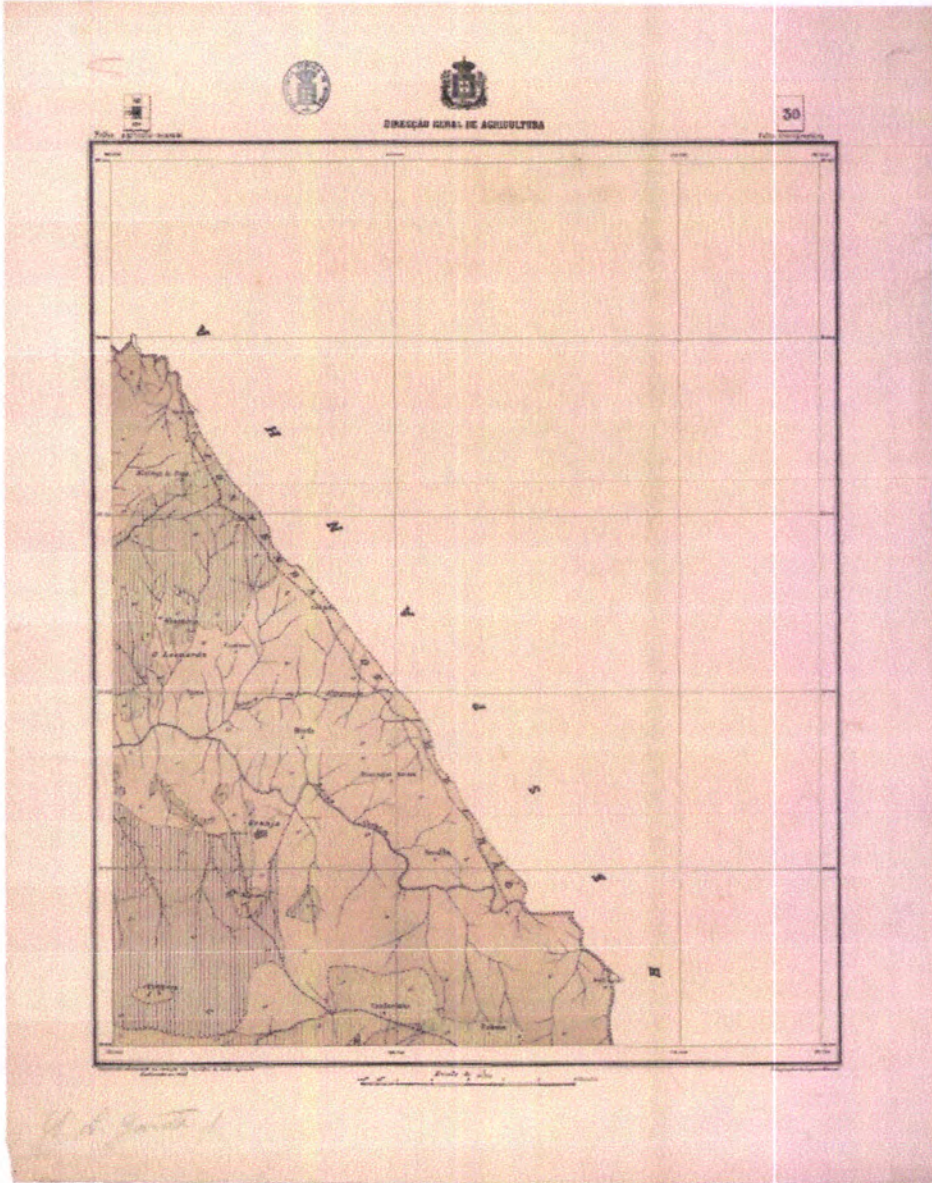


Imagem 14 – Carta agrícola de Portugal 1



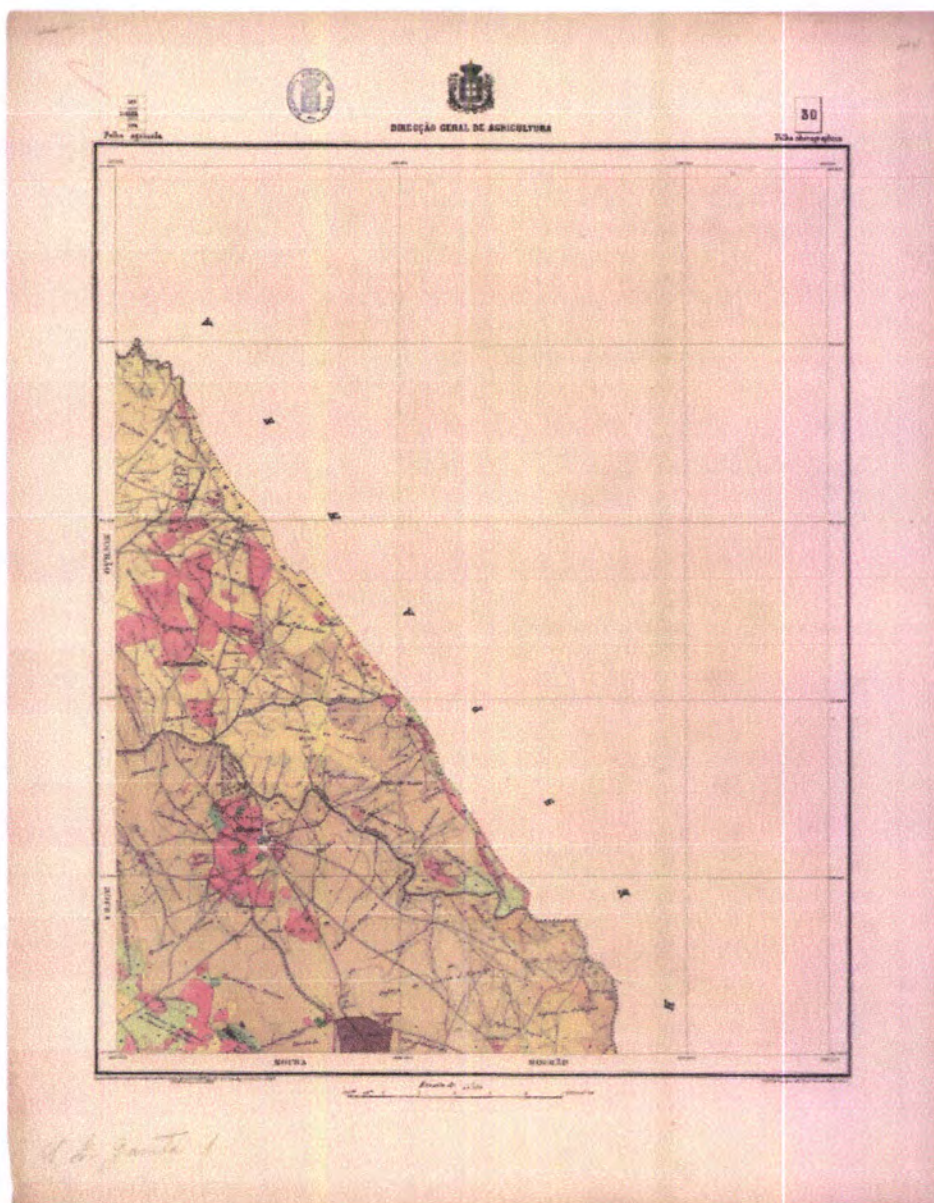


Imagem 15 – Carta agrícola de Portugal 2

O nono mapa é a *Carta Geológica de Portugal*, da autoria da Direcção Geral de Minas e Serviços Geológicos. O que é curioso neste mapa é que, conservando a BPE apenas uma folha respeitante ao Alentejo, a folha 46-A Castro Verde, sendo as restantes 30 de diversos pontos de Portugal, existem as notas explicativas sobre diversos concelhos alentejanos. Tal como no caso da *Carta agrícola de Portugal*, descrito anteriormente, resta saber se os mapas e as notas informativas foram seleccionados pela biblioteca ou se são fruto de

acaso. É também importante acrescentar que as notas explicativas não foram digitalizadas, contrariamente ao material acompanhante de todos os outros mapas, por dois motivos: por um lado, são monografias de extensão bastante considerável, ascendendo a várias centenas de páginas, o que levaria a um aumento de tamanho em disco dos ficheiros da digitalização; por outro, conforme foi referido, não dizem respeito às folhas dos mapas que pertencem à BPE, excepto no caso de Castro Verde.

Arm 1 e 2 Est 2 Hem II, 103

PORTUGAL. Direcção Geral de Minas e Serviços Geológicos [19---19--]

Carta Geológica de Portugal / Direcção Geral de Minas e Serviços Geológicos.  
- Escala: 1:50000. - Lisboa: Instituto Geográfico e Cadastral, 1955-1967. - 1 pasta com 31 folhas: color; 41,7x65,8 cm em folha de 54,6x77,0 cm. - Contém apenas as folhas: 1-A Valença, 30-C Torres Vedras, 9-C Porto, 31-A Santarém, 18-B Almeida, 15-D Figueira de Castelo Rodrigo, 26-D Caldas da Rainha, 9-A Póvoa de Varzim, 30-D Alenquer, 38-B Setúbal, 26-C Peniche, 21-B Quadrasais, A Ilha do Pico (Açores), B Ilha do Pico (Açores), 30-A Lourinhã, Ilha de Santa Maria (Açores), 1-C Caminha, 13-A Espinho, 17-C Santa Comba Dão, 13-A Espinho, 13-C Ovar, 18-A Vila Franca das Naves, 18-C Guarda, 26-B Alcobaça, 13-B Castelo de Paiva, 46-A Castro Verde, 21-A Sabugal, 28-B Nisa, 22-D Marinha Grande, 18-D Nave de Haver, 30-B Bombarral, 22-B Vieira de Leiria. + Nota Explicativa da folha 44-B Barrancos; Nota Explicativa da folha 44-CD Vila Verde de Ficalho; Nota Explicativa da folha 40-D Portel; Nota Explicativa da folha 46-A Castro Verde; Nota Explicativa da folha 40-A Évora.

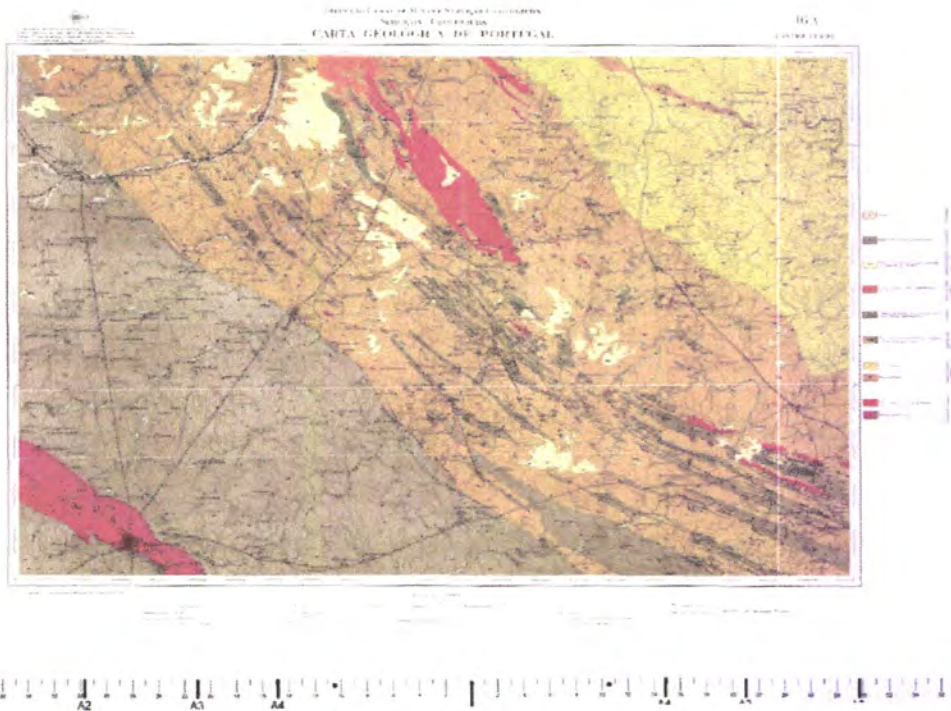


Imagem 16 – Carta geológica de Portugal

O décimo mapa é a *Carta Chorográfica do districto de Évora com a demarcação dos concelhos*, de autoria da Direcção Geral dos Trabalhos Geodésicos. É possível que esta carta corográfica faça parte de uma série de cartas da mesma época, todas feitas pela referida instituição, relativas aos diferentes distritos de Portugal. Existem, por exemplo, no catálogo da Biblioteca Nacional, em <http://catalogo.bnportugal.pt/>, cartas corográficas da mesma autoria e cronologia relativas às diferentes ilhas dos Açores e Madeira.

PORTUGAL. Direcção geral dos trabalhos geodésicos [1864-1895]

Carta Chorográfica do districto de Évora com a demarcação dos concelhos / Direcção Geral dos Trabalhos Geodésicos. - Escala 1:100000. - [Lisboa]: Direcção Geral dos Trabalhos Geodésicos, 1885. - 1 mapa em 2 folhas: color; 150,0x105,0 cm em folha de 160,0x116,0 cm. – Contém escala gráfica de 20000 m. = [20,0 cm.]



Imagem 17 – Carta Chorográfica do districto de Évora com a demarcação dos concelhos

O décimo primeiro mapa é a *Carta geographica de Portugal*, também da Direcção Geral dos Trabalhos Geodésicos, coordenada por Filipe Folque. O caso deste mapa é semelhante ao da já referida *Carta agrícola de Portugal* pois, embora seja um mapa de Portugal, apenas existem na BPE as folhas referentes ao espaço alentejano, razão pela qual se incluiu também nesta pequena colecção digital.

PORTUGAL. Direcção Geral dos Trabalhos Geodésicos [1864-1895]

Carta geographica de Portugal / Direcção Geral dos Trabalhos Geodésicos; dir. Filipe Folque. - Escala 1:100000. - Lisboa: Direcção Geral dos Trabalhos Geodésicos, 1862-1876. - 1 mapa em 19 folhas: p&b; 54,0x84,0 cm em folha de 73,0x102,5 cm. - Folhas 10, 13, 16, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33.



Imagem 18 – Carta geographica de Portugal

O décimo segundo mapa intitula-se *Districto administrativo de Évora* e é de autoria da Direcção Geral dos Trabalhos Geodésicos do Reino. Não tem indicação de data, mas será de entre 1899 e 1901. Isto porque a Direcção Geral dos Trabalhos Geodésicos do Reino teve essa denominação, e não apenas Direcção Geral dos Trabalhos Geodésicos, somente entre esses anos, conforme se pode consultar na página dedicada à história do Instituto

Geográfico Português (disponível em <http://www.igeo.pt/>), entre as muitas outras denominações que já teve.

Arm 15 e 16 Est 2 Hem II, 20

PORTUGAL. Direcção Geral dos Trabalhos Geodésicos do Reino [1899-1901]

Districto administrativo de Évora / Direcção Geral dos Trabalhos Geodésicos do Reino. - Escala 1:250000. - [Lisboa]: Direcção Geral dos Trabalhos Geodésicos do Reino, [ca. 1899-1901] – 1 mapa: p&b; 51,8x69,0 cm em folha de 57,6x74,5 cm. - Data atribuída pelo período em que a Direcção Geral dos Trabalhos Geodésicos do Reino teve essa designação. – Contém escala gráfica de 25 km = [10,0 cm.]

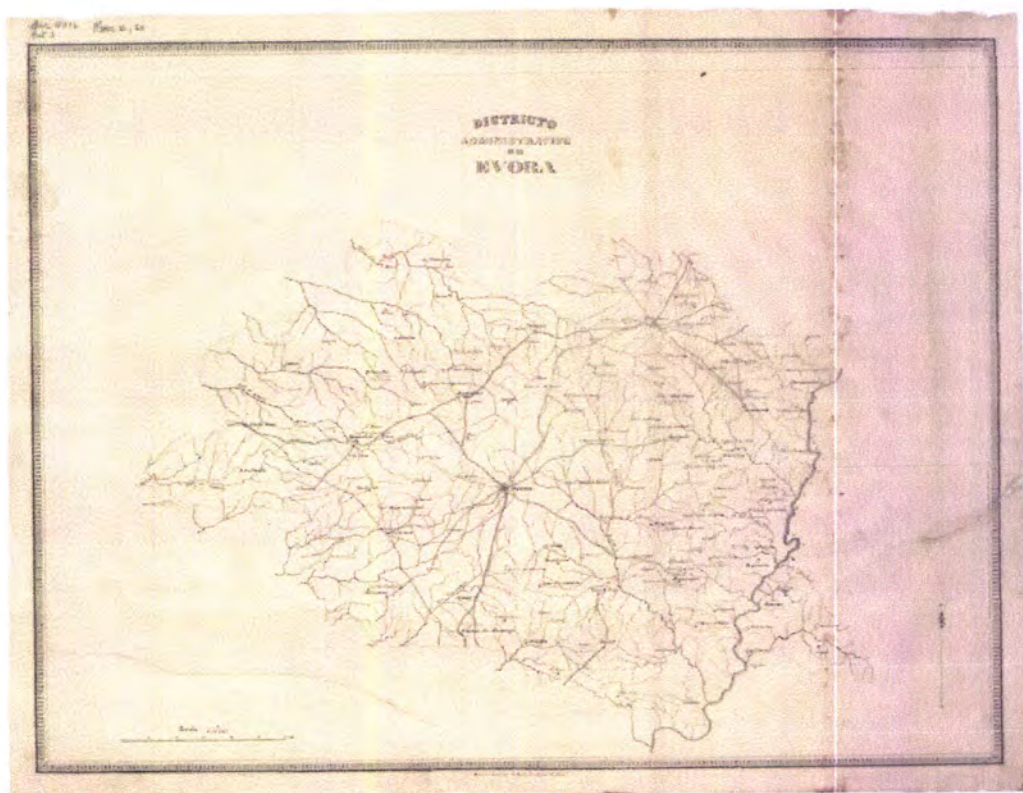


Imagem 19 – Distrito administrativo de Évora

O décimo terceiro mapa contém poucos elementos que permitam a sua identificação, pelo que foi necessária alguma investigação para tentar fazer a

sua descrição bibliográfica o mais correctamente possível. Tem como título atribuído pelo catalogador anterior *Distrito de Évora*, não contém indicação de autor ou escala, e não contém indicação de data. Seguramente, é posterior a 1873, já que figura em evidência o caminho-de-ferro entre Vendas Novas – Casa Branca – Viana do Alentejo e o caminho Casa Branca – Évora – Estremoz. O ano de 1873 é marcado pela inauguração do troço mais recente evidenciado no mapa, Évora – Estremoz. A atribuição desta data é também reforçada pelo número de habitantes dos concelhos, indicados com o nome das vilas e sedes de concelho. Por exemplo, Évora 23:100, Estremoz 13:500, Redondo 7:000, Borba 6:300, Villa Viçosa 6:400, Portel 7:100. Estes números aproximam-se muito do número de habitantes que cada um deles teria na data atribuída ao mapa, 1873 (segundo o Instituto Nacional de Estatística, disponível em <http://www.ine.pt/>). Nessa data não houve qualquer recenseamento em Portugal, pois os dois primeiros ocorreram em 1864 e 1878. Os números apresentados no mapa correspondem ao que estaria entre essas datas, pelo que a aproximação a 1873 não estará longe da data em que o mapa foi desenhado.

Arm 15 e 16 Est 2 Hem II, 38

## DISTRITO DE ÉVORA

[Distrito de Évora]. - [Escala não determinada]. - [1873]. - 1 mapa: ms., p&b; 47,5x72,5 cm. – Data atribuída em virtude do período em que foi inaugurado o troço de caminho de ferro entre Évora e Estremoz, e em virtude do número de habitantes indicado em cada concelho.

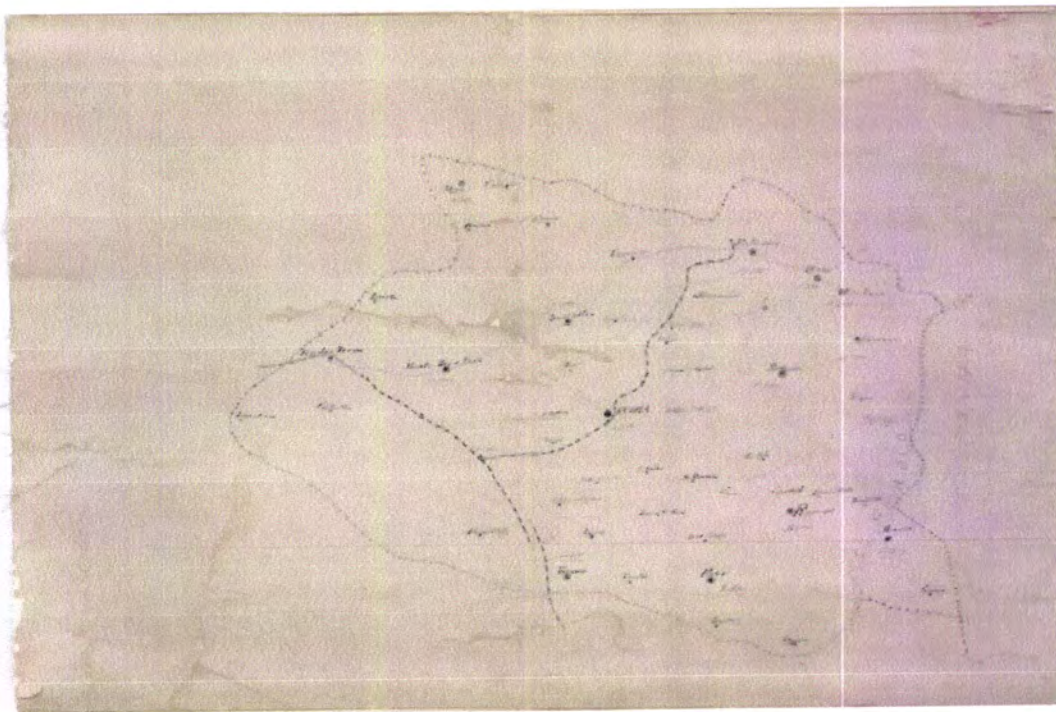


Imagem 20 – Distrito de Évora

O décimo quarto mapa intitula-se *Évora: Brinde aos assinantes da revista "Transtagana"*. Não contém informação de autoria. Encontra-se pregada a ripas de madeira.

Arm 15 e 16 Est 2 Hem II, 4

## ÉVORA

Évora: Brinde aos assinantes da revista "Transtagana". - Escala [ca. 1:7000] – [Évora: s. n.], 1925. - 1 planta: p&b; 21,0x19,5 cm em folha de 25,0x22,0 cm. – Contém escala gráfica de 200 m. = [2,8 cm.]



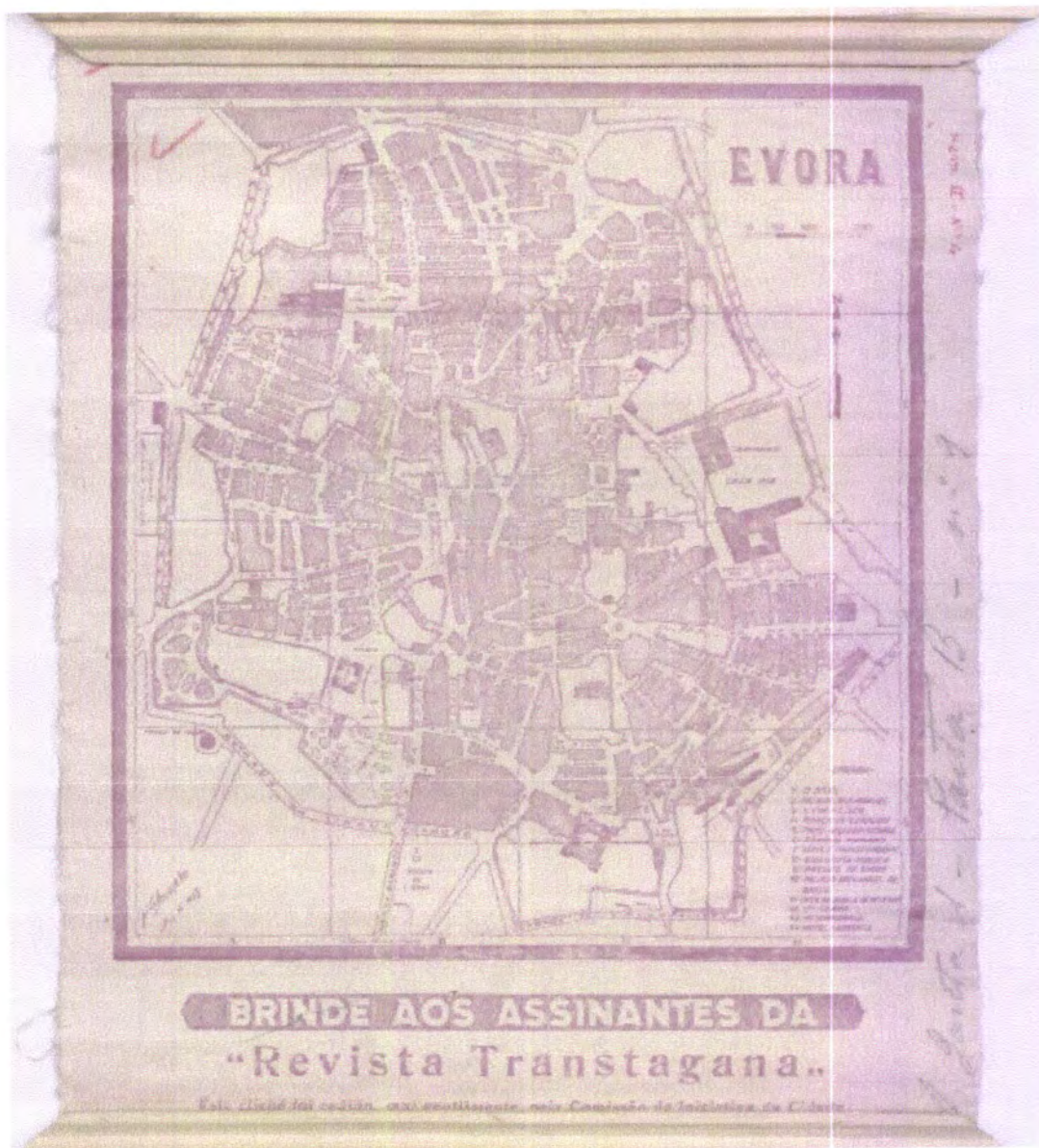


Imagem 21 – Évora: Brinde aos assinantes da revista "Transtagana"

O décimo quinto mapa tem o título atribuído de *Fronreira do Guadiana*. Tem diversas semelhanças com *Carta do rio Guadiana em parte do seu percurso no Alentejo*, o terceiro mapa já descrito. De autor desconhecido, tem uma escala de [ca. 1:270000], calculada a partir da sua escala gráfica de 3 léguas [18 ao grau] = [6,8 cm]. A sua data foi atribuída através da marca de água e situa-se entre 1675 e 1729. Este mapa foi comentado por Suzanne Daveau em *Lugares e Regiões em Mapas Antigos* (1997), assim como em *Tesouros da Biblioteca Pública de Évora: bicentenário, 1805-2005* (Ruas,

2005). Daveau (1997) considera também que este mapa é um decalque da *Carta da fronteira entre o Alentejo e a Estremadura espanhola*, pelo que se incluiu no sítio elaborado para a BPE essa imagem juntamente com a do mapa em questão.

Gav. 4 Pasta A nº 18

## FRONTEIRA DO GUADIANA

[Fronteira do Guadiana]. - Escala [ca. 1:270000], 3 léguas [18 ao grau] = [6,8 cm]. - [1675-1729]. - 1 mapa: ms, p&b; 22,0x31,0 cm. - Data atribuída a partir da marca-de-água



Imagem 22 – Fronteira do Guadiana

O décimo sexto mapa é a *Carta corográfica de Portugal na escala de 1:100 000*, da autoria do Instituto Geográfico e Cadastral. Não contém indicação de nome do editor, mas será, previsivelmente, o Instituto Geográfico

e Cadastral a publicá-la em 1951. Este mapa é uma colagem das quatro folhas que correspondem ao distrito de Évora, motivo pelo qual foi incluído na colecção digital. A informação que se perdeu nesta colagem foi a indicação do número das folhas inferiores que o compõem, sabendo-se apenas que as folhas superiores são as números 36 e 37. Tem pintado a feltro, com diferentes cores, alguns concelhos do distrito de Évora.

Gav 1 n° 7-A

PORTUGAL. Instituto Geográfico e Cadastral [1926-1994]

Carta corográfica de Portugal na escala de 1:100000 / Instituto Geográfico e Cadastral. - Escala 1:100000. - Lisboa: [Instituto Geográfico e Cadastral], 1951. - 1 mapa: color.; 83,3x131,0 cm em folha de 97,2x138,0 cm. - Colagem das folhas que figuram o distrito de Évora

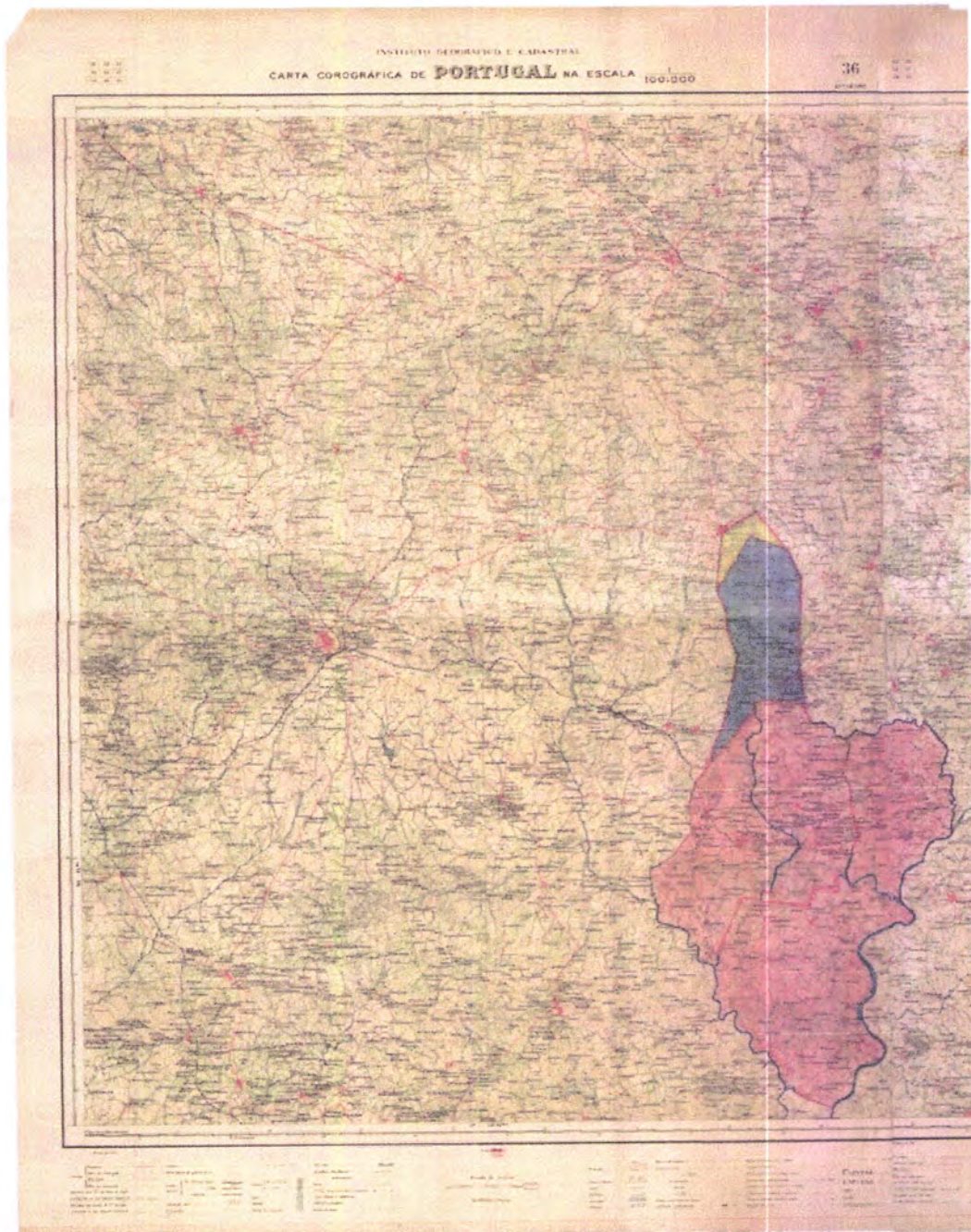


Imagem 23 – Carta corográfica de Portugal na escala de 1:100000

O décimo sétimo mapa é a *Carta de Portugal*, também de autoria do Instituto Geográfico e Cadastral. Tem uma escala de 1:200000. Não contém informação de local de edição, mas será de Lisboa, e está datado de 1974. Apenas existe a folha 6, que corresponde ao Alto Alentejo.

Arm 1 e 2 Est 4 Hem II, 105

PORTUGAL. Instituto Geográfico e Cadastral

Carta de Portugal / Instituto Geográfico e Cadastral. - 1:200000. - [Lisboa]:  
Instituto Geográfico e Cadastral, 1974. - 1 mapa: color; 81,0x 80,0 cm em folha  
de 91,3x85,5 cm. - Folha 6 – Alto Alentejo



Imagem 24 – Carta de Portugal

O décimo oitavo mapa intitula-se *Carta corográfica do distrito de Évora* e está assinado por J. Leandro. O mapa original seria manuscrito e esta reprodução é uma cópia em ozalide, gravado a branco sobre um fundo azul. Está pregado a ripas de madeira, como alguns mapas já mencionados, pelo que foi necessário ultrapassar os problemas técnicos descritos.

Arm 15 e 16 Est 2 Hem II, 33

LEANDRO, J., fl. 19--

Carta corográfica do distrito de Évora / J. Leandro. - Escala 1:500000. - 1920. - 1 mapa: ms., p&b; 27,5x32,6 cm em folha de 29,2x40,8 cm. - Contém escala gráfica de 25 km = [4,9 cm.]. - Trata-se duma cópia em ozalide.

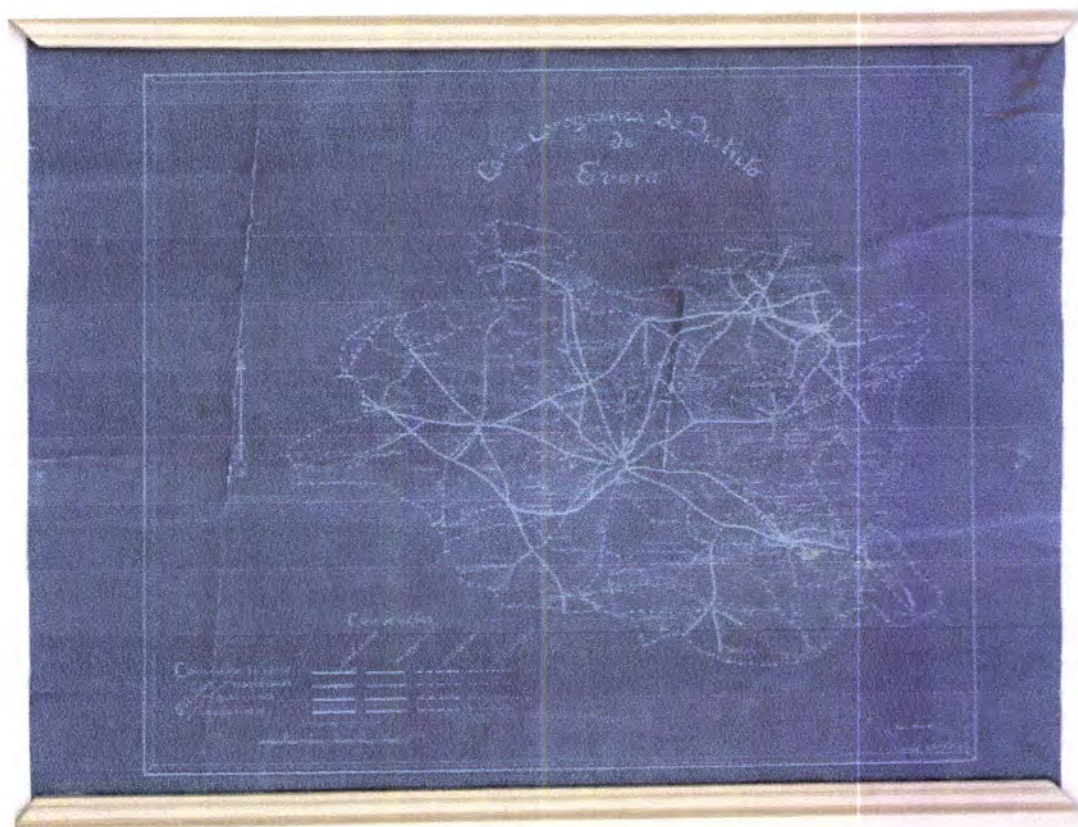


Imagem 25 – Carta corográfica do distrito de Évora

O décimo nono mapa tem como título atribuído por um catalogador anterior *Mapa do distrito de Évora*, não incluindo referências informação de autoria. Não contém informação de local de edição, mas a impressão foi feita pela Lithographia da Imprensa Nacional, pelo que terá sido impresso em Lisboa. Este mapa apresenta algumas particularidades: contém apenas a demarcação dos concelhos do distrito de Évora, com os respectivos nomes, e a figuração da rede hidrográfica. Do lado esquerdo tem seis rectângulos, em tudo semelhantes aos utilizados para marcar a diferentes cores a legenda do mapa, mas estão por colorir e preencher. Trata-se assim de um mapa incompleto, ainda em fase de elaboração.

Arm 15 e 16 Est 2 Hem II, 39-A

#### MAPA DO DISTRITO DE ÉVORA

[Mapa do distrito de Évora]. - Escala 1:400000. - [Lisboa]: [s.n.], [s. d.] (Lithographia da Imprensa Nacional). - 1 mapa: p&b; 35,8x32,6 cm em folha de 40,0x38,0 cm. - Contém escala gráfica de 50 km = [12,0 cm.]

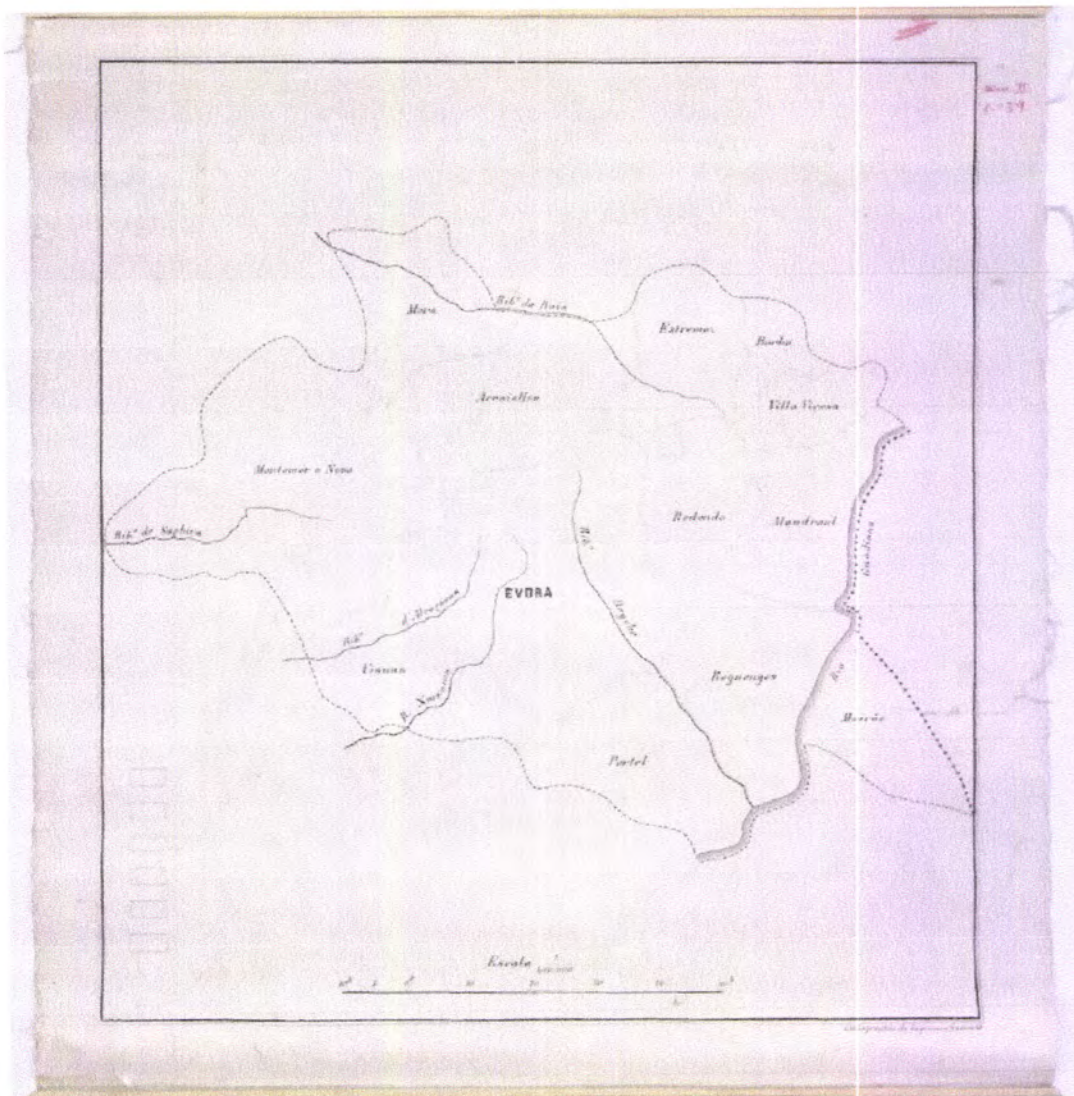


Imagem 26 – Mapa do distrito de Évora

O vigésimo mapa tem como título atribuído por um catalogador anterior *Mapa e descrição das fortalezas do sul de Portugal*, não contendo informações sobre a sua autoria, embora este possa ser Gaspar Baillieu, pois é comum nos mapas do século XVIII o editor ser também o autor ou coordenador dos mapas. Tem aguareladas as fronteiras entre Portugal e Espanha, assim como as de diversas comarcas. Nas extremidades direita e esquerda do mapa inclui algumas das fortalezas do sul de Portugal, o que deve ter motivado a atribuição do título. Não sendo um mapa do Alentejo, considerou-se relevante para a colecção digital, por este território ocupar grande parte da imagem cartográfica.



## MAPA E DESCRIÇÃO DAS FORTALEZAS DO SUL DE PORTUGAL

[Mapa e descrição das fortalezas do sul de Portugal]. - Escala [ca. 1:580000, determinada com o valor calculado de 9,6 cm. Correspondente a "10 léguas comuns de Espanha". - Paris: Chez le Sr. Gaspar Baillieu. 1704. – 1 mapa: aguarelado; 53,4x69,0 cm. em folha de 56,6x95,0 cm. – Contém escala gráfica de 10 léguas Comuns de Espanha = [9,6 cm.].

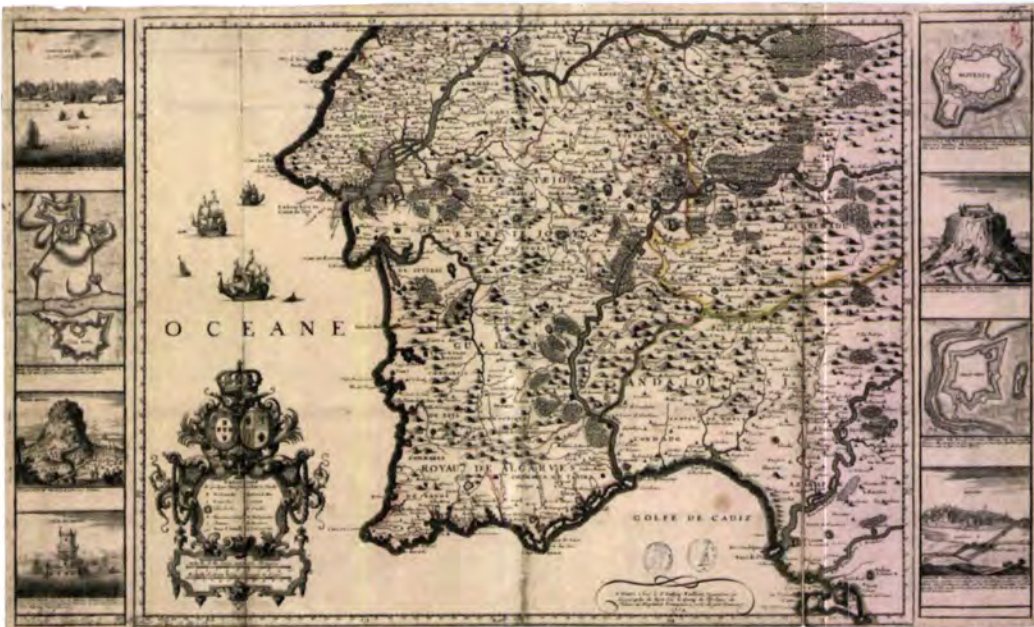


Imagem 27 – Mapa e descrição das fortalezas do sul de Portugal

O vigésimo primeiro mapa intitula-se *Mappa das estradas de 1ª, 2ª e 3ª ordem do Concelho de Évora: Segundo as cartas de lei de 15 de Julho de 1862, 6 de Junho de 1864 e 9 de Janeiro de 1867 e portaria de 10 de Julho de 1864 (D.L. nº 162)*. Não tem informação de autoria, de escala, ou de data, pelo que se lhe atribui uma data posterior a 1867, ano da última carta de lei mencionada no título. Este mapa contém ainda uma longa lista de distâncias, em léguas, entre as diferentes localidades do distrito e a cidade de Évora, por estrada, assim como por caminho-de-ferro. Para além disso, contém ainda os valores da extensão total das estradas do distrito, e da área total do distrito de

Évora, entre outros elementos estatísticos, como a população residente no concelho e nas suas freguesias e a área não cultivada de Portugal e do Alentejo.

Arm 15 e 16 Est. 2 Hem II, 27

### MAPA DAS ESTRADAS DE 1ª, 2ª E 3ª ORDEM DO CONCELHO DE ÉVORA

Mappa das estradas de 1ª, 2ª e 3ª ordem do Concelho de Évora: Segundo as cartas de lei de 15 de Julho de 1862, 6 de Junho de 1864 e 9 de Janeiro de 1867 e portaria de 10 de Julho de 1864 (D.L. nº 162). - [Escala não determinada]. - [post. 1867]. - 1 mapa: ms., color.; 48,5x61,5 cm. em folha de 58,5x71,5 cm.

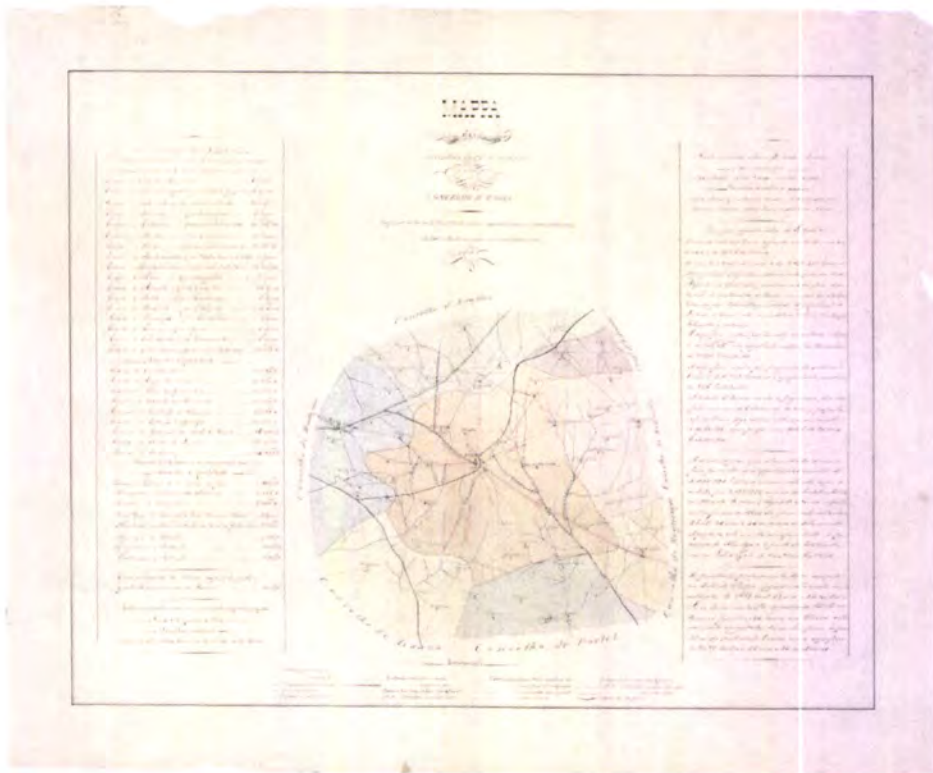


Imagem 28 – Mappa das estradas de 1ª, 2ª e 3ª ordem do Concelho de Évora

O vigésimo segundo mapa tem como título atribuído por um catalogador anterior *Planta da creche de Viana do Alentejo*. Não contém informação de

autoria e a sua escala é de 1:100. Também não tem informação sobre a data, mas na fotografia que acompanha a planta está mencionada a data de 1867. Esta segunda imagem é uma reprodução fotográfica de uma outra planta do mesmo edifício, possivelmente elaborada por outro autor, pois as caligrafias visíveis nas duas plantas são muito diferentes. Esta fotografia foi também digitalizada e anexada à imagem da *Planta da creche de Viana do Alentejo*.

Arm 3 e 4 Est 3 Hem II, 65

### PLANTA DA CRECHE DE VIANA DO ALENTEJO

[Planta da creche de Viana do Alentejo]. - Escala 1:100. - [1867]. - 1 planta: ms., p&b; 32,5x43,5 cm. – Data atribuída pela data indicada na fotografia que acompanha a planta, de 5,8x7,8 cm.

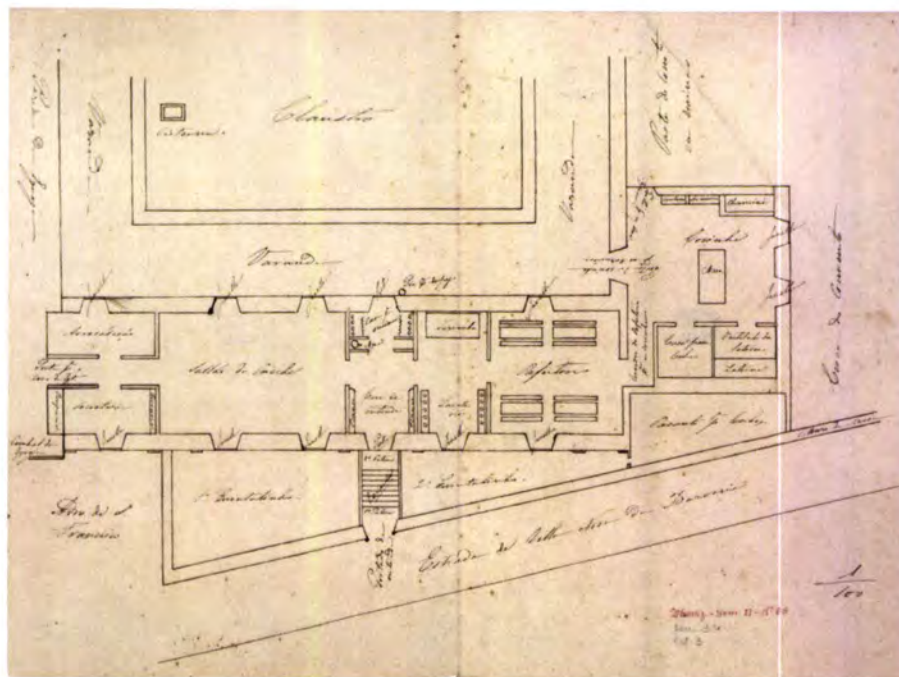


Imagem 29 – Planta da creche de Viana do Alentejo

O vigésimo terceiro mapa contém muito poucos elementos que permitam a sua identificação. Tem como título atribuído por um catalogador anterior *Planta de Évora*, pois é o espaço que representa. Não contém indicação de local de edição, de editor, ou de data de edição. Na planta há alguns edifícios de Évora pintados a caneta de feltro vermelha, e foi recortada a de uma folha maior, onde possivelmente estariam indicados os elementos em falta. Este mapa está colado numa base de cartão, algo que não é visível na imagem digitalizada. Ou seja, é mais um caso em que se pode perder informação, se por acaso for importante a análise desse cartão para traçar a história do mapa.

Arm 15 e 16 Est 2 Hem II, 231

#### PLANTA DE ÉVORA

[Planta de Évora]. - [Escala não determinada]. - [S. l.: s. n., s. d.]. - 1 planta: aguarelada; 68,6x66,9 cm em folha de 71,9x71,0 cm



Imagem 30 – Planta de Évora

O vigésimo quarto mapa intitula-se *Planta do caminho de ligação do portão da quinta da Manizola, com a estrada real nº 68 – Évora a Santarém*. Não tem menção de autoria. Esta planta contém ainda um texto manuscrito no seu verso, que foi também digitalizado.

Arm 15 e 16 Est 2 Hem II, 37

PLANTA DO CAMINHO DE LIGAÇÃO DO PORTÃO DA QUINTA DA  
MANIZOLA, COM A ESTRADA REAL Nº 68 – ÉVORA A SANTARÉM

[Planta do caminho de ligação do portão da quinta da Manizola, com a estrada real nº 68 - Évora a Santarém]. - Escalas 1:1000. - Évora, 1846. - 1 planta: ms., color.; 32,2x57,4 cm. - Contém para distâncias verticais 1:100. - Contém texto manuscrito no verso.

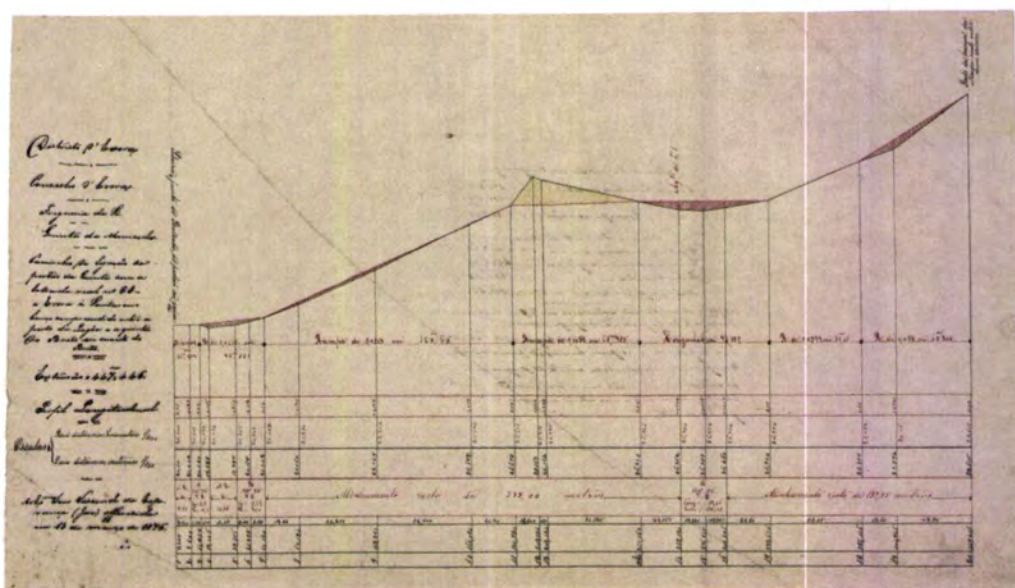


Imagem 31 – Planta do caminho de ligação do portão da quinta da Manizola, com a estrada real nº 68 – Évora a Santarém 1

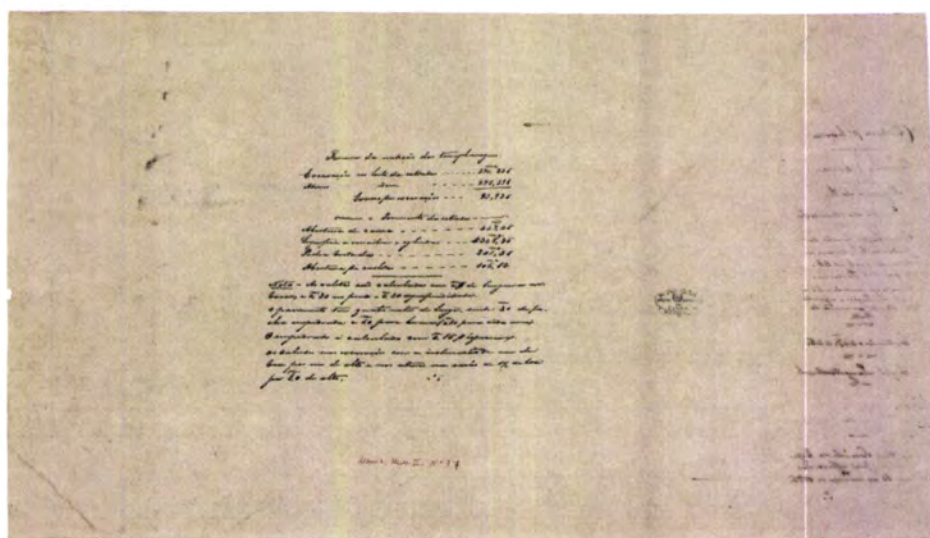


Imagem 32 – Planta do caminho de ligação do portão da quinta da Manizola, com a estrada real nº 68 – Évora a Santarém 2

O vigésimo quinto, e último, mapa desta colecção digital sobre o Alentejo intitula-se *Planta da vila de S. Tiago de Cacém*, de autoria de A. de Vilhena. Não contém indicação de local de edição, foi litografado por J. Santos, em data não determinada, mas certamente já no século XX. Esta planta está também

pregada a ripas de madeira, tendo sido digitalizada dentro das limitações já referidas para os casos semelhantes.

Arm 3 e 4 Est 3 Hem II, 30

VILHENA, A. de, fl. 19--

Planta da vila de S. Tiago de Cacém / A. de Vilhena; lito. J. Santos. - Escala 1:4000. - [S. l.: s.n., 19--]. - 1 planta: color.; 23,7x33,0 cm em folha de 33,7x42,7 cm. - Contém escala gráfica de 200 m. = [5,0 cm.]

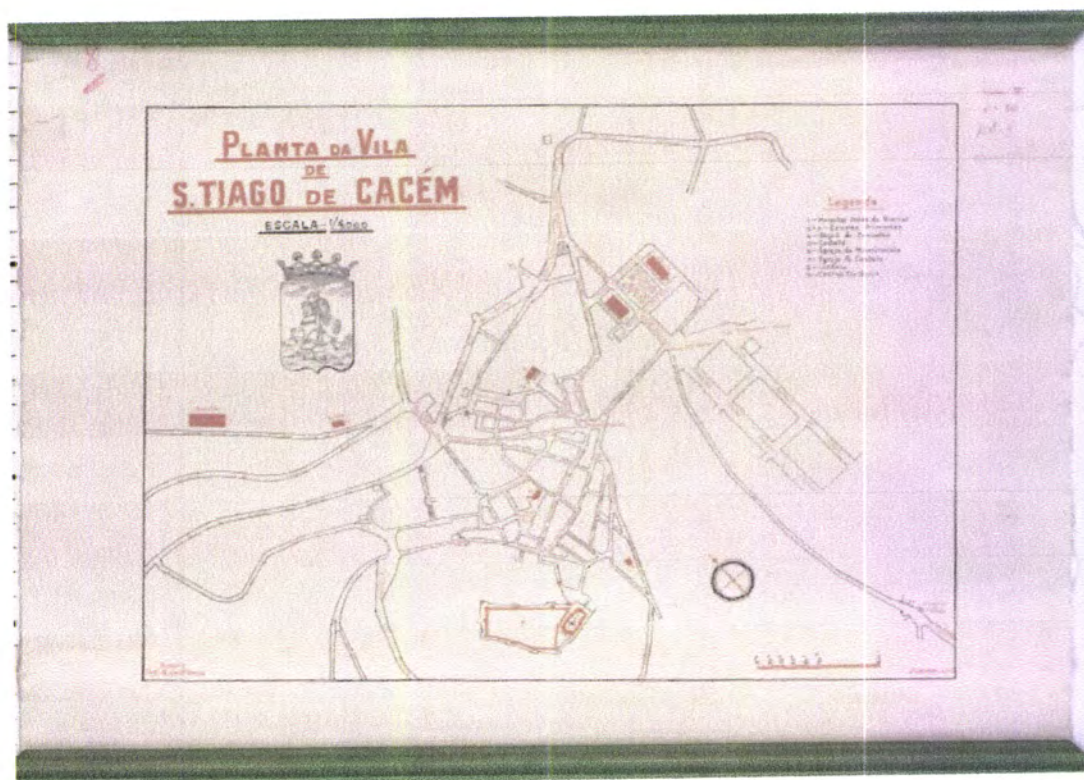


Imagem 33 – Planta da vila de S. Tiago de Cacém

## **b) Construção do sítio Web**

A apresentação dos mapas ao público tornou-se possível através da construção de um sítio Web. Este foi feito totalmente em *Microsoft FrontPage*, e embora tenha um aspecto minimalista está estruturado de forma a ser tanto quanto possível funcional.

Neste pequeno sítio expõem-se apenas os mapas relativos à região do Alentejo. Tal escolha prendeu-se essencialmente com a intenção de fazer algo semelhante ao encontrado em algumas bibliotecas públicas estrangeiras, que colocam em linha pequenas colecções de documentos cartográficos relativas às áreas geográficas em que se encontram inseridas. Por norma, são conjuntos de mapas digitalizados, quase sempre antigos, relativos à localidade. Podem-se tomar como exemplos a *Pittsburg Public Library Digital Maps Collection*, disponível em <http://vimage.lib.va.us/VDLP/Petersburg/>, biblioteca digital da Everett Public Library, disponível em <http://www.epls.org/nw/digital.asp>, ou a Cleveland Public Library, em <http://dlc.clevnet.org/>. Mesmo nos poucos casos de colecções digitais existentes em bibliotecas públicas portuguesas, há sempre a primazia dada a documentos que de alguma forma retratam a realidade local.

Atendendo a que esta dissertação nasceu de um projecto ligado à cartografia, foi escolhido como *corpus* do sítio Web apenas a selecção de todos os mapas que figuram o Alentejo. Poderá ser possível fazer algo semelhante seguindo este modelo que abranja todos os mapas da colecção, mas há aqui também o objectivo implícito de demonstrar que qualquer biblioteca consegue fazer uma colecção digital de forma fácil e pouco dispendiosa, mesmo as bibliotecas públicas com poucos documentos sobre o seu território.

A colecção é formada pelos 25 mapas já descritos, entre os quais se incluem manuscritos e impressos, do século XVII ao século XX, de diferentes escalas e dimensões, indo desde as plantas de edifícios a mapas completos da província do Alentejo. Esta escolha teve também a vantagem de abranger documentos muito diversificados, apesar do seu número ser relativamente reduzido.

No desenho da disposição dos objectos nas diferentes páginas o sítio



construído baseia-se essencialmente nos da BND (disponível na Web em <http://purl.pt/index/geral/PT/index.html>) e no da consulta das Secções Cadastrais do Cadastro Geométrico da Propriedade Rústica do Instituto Geográfico Português (disponível na Web em [http://www.igeo.pt/servicos/cic/cad\\_seccoes.asp](http://www.igeo.pt/servicos/cic/cad_seccoes.asp)). Da página do IGP retirou-se a ideia de apresentar os mapas com diferentes dimensões e resoluções de imagem, desde as pequenas *thumbnails* até às imagens com resolução igual à original do *scanner*, o que permite níveis de *zoom* muito elevados, sem perda de qualidade. A aproximação gradual de imagens mais pequenas e de resoluções baixas até às maiores permite também manter a página muito pouco carregada, o que possibilita tornar a navegação sempre rápida.

O sítio da BND tem a vantagem de aliar miniaturas das imagens digitalizadas com a sua respectiva descrição em simultâneo no ecrã, como de resto é comum nas páginas de outras bibliotecas públicas digitais. Para além disso, o menu de navegação foi também inspirado no que a BNP disponibiliza à entrada, sendo que está dividido por tipos de documentos, que incluem itens como cartografia, iconografia, livro antigo, entre outros.

No caso da página construída para a BPE, optou-se por elaborar uma página inicial que subdividisse os documentos não por tipos mas pelos diferentes campos descritos. Fez-se assim a página de entrada com as seguintes categorias: Lista Alfabética de Títulos, Lista de Autores, Lista de Datas de Edição ou Elaboração, Lista de Locais de Edição, Lista de Editores e Impressores, Manuscritos, Plantas de Edifícios, Plantas de Localidades, Mapas de Concelhos, Mapas de Distritos, Mapas de Portugal.

Optou-se por esta solução e não por colocar um motor de pesquisa, que procurasse por temas dentro das próprias descrições bibliográficas dos materiais cartográficos de forma inteligente, pelo facto de o universo em estudo ser pequeno e não justificar a programação de uma ferramenta complexa, sendo mais simples construir listas manualmente. No entanto, no caso de uma biblioteca querer apresentar uma colecção de maior dimensão, um motor de busca já se justifica, pois representará um ganho no esforço dispendido na construção do sítio relativamente à forma de prever a recuperação de informação. Por exemplo, se o sítio a construir incluísse não apenas os mapas

do Alentejo, mas sim todos os mapas da BPE, seria aconselhável usar na página um motor de busca e não índices remissivos.

Como foi referido anteriormente, aquando da análise dos inquéritos realizados no decorrer desta investigação, os materiais cartográficos não são muito procurados pelos utilizadores de bibliotecas públicas, mas alguns deles constituem, na opinião dos bibliotecários inquiridos, uma prioridade para a construção da colecção das bibliotecas que dirigem, mais especificamente os documentos antigos respeitantes à região envolvente. Embora não consultem cartografia nas suas idas à biblioteca pública, os utilizadores, nas suas respostas, revelaram certa inclinação para o uso de programas de cartografia em linha quando necessitam de viajar, tudo isto em detrimento de mapas de estradas, aparelhos GPS, guias de viagens ou roteiros turísticos. Uma possível solução para aproximar utilizadores e bibliotecas seria conjugar num mesmo sítio aquilo que bibliotecários e utilizadores consideram relevante, ou seja, cartografia antiga e a actual, aproveitando as potencialidades dos sítios Web referidos acima.

Um bom exemplo desta conjugação é o que foi utilizado no projecto DigMap (disponível em <http://portal.digmap.eu/>), onde existem os mapas antigos para visualização ao lado dos mapas actuais, retirados directamente do *Google Maps*. É até possível escolher entre visualizar o mapa de estradas actual ou as imagens de satélite do local em questão.

Como se pode constatar, um serviço deste tipo pode tornar-se bastante popular entre os utilizadores da Web, o que poderia ser utilizado a favor dos serviços em linha das bibliotecas públicas. No decorrer da presente investigação, para o sítio Web construído para os mapas, foram incluídas algumas imagens de mapas actuais com escalas semelhantes às dos mapas antigos da colecção da BPE, no que é uma tentativa de construir um exemplo de um sítio relativamente fácil de construir mas com algum apelo ao que bibliotecários e utilizadores desejam ver nas colecções digitais em linha.

De entre os exemplares que constituem a pequena colecção de mapas do Alentejo da BPE seleccionaram-se 12 que podem constituir um bom exemplo. Os mapas actuais foram retirados dos diferentes sítios Web já referidos: *Google Earth*, *Google Maps*, *Microsoft Live! Maps* e *Viamichelin*. Isto

para que se possa estabelecer uma comparação entre as formas de visualização de Cartografia que todos eles oferecem, que incluem imagens de satélite, mapas de estradas, mapas topográficos, entre outros. Visto que todos estes sítios apresentam diferentes formas de visualização e mapas diferentes de acordo com a escala pretendida, há um grande número de possibilidades na escolha das imagens a utilizar.

Para a construção do sítio para a BPE utilizou-se uma técnica muito simples para a inclusão das imagens, que consistiu apenas na captura da imagem visualizada no ecrã, sendo esta posteriormente redimensionada e inserida nas páginas correspondentes. Esta técnica, sendo elementar, será indicada para colecções digitais de pequena dimensão, como esta. É possível, no entanto, incluir elementos muito mais complexos, como hiperligação directa para o *Google Maps*, como se fez no projecto DigMap, alguma espécie de georreferenciação, de pesquisa por topónimo e apresentação dos mapas antigo e actuais em simultâneo no ecrã.

Para os mapas *Distrito de Évora*, *Mapa do distrito de Évora*, *Distrito administrativo de Évora* e *Carta corográfica do distrito de Évora* foi utilizado como comparação um único mapa retirado do *Microsoft Live! Maps*, contendo este também a demarcação actual do distrito de Évora. Para a *Planta da vila de S. Tiago de Cacém* utilizou-se como imagem actual uma fotografia de satélite retirada do *Google Earth*. Neste caso, é interessante constatar o grande desenvolvimento da vila ao comparar os dois mapas apresentados. O *Mapa e descrição das fortalezas do sul de Portugal* foi comparado com um mapa do *Google Maps*, onde se podem ver assinaladas as localidades, vias de comunicação, e rios nos dois mapas. No caso do *Mappa das estradas de 1ª, 2ª e 3ª ordem do Concelho de Évora* a comparação é estabelecida com uma mapa de estradas actual, retirado do sítio *Viamichelin*. *Évora: Brinde aos assinantes da revista "Transtagana"*, *Planta de Évora* e *Planta de Villa Viçosa* são comparados com uma planta actual de Évora, retirada do *Microsoft Live! Maps* assim como com uma imagem de satélite do *Google Earth*. Por último, os manuscritos *Carta do rio Guadiana em parte do seu percurso no Alentejo e Fronteira do Guadiana* foram colocados lado a lado com mapas retirados do *Google Maps*, onde se podem ver os nomes das localidades portuguesas e

espanholas representadas nos manuscritos. Foram ainda comparados com outro mapa, de 1644, intitulado *Carta da fronteira entre o Alentejo e a Estremadura espanhola*, da autoria de João Teixeira Albernaz, retirado dos Tesouros da Biblioteca Nacional, para estabelecer mais uma ponte entre os primeiros mapas e os actuais. No caso destes dois mapas é interessante comparar as cartas manuscritas com mapas actuais, de representação mais exacta.

Com estes exemplos tentou fazer-se uma pequena amostra do que pode ser construído, de acordo com os diferentes materiais cartográficos em questão, apresentando diversas propostas para uma apresentação que cumpre os objectivos dos bibliotecários, revelados nos inquéritos realizados, assim como ir ao encontro do que os utilizadores das bibliotecas públicas consideraram como mais interessante e que consultam com maior frequência. Acima de tudo, a ideia subjacente a estas escolhas é a de corresponder aos interesses dos utilizadores numa perspectiva de tentar satisfazer a curiosidade, e não tanto à procura de satisfazer as suas necessidades de informação a um nível mais prático.

Atendendo aos inquéritos, quando necessitam de mapas, os utilizadores suprem as suas necessidades através da consulta dos sítios mencionados, não vendo interesse na consulta de materiais nas bibliotecas. O que se tentou fazer através destes exemplos foi dar a conhecer algo de novo, que são os mapas antigos e pela maioria desconhecidos, comparando-os com algo que o público conhece e consulta com alguma regularidade, os mapas actuais e as fotos de satélite.

Fez-se ainda um pequeno exercício para tornar a página inicial visualmente mais apelativa, colocando num mapa actual do Alentejo a referência aos locais ou áreas aos quais correspondem os diferentes mapas da colecção. Uma entrada deste tipo parece ser interessante para um pequeno universo com estas características.

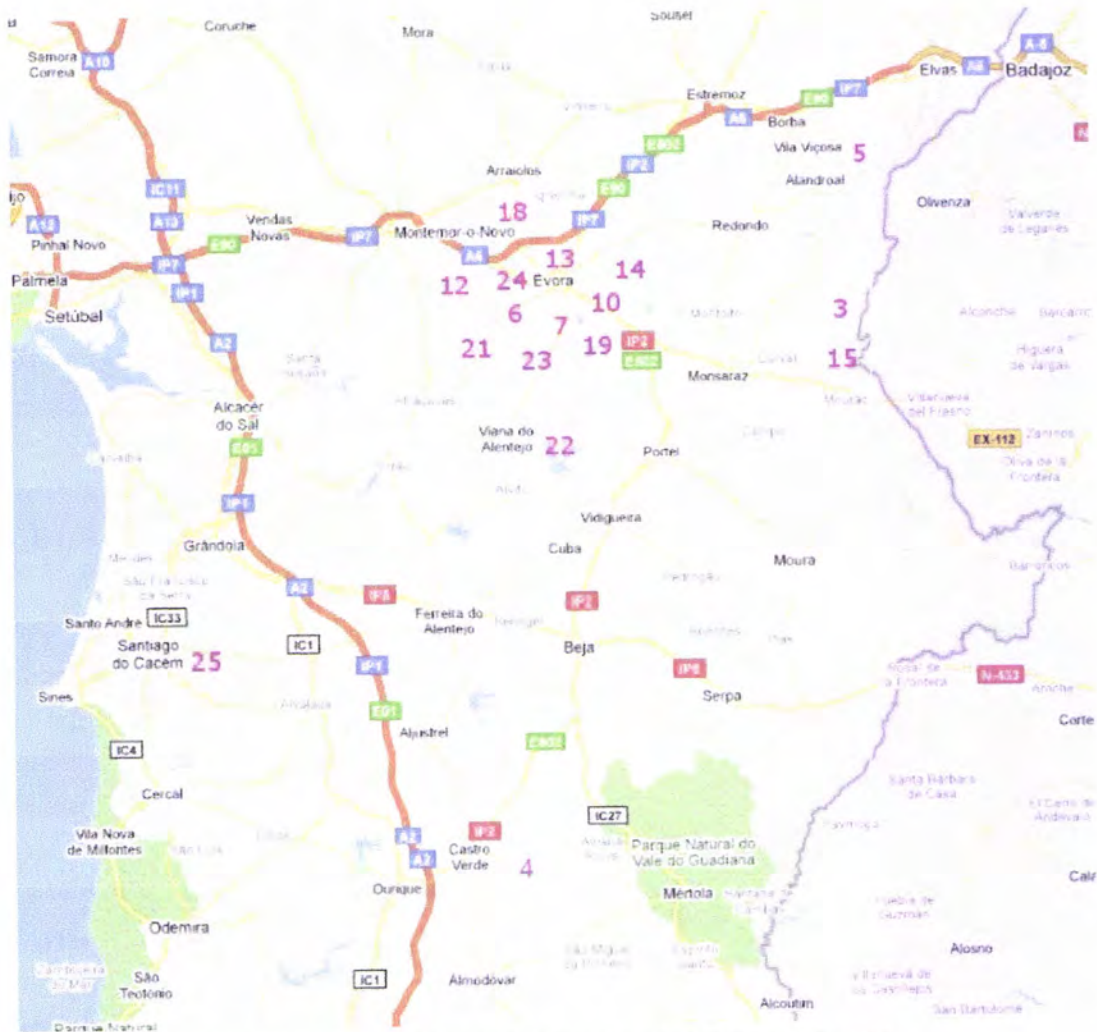


Imagem 34 – Imagem utilizada no sítio construído para os mapas do Alentejo

Clicando nos números, que correspondem a cada um dos mapas, indicados numa legenda que se encontra anexa à imagem no sítio, é possível visualizar o mapa correspondente. Por uma questão de simplicidade não foram incluídos nesta selecção os mapas que dizem respeito a todo o Alentejo, estando estes acessíveis através dos índices referidos anteriormente.

## Conclusão

Esta dissertação partiu de um problema sentido entre as bibliotecas públicas portuguesas: a ainda restrita disponibilização digital, de informação e documentos que se conservam nos seus acervos, particularmente os cartográficos, quando se desejam alcançar mais vastos e diversificados públicos. Elas não parecem responder de forma totalmente satisfatória às necessidades dos leitores, o que se confirmou pelo confronto dos inquéritos realizados e sobre os quais se reflectiu.

A pesquisa procurou dizer algo de novo sobre o objecto de estudo – a construção e o papel das colecções cartográficas digitalizadas, mas também teve o intuito de fazer uma leitura crítica sobre a bibliografia específica existente. Pelo conjunto de estudos e trabalhos académicos em torno das bibliotecas públicas e, particularmente, o que está ligado à inclusão do mundo digital nestas instituições, referido no decorrer desta dissertação, confirmou-se o desenvolvimento positivo de muitos aspectos da biblioteconomia em Portugal. Existe hoje um nível de inclusão aceitável do mundo digital e as bibliotecas públicas estão a ser cada vez mais frequentadas, mas tudo isto não é ainda suficiente em comparação com a situação existente noutros outros países da União Europeia, e na América do Norte.

Este estudo teve também o intuito de ser útil para investigadores e o público em geral. Não se limitou a apontar falhas e propor linhas orientadoras para as ultrapassar, mas apostou na prática ao tentar solucionar um dos problemas da Biblioteca Pública de Évora, o da descrição bibliográfica e digitalização da sua colecção cartográfica. Foi também uma forma de demonstrar uma possível hipótese, no trabalho de migração de documentos e serviços ou biblioteconómicos para o ambiente digital. Ficou também patente a ideia de cooperação entre instituições, como foi o caso da Universidade de Évora e da Biblioteca Pública de Évora, ao construir-se uma pequena colecção digital e ao testar os métodos a utilizar para a colocar em linha, assim como orientar quem queira construir uma colecção em linha de dimensões e complexidade superiores.

Finalmente, o estudo teve o intuito de incluir todos os elementos que o possam confirmar como verdadeiro ou útil, assim como todos os que o possam eventualmente refutar. A bibliografia consultada, o trabalho prático realizado, os inquéritos feitos a bibliotecários e utilizadores de bibliotecas, tiveram como finalidade fazer essa comparação entre teoria e prática, o que se diz que deve ser feito e o que efectivamente pode ser feito, o que deve existir e o que, de facto, existe.

Assim, foram vários os objectivos específicos e temas desenvolvidos ao longo da dissertação. O primeiro consistiu em avaliar em que medida pode ser importante a disponibilização em suporte digital de documentação rara e de acesso reservado aos utilizadores das bibliotecas públicas portuguesas, tomando como ponto de referência o seu interesse pela Cartografia antiga. Tentou-se cumprir este objectivo através da realização dos inquéritos de opinião realizados junto de utilizadores de bibliotecas públicas, assim como dos seus bibliotecários. Os resultados desses inquéritos parecem revelar que há um real interesse dos utilizadores em ter os recursos mencionados à sua disposição, sem no entanto concretizarem que o foco do seu interesse seja a Cartografia antiga. Por parte dos bibliotecários, estes demonstraram também interesse em disponibilizar essas colecções em suporte digital, embora seja comum verificar não existirem os meios necessários para o fazer.

O segundo foi propor, de acordo com a realidade da Rede Nacional de Leitura Pública, linhas orientadoras para a disponibilização de documentos cartográficos históricos, das mais diversas origens, em formato digital. Esse objectivo foi cumprido sobretudo pela análise tão detalhada quanto possível da construção da colecção digital de cartografia da Biblioteca Pública de Évora. Ela poderá servir como exemplo de uma forma de construir uma colecção digital, não deixando de parte, no entanto, outras alternativas para universos documentais com diferentes dimensões, objectivos ou mesmo diferentes meios disponíveis.

O terceiro, compreender qual a importância da colecção de Cartografia histórica da Biblioteca Pública de Évora, inicialmente reunida no século XVIII por Frei Manuel do Cenáculo Villas Boas, mas com incorporações posteriores,

com a finalidade de estabelecer as etapas da sua evolução e determinar o interesse que tal acervo despertou entre os bibliotecários, os mecenas, e os leitores, ao longo do tempo. Este objectivo revelou-se o mais difícil de cumprir, perante a reduzida informação disponível no arquivo da própria instituição.

O quarto, disponibilizar ao público, através de uma plataforma multimédia, os materiais cartográficos respeitantes à região do Alentejo depositados na secção de reservados da Biblioteca Pública de Évora, tomando como exemplo formatos já existentes. A pequena colecção de 25 mapas, agora construída, serve também como teste para que uma biblioteca pública, mesmo que tenha escassos meios financeiros, humanos e técnicos, consiga ter acesso ao mundo digital. No entanto, ficou também demonstrado que é possível fazer algo mais elaborado e de dimensões superiores em bibliotecas que tenham outro tipo de recursos disponíveis.

Por último, é lançada uma base para futuros trabalhos sobre este tema, a partir da colecção de mapas históricos referentes ao Alentejo. Seria de todo o interesse aferir com mais pormenor os reais interesses dos utilizadores das bibliotecas públicas portuguesas, quais são os serviços, digitais e não digitais, que mais desejam ter no espaço das bibliotecas que frequentam.

Esta dissertação tenta assim demonstrar que há nas bibliotecas públicas portuguesas potencialidades para fazer algo de mais e melhor, que vá ao encontro das reais expectativas e necessidades dos seus utilizadores, prestando um renovado serviço público de qualidade. Colocaram-se em evidência algumas das fragilidades do serviço hoje existente, propondo-se linhas orientadoras para que esse serviço seja melhor no futuro, abrindo a discussão e propondo a continuação da investigação sobre como devem as bibliotecas portuguesas continuar a evoluir.



## Referências Bibliográficas

BELL, Judith (2004). *Como realizar um projecto de investigação: um guia para a pesquisa em Ciências Sociais e da Educação*. (3ª ed.). Lisboa: Gradiva.

Besek, June M. (2003). *Copyright Issues Relevant to the Creation of a Digital Archive: A Preliminary Assessment* Commissioned for and sponsored by the National Digital Information Infrastructure and Preservation Program, Library of Congress. Washington, D.C.: Council on Library and Information Resources. Disponível em <http://www.clir.org/pubs/reports/pub112/pub112.pdf>. Acedido em 31/07/2009.

BETHENCOURT, Francisco (1998). "Bibliotecas digitais". – In *Páginas a&b: Microfilmagem, digitalização*, 2, Lisboa: Gabinete de Estudos a&b, pp. 35-39.

BRIGOLA, João Carlos (2006). "Frei Manuel do Cenáculo – *semeador* de bibliotecas e de museus. O conceito de Biblioteca-museu na museologia setecentista". – In CALIXTO, José António; VAZ, Francisco (coord.) (2006). *Frei Manuel do Cenáculo: construtor de bibliotecas*. Casal de Cambra: Caleidoscópio, pp. 47-55.

CABRAL, Maria Luísa (1998). "Microfilmagem & digitalização". – In *Páginas a&b: Microfilmagem, digitalização*, 2, Lisboa: Gabinete de Estudos a&b, pp. 41-52.

CABRAL, Maria Luísa (2005). "Conservação preventiva, porquê?". – In *Páginas a&b: Preservação, conservação*, 15, Lisboa: Gabinete de Estudos a&b, pp. 41-52.

CALDEIRA, Pedro Zany (2003). "A usabilidade das bibliotecas digitais: a perspectiva dos leitores/utilizadores". – In *Cadernos BAD*, 2, Lisboa: Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, pp. 18-35.

CALIXTO, José António (2004). “O papel das bibliotecas públicas no apoio à aprendizagem ao longo da vida”. – In *Páginas a&b: Leitura pública*, 3, Lisboa: Gabinete de Estudos a&b, pp. 77-103.

CALIXTO, José António (2005:1). “As bibliotecas públicas portuguesas: transformações, oportunidades e desafios”. – In *Páginas a&b: Terminologia: Formatos*, 16, Lisboa: Gabinete de Estudos a&b, pp.61-88.

CALIXTO, José António (2005:2). “Continuidade e inovação de uma instituição bicentenária”. – In RUAS, João (coord.). *Tesouros da Biblioteca Pública de Évora: bicentenário, 1805-2005*. Lisboa: Inapa, pp. 7-13.

CALIXTO, José António; VAZ, Francisco (coord.) (2006). *Frei Manuel do Cenáculo: construtor de bibliotecas*. Casal de Cambra: Caleidoscópio.

CAMACHO, Paula; DIAS, Maria da Piedade (2006). *O Instituto Geográfico Português e a promoção da informação geográfica: experiências e perspectivas*. Disponível em <http://purl.pt/7115/1/resumps-comunicacoes/IGeoE/igeoe.pdf>. Acedido em 14/02/2007.

CHARTIER, Roger (2001). *Lecteurs et lectures à l'âge de la textualité électronique*. Disponível em [http://www.texte.org/conf/index.cfm?fa=texte&Conftext\\_ID=5](http://www.texte.org/conf/index.cfm?fa=texte&Conftext_ID=5). Acedido em 14/02/2007.

CID, Isabel (1997). “Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Évora”. – In COMISSÃO NACIONAL PARA AS COMEMORAÇÕES DOS DESCOBRIMENTOS PORTUGUESES. *Lugares e Regiões em Mapas Antigos*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.

Cleveland, G. (1998). *Digital libraries: Definitions, Issues and Challenges*. Disponível em <http://archive.ifla.org/VI/5/op/udtop8/udtop8.htm>. Acedido em 25/10/2008.

COMISSÃO NACIONAL PARA AS COMEMORAÇÕES DOS DESCOBRIMENTOS PORTUGUESES (1997). *Lugares e Regiões em Mapas Antigos*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses.

DARNTON, Robert (1999). *The New Age of the Book*. Disponível em <http://www.nybooks.com/articles/546>. Acedido em 14/02/2007.

DAVEAU, Suzanne (1997). "Lugares e Regiões em Mapas Antigos". – In COMISSÃO NACIONAL PARA AS COMEMORAÇÕES DOS DESCOBRIMENTOS PORTUGUESES. *Lugares e Regiões em Mapas Antigos*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses.

DENSCOMBE, Martyn (2003). *The good research guide: for small-scale social research projects* (2ª ed.). Maidenhead: Open University Press.

DIAS, Maria Helena, coord. – *Projecto SIDCarta. Sistema de Informação para Documentação Cartográfica: o espólio da Engenharia Militar Portuguesa*. Direcção de Infra-Estruturas do Exército Português. Disponível em: <http://www.exercito.pt/bibliopac/>. Acedido em 25/10/2008.

DIAS, Maria Helena (1992). "Constrangimentos da Cartografia Temática Portuguesa". – In *Revista do Instituto Geográfico e Cadastral*, 11, Lisboa, Instituto Geográfico e Cadastral, pp. 33-36.

DIAS, Maria Helena (1996). "As Mapotecas Portuguesas e a Divulgação do Património Cartográfico Nacional. Algumas Reflexões". – In *Cartografia e Cadastro*, 5, Lisboa, Instituto Geográfico e Cadastral, pp. 43-50.

DOMINGOS, Manuela (2006). "Biblioteca de Bibliotecas: a génese da Biblioteca Pública no pensamento de Cenáculo". – In CALIXTO, José António; VAZ, Francisco (coord.). *Frei Manuel do Cenáculo: construtor de bibliotecas*. Casal de Cambra: Caleidoscópio, pp. 23-45.

ECO, Umberto (1998). *Como se faz uma tese em ciências humanas*. (7ª ed.). Lisboa: Presença.

FEIJÃO, Maria Joaquina Esteves (1997). "O acesso a documentos cartográficos em bibliotecas e arquivos portugueses". – In *El documento cartográfico como fuente de información*. Huelva: Diputación Provincial de Huelva, pp. 153-178.

FEIJÃO, Maria Joaquina Esteves (2006). *O Acesso à Documentação Cartográfica: a situação em Portugal*. Évora: [s.n.]. – Dissertação de Mestrado em Arquivos, Bibliotecas e Ciências da Informação, apresentada à Universidade de Évora.

FERNANDES, António José (1993). *Métodos e regras para elaboração de trabalhos académicos e científicos*. Porto: Porto Editora.

FORO IBEROAMERICANO DE LA RÁBIDA (1997). *El documento cartográfico como fuente de información*. Huelva: Diputación Provincial de Huelva.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL – RIO DE JANEIRO – *Biblioteca Virtual da Cartografia Histórica do século XVI ao XVIII*. Disponível em: <http://consorcio.bn.br/cartografia/>. Acedido em 25/10/2008.

GALERA I MONEGAL, Montserrat (1991). "Les Cartoteques a la Península Ibérica". – In *La Cartografia de la Península Ibérica i la seva extensió al Continent americà*. Barcelona, Institut Cartogràfic de Catalunya, pp. 17-146.

GALERA I MONEGAL, Montserrat (1997). "Estructura y organización de una cartoteca". – In *El documento cartográfico como fuente de información*. Huelva: Diputación Provincial de Huelva, pp. 119-133.

GILL, Philip (2004). "The IFLA/UNESCO public library guidelines". – In *Páginas a&b: Leitura pública*, 13, Lisboa: Gabinete de Estudos a&b, pp. 63-75.

GOMES, Francisco Palma (2006). *O Instituto Geográfico do Exército e a produção de informação geográfica*. Disponível em <http://purl.pt/7115/1/resumps-comunicacoes/IGeoE/igeoe.pdf>. Acedido em 14/02/2007.

GORMAN, G. E.; CLAYTON, Peter (1997). *Qualitative research for the information professional*. London: Library Association Publishing.

GUERREIRO, Inácio (2005). "Ciência náutica e cartografia". – In RUAS, João (coord.). *Tesouros da Biblioteca Pública de Évora: bicentenário, 1805-2005*. Lisboa: Inapa, pp. 73-99.

IFLA (1994). *Manifesto da IFLA/UNESCO sobre bibliotecas públicas*. Disponível em <http://archive.ifla.org/VII/s8/unesco/port.htm>. Acedido em 14/02/2007.

IFLA (2004). *ISBD (CM): International standard Bibliographic description for cartographic materials: draft for worldwide review*. 200x Rev. Prepared by the ISBD (CM) Working Group for Approval by the Standing Committees of the IFLA Cataloguing Section and the IFLA Geography and Map Libraries Section. Disponível em: [http://archive.ifla.org/VII/s13/pubs/ISBD\(CM\)\\_21Dec04.pdf](http://archive.ifla.org/VII/s13/pubs/ISBD(CM)_21Dec04.pdf). Acedido em 25/10/2008.

IFLA (2007). *ISBD (CM): International standard Bibliographic description for cartographic material*. Rev. Edition. London: IFLA Section on Cataloguing and the IFLA Section of Geography and Map Libraries

IPLB (2005). *Rede de Conhecimento das Bibliotecas Públicas*. Disponível na Web em <http://rcbp.iplb.pt/docs/folhetoRCBP.pdf>. Acedido em 14/02/2007.

KENNEY, Anne R.; OYA Y. Rieger, eds. (2000). *Moving Theory into Practice: Digital Imaging for Libraries and Archives*. Mountain View, Calif.: Research Libraries Group. Também disponível em: [http://www.library.cornell.edu/preservation/tutorial/tutorial\\_English.pdf](http://www.library.cornell.edu/preservation/tutorial/tutorial_English.pdf). Acedido em 25/10/2008.

KORSGAARD, Peter (2005). *Presenting maps and other spatial information on the Internet*. Disponível em <http://www.ifla.org/IV/ifla71/papers/094e-Korsgaard.pdf>. Acedido em 14/05/2009.

LAVOIE, Brian F. (2005). "Of mice and memory". – In *Páginas a&b: Preservação, conservação*, 15, Lisboa: Gabinete de Estudos a&b, pp. 41-51.

LEVY, David M. (2002). "Where's Waldo?: Reflections on copies and authenticity in a digital environment". – In *Páginas a&b: Análise informação*, 9, Lisboa: Gabinete de Estudos a&b, pp. 81-90.

LINDE, Peter (2006). "Introduction to Digital Libraries – Memex of the Future". – In *Supplement to the Proceedings ELPUB2006 Conference on Electronic Publishing*, Bulgária. Disponível em [http://elpub.scix.net/data/works/att/sup2\\_elpub2006.content.pdf](http://elpub.scix.net/data/works/att/sup2_elpub2006.content.pdf). Acedido em 25/10/2008.

LYNCH, Clifford (2002). "Authenticity and integrity in the digital environment". – In *Páginas a&b: Recursos electrónicos*, 10, Lisboa: Gabinete de Estudos a&b, pp. 89-111.

MELROSE, Elizabeth Anne (2003). *If we can do it, so can you*. Disponível em <http://www.ifla.org/IV/ifla69/papers/067e-Melrose.pdf>. Acedido em 14/02/2007.

MOURA, Maria José (coord.) (1996). *Relatório sobre as bibliotecas públicas em Portugal*. Lisboa: Ministério da Cultura. Também disponível em [http://www.iplb.pt/pls/diplb/html\\_utils.get\\_file?xcode=3174952&xcolumnname=content&xtablename=cm\\_document](http://www.iplb.pt/pls/diplb/html_utils.get_file?xcode=3174952&xcolumnname=content&xtablename=cm_document). Acedido em 14/02/2007.

NUNES, Manuela Barreto (2004). "Bibliotecas públicas portuguesas na Internet: o meio é o serviço?". – In *Páginas a&b: Leitura pública*, 13, Lisboa: Gabinete de Estudos a&b, pp. 151-176.

PATRÃO, Sofia (1999). "Informatização na rede Nacional de Bibliotecas Públicas". – In *Liberpolis: Revista das bibliotecas públicas*, 2, disponível em [http://www.liberpolis.pt/revista/revista\\_8.htm](http://www.liberpolis.pt/revista/revista_8.htm). Acedido em 14/02/2007.

PATTON, Michael Quinn (1990). *Qualitative evaluation and research methods*. 2ª ed. London: Sage Publications.

PAVÃO, Luís (2000). "Preservação de fotografia na era do digital". – In *Páginas a&b: Recursos electrónicos*, 10 (2002), Lisboa: Gabinete de Estudos a&b, pp. 7-19.

PEREIRA, José Esteves (2006). "Ribeiro dos Santos, Cenáculo, e a criação da Real Biblioteca Pública." – In CALIXTO, José António; VAZ, Francisco (coord.) – *Frei Manuel do Cenáculo: construtor de bibliotecas*. Casal de Cambra: Caleidoscópio, pp.11-21.

PINTO, Maria Manuela Gomes de Azevedo (2005). "Do «efémero» ao «sistema de informação»". – In *Páginas a&b: Recursos electrónicos*, 15, Lisboa: Gabinete de Estudos a&b, pp. 63-178.

PORTUGAL (1982). Leis, Decretos, etc. *Decreto-Lei n.º 74/82, de 3 de Março*. Disponível em

<http://www.bnportugal.pt/images/stories/servicos/documentos/dl7482.pdf>.

Acedido em 25/10/2008.

PORTUGAL (2000). Leis, Decretos, etc. *Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos*. Disponível em [https://ciist.ist.utl.pt/docs\\_da/codigo\\_direito\\_autor\\_republicado.pdf](https://ciist.ist.utl.pt/docs_da/codigo_direito_autor_republicado.pdf). Acedido em 25/10/2008.

RAFAEL, Gina Guedes (2001). "Documentos electrónicos da biblioteca de papel à biblioteca digital". – In *Páginas a&b: Informação electrónica*, 6, Lisboa: Gabinete de Estudos a&b, pp. 7-20.

RIVARA, Joaquim Heliodoro da Cunha; MATOS, Joaquim António de Sousa Telles de (1850-1871). *Catálogo dos Manuscritos da Bibliotheca Publica Eborensis*. Lisboa: Imprensa Nacional.

RPC (1984). *Regras portuguesas de catalogação*. Lisboa: Instituto Português do Património Cultural: Departamento de Bibliotecas, Arquivos e Serviços de Documentação.

RUAS, João (coord.) (2005). *Tesouros da Biblioteca Pública de Évora: bicentenário, 1805-2005*. Lisboa: Inapa.

SERRANO, Anabela Prista Saraiva (2001). "A biblioteca digital ou o acesso global". – In *Páginas a&b: Informação electrónica*, 6, Lisboa: Gabinete de Estudos a&b, pp. 21-39.

SILVA, Sérgio Conde de Albite (2005). "A preservação da informação". – In *Páginas a&b: Preservação, conservação*, 15, Lisboa: Gabinete de Estudos a&b, pp. 29-39.

SLATER, Margaret (1990). *Research methods in library and information studies*. London: The Library Association.



Smith, Abby (2001). *Strategies for Building Digitized Collections*. Washington, D.C.: Council on Library and Information Resources. Disponível em <http://www.clir.org/pubs/reports/pub101/pub101.pdf>. Acedido em 25/10/2008.

*The NINCH Guide to Good Practice in the Digital Representation and Management of Cultural Heritage Materials* (2002). Humanities Advanced Technology and Information Institute (HATII), University of Glasgow, and the National Initiative for a Networked Cultural Heritage (NINCH). Disponível em <http://www.nyu.edu/its/humanities/ninchguide/>. Acedido em 25/10/2008.

VAZ, Francisco (2004). "As bibliotecas e os livros na obra de D. Frei Manuel do Cenáculo". – In *La Memoria de los Libros. Estudios sobre la historia del escrito y de la lectura en Europa y América*, Salamanca: Instituto de Historia del Libro y de la Lectura, 2004, tomo II, pp. 483-498. Disponível na Web em <http://home.uevora.pt/~fvaz/2004-%20As%20bibliotecas%20elivros.pdf> Acedido em 25/10/2008.

VAZ, Francisco (2006:1). "A fundação da Biblioteca Pública de Évora". – In CALIXTO, José António; VAZ, Francisco (coord.) – *Frei Manuel do Cenáculo: construtor de bibliotecas*. Casal de Cambra: Caleidoscópio, pp. 57-89.

VAZ, Francisco (2006:2). *Os Bibliófilos eborenses e a Biblioteca Pública de Évora (1805-1955)*. Disponível na Web em <http://home.uevora.pt/%7Efvaz/Publica%e7%f5esProjectoCen%e1culo/2007-%20BIBLI%20FILOS%20EBORENSES%20e%20a%20Biblioteca%20P%fablica%20de.pdf> Acedido em 25/10/2008.

WEBER, Hartmut; DORR, Marianne (1998). "Digitalization as a method of preservation?". – In *Páginas a&b: Microfilmagem, digitalização*, 2, Lisboa: Gabinete de Estudos a&b, pp. 7-34.

## ***Recursos Electrónicos***

Biblioteca Digital do Alentejo – <http://www.bdalentejo.net/>

Biblioteca Digital dos Municípios da Ria – <http://bibria.cm-aveiro.pt/>

Biblioteca Geral Digital da Universidade de Coimbra – <http://web.bg.uc.pt>

Biblioteca Mundial Digital – <http://www.wdl.org/pt/>

Biblioteca Municipal de Braga – <http://www.bpb.uminho.pt/>

Biblioteca Municipal José Régio – <http://www.bm-joseregio.com/periodicos/entrada.php>

Biblioteca Municipal Simões de Almeida –  
<http://www.bmfigueirodosvinhos.com.pt/>

Biblioteca Nacional Digital – <http://purl.pt/index/geral/PT/index.html>

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL – *Tesouros. Cartografia*. Disponível em: <http://purl.pt/369/1/cartografia.html>.

Biblioteca Pública de Évora – [www.evora.net/bpe/inicial5.htm](http://www.evora.net/bpe/inicial5.htm)

Cleveland Public Library – <http://dlc.clevnet.org/>

Digmap – <http://portal.digmap.eu/>

Europeana – <http://www.europeana.eu/>

Everett Public Library – [http://www.epls.org/nw/dig\\_sanborn.asp](http://www.epls.org/nw/dig_sanborn.asp)

Google Book Search – <http://books.google.com/>

Google Earth – [http://earth.google.com/intl/pt\\_pt/](http://earth.google.com/intl/pt_pt/)

Google Maps – <http://maps.google.com/>

Hemeroteca Digital – <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/>

Instituto Geográfico do Exército – <http://www.igeoe.pt/>

Instituto Geográfico Português – <http://www.igeo.pt/>

Microsoft Live! Maps – <http://maps.live.com/>

Petersburg Public Library – <http://lvaimage.lib.va.us/VDLP/Petersburg/>

Viamichelin – <http://www.viamichelin.com/>

## Anexos

### Bibliotecas de Depósito Legal Portuguesas

Localização	Biblioteca
Lisboa	Biblioteca Nacional
Lisboa	Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa
Coimbra	Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra
Lisboa	Biblioteca Municipal de Lisboa
Porto	Biblioteca Pública Municipal do Porto
Évora	Biblioteca Pública e Distrital de Évora
Braga	Biblioteca Geral e Arquivo Histórico da Universidade do Minho
Lisboa	Biblioteca Popular de Lisboa
Coimbra	Biblioteca Municipal de Coimbra
Macau	Biblioteca de Macau
Rio de Janeiro	Biblioteca do Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro
Açores	Região Autónoma dos Açores
Madeira	Região Autónoma da Madeira

Tabela 15 – Lista de Bibliotecas de Depósito Legal, de acordo com o Decreto-Lei 73/82, de 3 de Março. Disponível em <http://www.bnportugal.pt/images/stories/servicos/documentos/dl7482.pdf> (acedido em 10-08-2009)

Localização	Biblioteca
Lisboa	Biblioteca Nacional de Portugal
Braga	Biblioteca Pública de Braga
Évora	Biblioteca Pública de Évora
Coimbra	Biblioteca Municipal de Coimbra
Coimbra	Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra
Rio de Janeiro	Biblioteca do Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro
Lisboa	Biblioteca Municipal de Lisboa
Porto	Biblioteca Pública Municipal do Porto
Funchal	Biblioteca Pública Regional da Madeira
Angra do Heroísmo	Biblioteca Pública e Arquivo Regional dos Açores

Tabela 16 – Lista de Bibliotecas de Depósito Legal actualizada. Fonte: <http://www.bn.pt> (acedido em 07-09-2006)

## Bibliotecas da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas

Município	Biblioteca
ABRANTES	Biblioteca Municipal António Botto
AGUIAR DA BEIRA	Biblioteca Municipal de Aguiar da Beira
ALBUFEIRA	Biblioteca Municipal de Albufeira
ALCÁÇER DO SAL	Biblioteca Municipal de Alcácer do Sal
ALCANENA	Biblioteca Municipal Dr. Carlos Nunes Ferreira
ALCOBAÇA	Biblioteca Municipal de Alcobaça
ALCOCHETE	Biblioteca Municipal de Alcochete
ALENQUER	Biblioteca Municipal de Alenquer
ALFÂNDEGA DA FÉ	Biblioteca Municipal de Alfândega da Fé
ALIJÓ	Biblioteca Municipal de Alijó
ALJUSTREL	Biblioteca Municipal de Aljustrel
ALMADA	Biblioteca Municipal de Almada
ALMEIDA	Biblioteca Municipal Maria Natércia Ruivo
ALMEIRIM	Biblioteca Municipal Marquesa do Cadaval - Almeirim
ALMODÔVAR	Biblioteca Municipal de Almodôvar
ALPIARÇA	Biblioteca Municipal de Alpiarça - Dr. Hermínio Duarte Paciência
ALVAIÁZERE	Biblioteca Municipal de Alvaiázere
ALVITO	Biblioteca Municipal Luís de Camões
AMADORA	Biblioteca Municipal Fernando Piteira Santos
AMARANTE	Biblioteca Municipal Albano Sardoeira
ANADIA	Biblioteca Municipal de Anadia
ANSIÃO	Biblioteca Municipal de Ansião
ARCOS DE VALDEVEZ	Biblioteca Municipal Tomaz de Figueiredo
ARGANIL	Biblioteca Municipal de Arganil - Miguel Torga
AROUCA	Biblioteca Municipal de Arouca
ARRUDA DOS VINHOS	Biblioteca Municipal de Irene Lisboa
AVEIRO	Biblioteca Municipal de Aveiro
AZAMBUJA	Biblioteca Municipal de Azambuja
BARCELOS	Biblioteca Municipal de Barcelos
BARREIRO	Biblioteca Municipal do Barreiro
BEJA	Biblioteca Municipal de Beja - José Saramago
BOTICAS	Biblioteca Municipal de Boticas
BRAGA	Biblioteca Lúcio Craveiro da Silva - Braga
BRAGANÇA	Biblioteca Municipal de Bragança
CABECEIRAS DE BASTO	Biblioteca Municipal de Cabeceiras de Basto - Dr. António

	Teixeira de Carvalho
CALDAS DA RAINHA	Biblioteca Municipal de Caldas da Rainha
CÂMARA DE LOBOS	Biblioteca Municipal de Câmara de Lobos
CAMPO MAIOR	Biblioteca Municipal de Campo Maior
CANTANHEDE	Biblioteca Municipal de Cantanhede
CARRAZEDA DE ANSIÃES	Biblioteca Municipal de Carrazeda de Ansiães
CARREGAL DO SAL	Biblioteca Municipal de Carregal do Sal
CASCAIS	Biblioteca Municipal de Cascais - Casa da Horta da Quinta de Santa Clara
CASTELO BRANCO	Biblioteca Municipal de Castelo Branco
CASTELO DE PAIVA	Biblioteca Municipal de Castelo de Paiva
CASTELO DE VIDE	Biblioteca Municipal Laranjo Coelho
CASTRO DAIRE	Biblioteca Municipal de Castro Daire
CASTRO MARIM	Biblioteca Municipal de Castro Marim
CASTRO VERDE	Biblioteca Municipal Manuel da Fonseca
CELORICO DE BASTO	Biblioteca Municipal Professor Marcelo Rebelo de Sousa
CHAMUSCA	Biblioteca Municipal da Chamusca
CHAVES	Biblioteca Municipal de Chaves
CONDEIXA-A-NOVA	Biblioteca Municipal de Condeixa-a-Nova
CONSTÂNCIA	Biblioteca Municipal Alexandre O'Neill
COVILHÃ	Biblioteca Municipal António Santos Viegas
CRATO	Biblioteca Municipal do Crato
CUBA	Biblioteca Municipal de Cuba
ELVAS	Biblioteca Municipal de Elvas
ESPOSENDE	Biblioteca Municipal Manuel de Boaventura
ESTARREJA	Biblioteca Municipal de Estarreja
FAFE	Biblioteca Municipal de Fafe
FARO	Biblioteca Municipal de Faro - António Ramos Rosa
FELGUEIRAS	Biblioteca Municipal Dr. Miguel Mota
FERREIRA DO ALENTEJO	Biblioteca Municipal de Ferreira do Alentejo
FERREIRA DO ZÉZERE	Biblioteca Municipal de Ferreira do Zêzere
FIGUEIRÓ DOS VINHOS	Biblioteca Municipal Simões de Almeida (tio)
FREIXO DE ESPADA À CINTA	Biblioteca Municipal de Freixo Espada à Cinta
FRONTEIRA	Biblioteca Municipal de Fronteira
FUNDÃO	Biblioteca Municipal Eugénio de Andrade
GOLEGÃ	Biblioteca Municipal de Golegã
GONDOMAR	Biblioteca Municipal de Gondomar
GOUVEIA	Biblioteca Municipal Vergílio Ferreira

GRÂNDOLA	Biblioteca Municipal de Grândola
GUARDA	Biblioteca Municipal Eduardo Lourenço
GUIMARÃES	Biblioteca Municipal Raúl Brandão
IDANHA-A-NOVA	Biblioteca Municipal de Idanha-a-Nova
ÍLHAVO	Biblioteca Municipal de Ílhavo
LAGOA	Biblioteca Municipal de Lagoa
LAGOS	Biblioteca Municipal de Lagos Dr. Júlio Dantas
LEIRIA	Biblioteca Municipal Afonso Lopes Vieira
LOULÉ	Biblioteca Municipal Sophia de Mello Breyner Andresen
LOURES	Biblioteca Municipal José Saramago
LOUSÃ	Biblioteca Municipal da Lousã
LOUSADA	Biblioteca Municipal de Lousada
MANGUALDE	Biblioteca Municipal de Mangualde
MARINHA GRANDE	Biblioteca Municipal da Marinha Grande
MATOSINHOS	Biblioteca Municipal Florbela Espanca
MEALHADA	Biblioteca Municipal de Mealhada
MEDA	Biblioteca Municipal de Mêda
MELGAÇO	Biblioteca Municipal de Melgaço
MÉRTOLA	Biblioteca Municipal de Mértola
MIRA	Biblioteca Municipal de Mira
MIRANDA DO CORVO	Biblioteca Municipal Miguel Torga
MIRANDA DO DOURO	Biblioteca Municipal António Maria Mourinho
MIRANDELA	Biblioteca Municipal Sarmento Pimentel
MOIMENTA DA BEIRA	Biblioteca Municipal Aquilino Ribeiro
MOITA	Biblioteca Municipal Bento de Jesus Caraça
MONÇÃO	Biblioteca Municipal de Monção
MONFORTE	Biblioteca Municipal de Monforte
MONTALEGRE	Biblioteca Municipal de Montalegre
MONTEMOR-O-NOVO	Biblioteca Municipal Almeida Faria
MONTIJO	Biblioteca Municipal Manuel Giraldes da Silva
MORTÁGUA	Biblioteca Municipal de Mortágua
MOURA	Biblioteca Municipal de Moura
MURÇA	Biblioteca Municipal de Murça
NAZARÉ	Biblioteca Municipal da Nazaré
NELAS	Biblioteca Municipal António Lobo Antunes
NISA	Biblioteca Municipal de Nisa
ÓBIDOS	Biblioteca Municipal de Óbidos
ODEMIRA	Biblioteca Municipal José Saramago

ODIVELAS	Biblioteca Municipal D. Dinis
OEIRAS	Biblioteca Municipal de Oeiras
OLHÃO	Biblioteca Municipal de Olhão
OLIVEIRA DE AZEMÉIS	Biblioteca Municipal Ferreira de Castro
OLIVEIRA DE FRADES	Biblioteca Municipal de Oliveira de Frades
OLIVEIRA DO BAIRRO	Biblioteca Municipal de Oliveira do Bairro
OVAR	Biblioteca Municipal de Ovar
PAÇOS DE FERREIRA	Biblioteca Municipal Professor Vieira Dinis
PALMELA	Biblioteca Municipal de Palmela
PEDRÓGÃO GRANDE	Biblioteca Municipal de Pedrógão Grande
PENAFIEL	Biblioteca Municipal de Penafiel
PENAMACOR	Biblioteca Municipal de Penamacor
PENELA	Biblioteca Municipal de Penela
PESO DA RÉGUA	Biblioteca Municipal de Peso da Régua
POMBAL	Biblioteca Municipal de Pombal
PONTE DE LIMA	Biblioteca Municipal de Ponte de Lima
PORTALEGRE	Biblioteca Municipal de Portalegre
PORTIMÃO	Biblioteca Municipal Manuel Teixeira Gomes
PORTO	Biblioteca Municipal Almeida Garrett
PORTO DE MÓS	Biblioteca Municipal de Porto de Mós
PÓVOA DE VARZIM	Biblioteca Municipal Rocha Peixoto
PROENÇA-A-NOVA	Biblioteca Municipal de Proença-a-Nova
RIO MAIOR	Biblioteca Municipal Laureano Santos
SALVATERRA DE MAGOS	Biblioteca Municipal de Salvaterra de Magos
SANTA COMBA DÃO	Biblioteca Municipal de Santa Comba Dão
SANTA MARIA DA FEIRA	Biblioteca Municipal de Santa Maria da Feira
SANTIAGO DO CACÉM	Biblioteca Municipal Manuel da Fonseca
SANTO TIRSO	Biblioteca Municipal Professor Joaquim Pires de Lima
SÃO BRÁS DE ALPORTEL	Biblioteca Municipal de São Brás de Alportel
SÃO JOÃO DA MADEIRA	Biblioteca Municipal Dr. Renato Araújo
SÃO ROQUE DO PICO	Biblioteca Municipal de São Roque do Pico
SÁTÃO	Biblioteca Municipal de Sátão
SEIA	Biblioteca Municipal de Seia
SEIXAL	Biblioteca Municipal do Seixal
SERNANCELHE	Biblioteca Municipal Abade Vasco Moreira
SERPA	Biblioteca Municipal Abade Correia da Serra
SESIMBRA	Biblioteca Municipal de Sesimbra
SETÚBAL	Biblioteca Pública Municipal de Setúbal

SEVER DO VOUGA	Biblioteca Municipal de Sever do Vouga
SILVES	Biblioteca Municipal de Silves
SINES	Biblioteca Municipal de Sines
SINTRA	Biblioteca Municipal de Sintra
SOBRAL DE MONTE AGRAÇO	Biblioteca Municipal de Sobral de Monte Agraço
SOURE	Biblioteca Municipal de Soure
SOUSEL	Biblioteca Municipal Dr. António Garção
TÁBUA	Biblioteca Municipal João Brandão
TAVIRA	Biblioteca Municipal Álvaro de Campos
TOMAR	Biblioteca Municipal António Cartaxo da Fonseca
TONDELA	Biblioteca Municipal Tomás Ribeiro
TORRE DE MONCORVO	Biblioteca Municipal de Torre de Moncorvo
TORRES NOVAS	Biblioteca Municipal Gustavo Pinto Lopes
TORRES VEDRAS	Biblioteca Municipal de Torres Vedras
VALE DE CAMBRA	Biblioteca Municipal de Vale de Cambra
VALENÇA	Biblioteca Municipal de Valença
VALONGO	Biblioteca Municipal de Valongo
VENDAS NOVAS	Biblioteca Municipal de Vendas Novas
VIANA DO CASTELO	Biblioteca Municipal de Viana do Castelo
VILA DE REI	Biblioteca Municipal José Cardoso Pires
VILA DO CONDE	Biblioteca Municipal José Régio
VILA FLOR	Biblioteca Municipal Belmiro de Matos - Vila Flor
VILA FRANCA DE XIRA	Biblioteca Municipal de Vila Franca de Xira
VILA NOVA DA BARQUINHA	Biblioteca Municipal de Vila Nova da Barquinha
VILA NOVA DE CERVEIRA	Biblioteca Municipal de Vila Nova de Cerveira
VILA NOVA DE FAMALICÃO	Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco
VILA NOVA DE GAIA	Biblioteca Pública Municipal de Vila Nova Gaia
VILA POUCA DE AGUIAR	Biblioteca Municipal de Vila Pouca Aguiar
VILA REAL	Biblioteca Municipal Dr. Júlio Teixeira
VILA VELHA DE RÓDÃO	Biblioteca Municipal José Baptista Martins
VILA VERDE	Biblioteca Municipal Professor Machado Vilela
VIMIOSO	Biblioteca Municipal Norberto Lopes
VISEU	Biblioteca Municipal D. Miguel da Silva

Tabela 17 – Lista de bibliotecas municipais da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas inauguradas até Julho de 2009. Fonte: Direção-Geral do Livro e das Bibliotecas. Disponível em [http://www.dglb.pt/sites/DGLB/Portugu%C3%AAs/bibliotecasPublicas/pesquisaBibliotecas/Documentos/BibliotecasInauguradas\\_Julho.xls](http://www.dglb.pt/sites/DGLB/Portugu%C3%AAs/bibliotecasPublicas/pesquisaBibliotecas/Documentos/BibliotecasInauguradas_Julho.xls)



## Índice de tabelas

Tabela 1 – Comparação entre o número de mapas do Alentejo e das capitais de distrito do Alentejo encontrados na BNP e catálogo Porbase.....	14
Tabela 2 – Importância atribuída pelos bibliotecários a alguns tipos de documentos nas colecções das bibliotecas que dirigem.....	67
Tabela 3 – Estado dos serviços em linha nas bibliotecas dos bibliotecários inquiridos.....	69
Tabela 4 – Avaliação do esforço humano e financeiro para implementação de serviços em linha nas bibliotecas públicas portuguesas.....	71
Tabela 5 – Importância atribuída pelos bibliotecários a alguns tipos de documentos em colecções digitais.....	73
Tabela 6 – Frequência da consulta de alguns tipos de documentos em bibliotecas públicas.....	77
Tabela 7 – Importância atribuída pelos utilizadores a alguns tipos de documentos em colecções de bibliotecas públicas.....	79
Tabela 8 – Importância atribuída pelos utilizadores aos serviços em linha das bibliotecas públicas.....	81
Tabela 9 – Importância atribuída pelos utilizadores a alguns tipos de documentos em colecções digitais.....	83
Tabela 10 – Avaliação dos utilizadores a alguns instrumentos cartográficos.....	85
Tabela 11 – Confronto entre os mapas de Portugal e ex-colónias listados nos macetes da BPE e os mapas encontrados.....	109
Tabela 12 – Confronto entre os mapas do resto do Mundo listados nos macetes da BPE e os mapas encontrados.....	109
Tabela 13 – Totais apurados nas tabelas 11 e 12.....	110
Tabela 14 – Mapas do Alentejo da Biblioteca Pública de Évora.....	126, 127, 128
Tabela 15 – Lista de Bibliotecas de Depósito Legal, de acordo com o Decreto-Lei 73/82, de 3 de Março.....	187
Tabela 16 – Lista de Bibliotecas de Depósito Legal actualizada.....	187
Tabela 17 – Lista de bibliotecas municipais da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas inauguradas até Julho de 2009.....	192

## Índice de gráficos

Gráfico 1 – Importância atribuída pelos bibliotecários a alguns tipos de documentos nas colecções das bibliotecas que dirigem.....	68
Gráfico 2 – Estado dos serviços em linha nas bibliotecas dos bibliotecários inquiridos.....	70
Gráfico 3 – Avaliação do esforço humano e financeiro para implementação de serviços em linha nas bibliotecas públicas portuguesas.....	72
Gráfico 4 – Importância atribuída aos bibliotecários a alguns tipos de documentos em colecções digitais.....	74
Gráfico 5 – Frequência da consulta de alguns tipos de documentos em bibliotecas públicas.....	77
Gráfico 6 – Importância atribuída pelos utilizadores a alguns tipos de documentos em colecções de bibliotecas públicas.....	79
Gráfico 7 – Importância atribuída pelos utilizadores aos serviços em linha das bibliotecas públicas.....	82
Gráfico 8 – Importância atribuída pelos utilizadores a alguns tipos de documentos em colecções digitais.....	84
Gráfico 9 – Avaliação dos utilizadores a alguns instrumentos cartográficos.....	85
Gráfico 10 – Confronto entre a importância atribuída por utilizadores e bibliotecários a alguns documentos.....	88
Gráfico 11 – Relação entre a relevância de alguns documentos na opinião dos bibliotecários e a frequência com que são consultados.....	89
Gráfico 12 – Relação entre a relevância das obras técnicas, académicas e escolares na opinião dos bibliotecários e dos utilizadores e a frequência com que são consultadas.....	90
Gráfico 13 – Relação entre a relevância das obras técnicas, académicas e escolares na opinião dos bibliotecários e dos utilizadores para as colecções digitais das bibliotecas públicas.....	92
Gráfico 14 – Relação entre o estado de implementação de alguns serviços em linha e a opinião dos utilizadores sobre a sua importância.....	93
Gráfico 15 – Relação entre a frequência com que os utilizadores das bibliotecas públicas consultam instrumentos cartográficos e a frequência com que o fazem no espaço da biblioteca pública.....	94

## Índice de imagens

Imagem 1 – Exemplo de uma imagem de um mapa fraccionado retirado da BND.....	114
Imagem 2 – Exemplo de uma imagem de um mapa visualizado no sítio do IGP.....	115
Imagem 3 – Exemplo de uma digitalização de um mapa com ripas de madeira.....	116
Imagem 4 – Texto manuscrito do verso do mapa <i>Planta do caminho de ligação do portão da quinta da Manizola, com a estrada real nº 68 - Évora a Santarém</i> .....	117
Imagem 5 – Mappas das províncias de Portugal 1.....	131
Imagem 6 – Mappas das províncias de Portugal 2.....	132
Imagem 7 – Província do Alentejo.....	134
Imagem 8 – Carta do rio Guadiana em parte do seu percurso no Alentejo.....	135
Imagem 9 – Carta topografica do sitio aonde foi a batalha chamada do campo de Ourique no an: de C.to 1139. – 1.....	136
Imagem 10 – Carta topografica do sitio aonde foi a batalha chamada do campo de Ourique no an: de C.to 1139. – 2.....	137
Imagem 11 – Planta de Villa Viçosa.....	138
Imagem 12 – Aqueducto da Água da Prata.....	140
Imagem 13 – Perfil longitudinal do terreno em toda a extensão do aqueduto da água da Prata.....	142
Imagem 14 – Carta agrícola de Portugal 1.....	144
Imagem 15 – Carta agrícola de Portugal 2.....	145
Imagem 16 – Carta geológica de Portugal.....	147
Imagem 17 – Carta Chorográfica do districto de Évora com a demarcação dos concelhos....	148
Imagem 18 – Carta geographica de Portugal.....	149
Imagem 19 – Districto administrativo de Évora.....	150
Imagem 20 – Distrito de Évora.....	152
Imagem 21 – Évora: Brinde aos assinantes da revista "Transtagana".....	153
Imagem 22 – Fronteira do Guadiana.....	154
Imagem 23 – Carta corográfica de Portugal na escala de 1:100000.....	156
Imagem 24 – Carta de Portugal.....	157
Imagem 25 – Carta corográfica do distrito de Évora.....	158
Imagem 26 – Mapa do distrito de Évora.....	160
Imagem 27 – Mapa e descrição das fortalezas do sul de Portugal.....	161
Imagem 28 – Mappa das estradas de 1ª, 2ª e 3ª ordem do Concelho de Évora.....	162
Imagem 29 – Planta da creche de Viana do Alentejo.....	163
Imagem 30 – Planta de Évora.....	165

Imagem 31 – Planta do caminho de ligação do portão da quinta da Manizola, com a estrada real nº 68 - Évora a Santarém 1.....	166
Imagem 32 – Planta do caminho de ligação do portão da quinta da Manizola, com a estrada real nº 68 - Évora a Santarém 2.....	166
Imagem 33 – Planta da vila de S. Tiago de Cacém.....	167
Imagem 34 – Imagem utilizada no sítio construído para os mapas do Alentejo.....	173

## Índice Remissivo

- Abstract, 8
- Análise dos inquéritos aplicados a Bibliotecários e a utilizadores das Bibliotecas Públicas portuguesas, 87
- Bell, 21, 22
- Bethencourt, 26, 27, 29
- Biblioteca Digital do Alentejo, 45, 62
- Biblioteca Digital dos Municípios da Ria, 42, 44
- Biblioteca Digital Mundial, 97, 99
- Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, 61, 97
- Biblioteca Geral Digital, 62
- Biblioteca Municipal de Braga, 41, 44
- Biblioteca Municipal José Régio, 42, 43, 44
- Biblioteca Municipal Simões de Almeida, 42, 43
- Biblioteca Nacional, 42, 46, 50, 56
- Biblioteca Nacional Digital, 56, 99
- Biblioteca Pública de Braga, 42, 62
- Biblioteca Pública de Évora, 7, 9, 10, 11, 18, 23, 56, 59, 62, 99, 101, 102, 103, 104, 106, 107, 111, 112, 119, 170
- bibliotecas digitais, 25, 30, 32, 42, 97
- bibliotecas públicas, 71
- Cabral, 28, 30, 31
- Caldeira, 25, 27, 32, 46
- Calixto, 24, 25, 96, 98, 101, 102, 103, 104
- Camacho e Dias, 33, 58
- cartotecas, 33, 55, 56, 58, 62
- catálogo, 99, 108
- Chartier, 26, 28, 52, 96, 97
- Cleveland Public Library, 51, 168
- coleções digitais, 7, 9, 18, 26, 40, 41, 42, 44, 46, 50, 56, 60, 73, 74, 83, 84, 92, 97, 193, 194
- Construção da colecção digital, 122
- Construção do sítio Web, 168
- Darnton, 26, 28, 52, 96
- Denscombe, 18, 19, 22
- Digitalização dos mapas, 111
- DigMap, 15, 16
- documentos digitais, 25, 26, 28, 30, 32, 96, 119
- documentos digitalizados, 31, 42, 45, 70, 72, 82, 93
- Domingos, 102
- Eco, 22
- Europeana, 16

Everett Public Library, 50, 51, 52, 168

Fernandes, 21

Gill, 24, 91

Gomes, 15, 33, 58, 60

Google Book Search, 97

Google Earth, 16, 54, 59, 85, 86, 93, 94

Guerreiro, 105

Hemeroteca Digital, 17, 40, 42, 44, 98

IFLA, 9, 24, 26, 27, 43, 45, 46, 50, 51, 55, 90, 98

Índice de imagens, 195

Índice Remissivo, 197

Instituto Geográfico do Exército, 15, 33, 55, 56

Instituto Geográfico Português, 33, 56, 58, 59, 169

Inventariação dos mapas da Biblioteca Pública de Évora, 107

Korsgaard, 15, 27, 41, 49, 50, 52, 54, 56, 60, 182

Lavoie, 29, 30

Levy, 31, 32

Lynch, 31, 124

Mapas do Alentejo da Biblioteca Pública de Évora, 138

Melrose, 27, 41, 50, 52, 182

microfilme, 31

microfilmes, 29

Moura, 27

Nunes, 27

Patrão, 28

Pavão, 29, 30

Pereira, 101

Pinto, 29, 30

Pittsburg Public Library, 50, 168

Rafael, 32

Recursos electrónicos, 186

Referências Bibliográficas, 177

Resumo, 7

Serrano, 25, 29

Silva, 28, 29, 105

Slater, 21, 22

Vaz, 11, 101, 102, 103

Weber e Dorr, 26, 28, 29, 105

